

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Alessandra Alves Ferreira

**Participação da família e gestão democrática: desafios e possibilidades em uma
Escola Estadual do Leste Mineiro**

Juiz de Fora

2025

Alessandra Alves Ferreira

Participação da família e gestão democrática: desafios e possibilidades em uma Escola Estadual do Leste Mineiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Oliveira

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira, Alessandra Alves.

Participação da família e gestão democrática : desafios e possibilidades em uma Escola Estadual do Leste Mineiro / Alessandra Alves Ferreira. -- 2025.

141 p. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Oliveira

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Família. 2. Participação. 3. Gestão democrática. 4. Qualidade da educação pública.. I. Oliveira, Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia, orient. II. Título.

ALESSANDRA ALVES FERREIRA

Participação da família e gestão democrática: desafios e possibilidades em uma Escola Estadual do leste mineiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 07 de abril de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rita de Cássia Oliveira - Orientador

UEMG

Prof. Dr. Daniela Fantoni de Lima Alexandrino

UEMG

Prof. Dr. Thenner Freitas da Cunha

UEMG

Juiz de Fora, 23/05/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Fantoni de Lima Alexandrino, Usuário Externo**, em 24/05/2025, às 00:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CASSIA OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 24/05/2025, às 01:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thenner Freitas da Cunha, Usuário Externo**, em 01/06/2025, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2414501** e o código CRC **4AC6518F**.

Dedico este trabalho à minha família, cuja presença constante e apoio incondicional foram fundamentais em cada etapa da minha trajetória. Vocês são minha maior inspiração e a razão pela qual este sonho se tornou realidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, expresso minha mais profunda gratidão. Foi por meio dEle e para Ele que este estudo se concretizou, sustentado com força, sabedoria e perseverança ao longo desta trajetória.

À minha mãe, Maria das Graças (*in memoriam*), e ao meu pai, José, minha eterna gratidão pela dádiva da vida, pelos valores que me transmitiram e pelo apoio constante e inabalável que sempre me deram.

Ao meu marido, Rodrigo, pela compreensão, paciência e suporte em todas as fases desta jornada, sou imensamente grata por tê-lo ao meu lado, compartilhando cada conquista.

Aos meus tios, primos e à minha sogra, por todo o carinho e torcida, sempre acreditando no meu potencial e celebrando cada vitória ao meu lado.

Às minhas irmãs, Arlete e Marinete, pelo apoio e incentivo nos momentos mais desafiadores. Ter a presença de vocês torna qualquer caminho mais leve e significativo.

Aos meus queridos sobrinhos, Erick, Alice, Ana Luísa e Theodoro, fontes de alegria e luz em minha vida. Obrigada por tornar meus dias mais leves e cheios de amor.

À minha orientadora, Rita de Cássia Oliveira, pela orientação constante, incentivo e apoio imprescindível. Sua dedicação e experiência foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha querida agente de suporte acadêmico, Amélia Gabriela Thamer Miranda Ramos, por sua dedicação, encorajamento e assistência generosa. Sua atenção e cuidado fizeram toda a diferença neste processo.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Beatriz, Luciana, Daniela e Thenner pela disponibilidade, dedicação e por contribuírem com suas análises que enriqueceram ainda mais o trabalho.

Aos colegas de trabalho, pela convivência diária, pelo compartilhamento de conhecimentos e pelo constante incentivo na missão de educar. Nossa profissão é desafiadora, mas a paixão pela educação nos impulsiona a seguir em frente.

Às famílias, à diretora, aos professores e especialistas que participaram da pesquisa, oferecendo suas experiências e reflexões sobre o tema. Sem o envolvimento de vocês, este estudo não teria alcançado a profundidade que possui.

Aos profissionais do CAEd, pela dedicação e comprometimento, que possibilitaram um processo formativo rico e de qualidade ao longo do curso.

Aos colegas da turma de Mestrado de 2022, em especial à Ana Rosa e à Sônia, pela troca constante de experiências, pelo apoio mútuo e pela colaboração em todas as etapas. Agradeço a parceria e a amizade durante esta caminhada.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, pela excelência no ensino e pela estrutura oferecida, que proporcionou um ambiente acadêmico de alta qualidade, permitindo meu crescimento como pesquisadora e educadora.

À Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, pelo investimento na formação de profissionais para uma educação de qualidade.

A cada pessoa que, de alguma forma, esteve presente nesta caminhada, meu sincero e profundo agradecimento. Esta conquista é fruto do esforço coletivo de todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

“O homem é aquilo que a educação faz dele. A educação é o maior e mais sublime dos direitos. A educação forma para o trabalho, mas antes de tudo, para a vida.”

(Cora Coralina, 2016, p. 45).

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora. O estudo foi iniciado com um caso de gestão que investigou a participação da família na vida escolar dos filhos, sob a perspectiva da gestão democrática na Escola Estadual Dona Graça. Assim, as questões iniciais da pesquisa foram: Como tem sido a participação da família naquela escola? Como a gestão escolar pode contribuir para melhorar a participação das famílias na vida escolar dos estudantes? Com base nisso, o objetivo principal consistiu em analisar a participação da família na Escola Estadual Dona Graça sob a perspectiva da gestão democrática. Os objetivos específicos estabelecidos para esta pesquisa foram: a) descrever a participação das famílias na Escola Estadual Dona Graça e as estratégias utilizadas pela gestão para promover a participação delas na vida escolar dos estudantes; b) analisar a percepção dos familiares e servidores sobre a participação na vida escolar dos estudantes; e c) propor ações para aprimorar a participação das famílias na vida escolar dos estudantes. A fundamentação teórica foi constituída a partir de pesquisas realizadas por Lahire (1997), Paro (2001), Cury (2002), Polonia e Dessen (2005), Castro e Regattieri (2009), Perez (2010), Lück (2011), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) e Saraiva-Junges e Wagner (2016), entre outros. Foi conduzido um estudo de caso, incluindo a análise de documentos como atas de reuniões, listas de presença, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o mapeamento de dados do Inep, contemplando o intervalo de 2018 a 2023. No levantamento de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a gestora, uma especialista da educação básica, duas professoras e nove pais ou responsáveis por alunos. A investigação mostrou que as famílias estão envolvidas de maneira restrita, sendo essencial que a escola revise suas abordagens, criando ambientes para debates e aumentando as chances de uma participação concreta. Com base na pesquisa realizada, foi elaborado o Plano de Ação Educacional, contendo estratégias voltadas a incentivar a participação dos responsáveis nas atividades escolares. Espera-se colaborar para aumentar a permanência dos alunos na escola, o que pode levar a avanços na qualidade da educação pública brasileira.

Palavras-chave: família; participação; gestão democrática; qualidade da educação.

ABSTRACT

This research was carried out as part of the Professional Master's Degree in Public Education Management and Evaluation at the Center for Public Policy and Education Evaluation at the Federal University of Juiz de Fora. The study began with a management case that investigated family participation in their children's school life from the perspective of democratic management at Dona Graça State School. This led to the research questions: How has family participation been in that school? How can school management contribute to improving family participation in students' school life? Based on this, the general objective was to analyze family participation at Dona Graça State School from the perspective of democratic management. The specific objectives defined for this study were: a) to describe the participation of families in the Dona Graça State School and the strategies used by the management to promote their participation in the students' school life; b) to analyze the perception of family members and staff about participation in the students' school life and c) to propose actions to improve the participation of families in the students' school life. The theoretical foundation was based on studies by Lahire (1997), Paro (2001), Cury (2002a, 2002b), Polonia and Dessen (2005), Castro and Regattieri (2009), Perez (2010), Lück (2011), Libâneo, Oliveira and Toschi (2012) e Saraiva-Junges and Wagner (2016), among others. We carried out a case study, document analysis of meeting minutes, attendance lists, the Pedagogical Political Project, school regulations and data mapping from the Inep covering the period between 2018 and 2023. In the field research, semi-structured interviews were conducted with the school manager, a basic education specialist, two teachers and nine parents/guardians. The research showed that families participate to a limited extent, and the school needs to restructure its practices, promoting spaces for discussions and expanding opportunities for effective participation. Based on the research, the Educational Action Plan was proposed, with strategies to encourage the participation of guardians in school activities. It is hoped to contribute to improving the permanence of students in Brazilian public schools, which could result in improvements in the quality of public education.

Keywords: family; participation; democratic management; quality of public education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da SRE Guanhães	32
Figura 2	Organograma da estrutura organizacional da SRE Guanhães	33
Figura 3	Localização da cidade de Peçanha-MG.....	35
Figura 4	Fachadas dos prédios da escola antiga e da atual	37
Figura 5	Dependências da Escola Estadual Dona Graça	38
Quadro 1	Legislações e diretrizes nacionais sobre a participação da família na educação.....	23
Quadro 2	Legislações estaduais para a participação da família na educação.....	27
Quadro 3	Projetos desenvolvidos pela Escola Estadual Dona Graça em 2023 ...	45
Quadro 4	Reflexões de autores sobre a participação familiar e a aprendizagem	58
Quadro 5	Reflexões de autores sobre a participação familiar e a gestão democrática.....	59
Quadro 6	Caracterização dos responsáveis pelos estudantes	73
Quadro 7	Eixos de análise com os achados da pesquisa e ações propositivas	103
Quadro 8	Ferramenta 5W2H.....	104
Quadro 9	Fortalecimento de parcerias para apoio às famílias	107
Quadro 10	Desenvolvimento de eventos com protagonismo das famílias	109
Quadro 11	Realização de workshops para a comunidade escolar	112
Quadro 12	Implementação de caixinha de sugestões e críticas	113
Quadro 13	Elaboração do Projeto Político Pedagógico	115
Quadro 14	Reuniões claras e objetivas	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos ambientes da escola em 2022	38
Tabela 2	Lista de servidores da Escola Estadual Dona Graça em 2023	41
Tabela 3	Formação acadêmica dos docentes da Escola Estadual Dona Graça em 2023	41
Tabela 4	Alunos matriculados na Escola Estadual Dona Graça de 2018 a 2023	43
Tabela 5	Síntese da participação dos pais nas assembleias de 2018 a 2023	49
Tabela 6	Síntese da participação dos pais nas eleições de colegiado e processo de escolha de diretor e vice-diretor de 2018 a 2023	50
Tabela 7	Participação da família nas atividades escolares em 2020	51
Tabela 8	Participação da família nos eventos realizados pela Escola Estadual Dona Graça em 2020	52
Tabela 9	Frequência das famílias nas reuniões bimestrais para entrega de boletins (plantão pedagógico) em 2022	54
Tabela 10	Percentual da participação dos pais na vida escolar conforme os dados do Saeb 2023.....	55
Tabela 11	Frequência das famílias nas reuniões bimestrais para entrega de boletins (plantão pedagógico) em 2023	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASB	Auxiliar de Serviços de Educação Básica
ATB	Assistentes Técnicas da Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CBA	Ciclo Básico de Alfabetização
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DAFI	Diretoria Administrativa e Financeira
DIPE	Diretoria de Pessoal
DIRE	Diretoria Educacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEB	Especialistas em Educação Básica
EFTI	Ensino Fundamental em Tempo Integral
FDG	Fundação de Desenvolvimento Gerencial
GIDE	Gestão Integrada da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JEMG	Jogos Estudantis de Minas Gerais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
MG	Minas Gerais
NSE	Nível Socioeconômico
PAE	Plano de Ação Educacional
PDCA	Planejar, Executar, Verificar, Atuar
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PIB	Produto Interno Brutto
PPP	Projeto Político Pedagógico
REANP	Regime Especial de Atividades Não Presenciais

SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SUCEM	Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA	21
2.1	PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: LEIS E POLÍTICAS NACIONAIS	22
2.2	PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: LEIS E POLÍTICAS ESTADUAIS	27
2.3	A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE GUANHÃES	31
2.4	A ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA.....	34
2.4.1	Participação da família na Escola Estadual Dona Graça	47
3	PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NAS ATIVIDADES ESCOLARES: UMA ANÁLISE DO CASO DE GESTÃO NA ESCOLA INVESTIGADA.....	57
3.1	IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA..	57
3.1.1	Participação da família no processo de aprendizagem	60
3.1.2	Gestão democrática e participação da família na escola	63
3.2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	67
3.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	70
3.3.1	Caracterização dos entrevistados	71
3.3.2	Percepção dos atores sobre a participação da família e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.....	74
3.3.3	Gestão democrática e participação da família na escola: uma análise das percepções	84
3.3.4	Estratégias de aproximação das famílias com a escola	93
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: AÇÕES QUE BUSCAM PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DO ESTUDANTE	101
4.1	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	104
4.1.1	Fortalecimento de parcerias para apoio às famílias	105
4.1.2	Realização de eventos com protagonismo das famílias.....	108

4.1.3	Realização de workshops para a comunidade escolar com foco no fortalecimento da relação família-escola	111
4.1.4	Implementação de caixinha de sugestões e críticas.....	112
4.1.5	Elaboração do Projeto Político Pedagógico com dinâmicas e oficinas	114
4.1.6	Realização de reuniões claras e objetivas	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS.....	122
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	130
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os pais ou responsáveis pelos estudantes da Escola Estadual Dona Graça.....	133
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a diretora da Escola Estadual Dona Graça	136
	APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com as especialistas e professores da Escola Estadual Dona Graça	139
	ANEXO A – Organograma da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG).....	141

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste estudo é examinar a contribuição da família na Escola Estadual Dona Graça¹, considerando a abordagem da gestão democrática. A razão para investigar a participação da família na educação dos filhos vem das vivências da autora no ensino da educação básica. Essas experiências geraram um constante interesse em entender os impactos da presença e da falta dos familiares na escola, tanto no desenvolvimento dos alunos quanto no da própria instituição. Desse experimento surgem as indagações que dão origem ao objetivo deste estudo: Como tem sido a participação da família na Escola Estadual Dona Graça? De que maneira a gestão dessa escola pode contribuir para melhorar a participação das famílias na vida escolar dos estudantes?

No âmbito da administração escolar, particularmente na Escola Estadual Dona Graça, onde exerço² a função de vice-diretora desde 2017, uma questão identificada de maneira significativa é a reduzida participação dos familiares em várias situações relacionadas ao contexto educacional. Esta constatação foi fundamentada nos registros internos da escola e nos depoimentos dos pais³ durante as reuniões e conversas informais.

As evidências da participação da família na Escola Estadual Dona Graça indicam um nível de envolvimento que pode ser considerado relativamente baixo. Os documentos escolares, que incluem atas de reuniões, listas de presença e o Projeto Político Pedagógico, mostram que a participação das famílias na escola, em relação à presença, está em torno de 20%. Esse indicador demonstra as iniciativas realizadas pela instituição, tais como as reuniões bimestrais para apresentação de resultados, as eleições para a escolha dos membros do colegiado, os procedimentos para a escolha do diretor e do vice-diretor e, ainda, nos projetos escolares de modo geral. Apesar de haver uma frequência um pouco maior em reuniões para a entrega de boletins e eventos no começo do ano letivo, observa-se a baixa participação em momentos

¹ O nome Escola Estadual Dona Graça foi escolhido como um nome fictício para manter o sigilo da escola analisada. Ele igualmente homenageia minha mãe, simbolizando a relevância dos valores familiares na formação de uma educação de excelência.

² A utilização do verbo na primeira pessoa nesta análise é justificada pela vivência e o ponto de vista direto da autora.

³ A utilização do termo “pais” nesta pesquisa refere-se a pais, mães ou a qualquer outro responsável legal pelo aluno.

significativos de decisão e engajamento na escola. Informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) destacam que o diálogo sobre a escola e o incentivo aos estudos são aspectos que apresentam dificuldades na participação dos pais. Embora a escola tenha se esforçado para incluir as famílias, é essencial adotar medidas mais efetivas e democráticas que incentivem a participação familiar no processo educativo dos alunos.

Para a investigação dessas evidências, foram examinados documentos internos da instituição escolar no intervalo de 2018 a 2023, incluindo atas de reuniões, listas de presença, Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno e informações do Inep. A justificativa para o recorte temporal dos últimos cinco anos está relacionada à relevância e à atualidade dos dados para a pesquisa. Este intervalo foi escolhido para analisar as transformações e tendências mais recentes no contexto estudado, possibilitando identificar padrões, avanços ou desafios que impactaram diretamente a participação da família.

Diante desse cenário, é necessário realizar um estudo que examine as razões para a baixa participação das famílias da referida instituição de ensino, observando as interações entre os envolvidos neste processo e os fatores que impedem ou dificultam esse envolvimento. Além disso, é importante sugerir ações à gestão para melhorar a participação da família na vida escolar dos filhos. Dessa forma, a análise de gestão na Escola Estadual Dona Graça se apresenta como uma chance importante para explorar esses elementos e auxiliar na compreensão mais abrangente da relação entre a família, a gestão escolar e o progresso educacional.

A pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho abrangeu as últimas três décadas, com ênfase no período de 2004 a 2012, período em que foram reconhecidas as publicações mais relevantes sobre o assunto. As investigações ocorreram, especialmente, nas plataformas SciELO e Google Acadêmico, as quais forneceram um amplo acesso a pesquisas que fundamentaram as discussões e análises desenvolvidas durante o estudo.

A relação entre a família e a escola tem despertado o interesse da comunidade acadêmica, especialmente em relação às suas implicações para o desenvolvimento social e cognitivo dos estudantes, bem como para a influência dessas interações em seu sucesso educacional (Polonia; Dessen, 2005).

Conforme Nogueira (2006), recentemente, na maioria dos países ocidentais desenvolvidos, nota-se a criação de políticas educacionais públicas que visam

estimular a colaboração e a participação entre as famílias e as instituições escolares. O Brasil também se inclui nesse contexto global, pois tem implementado iniciativas governamentais semelhantes, como o Programa Educação e Família. A principal razão para as ações do governo está relacionada a uma estratégia para promover o sucesso na educação. Isso é corroborado pelo aumento das pesquisas que evidenciam o efeito positivo do envolvimento dos pais no desempenho escolar de seus filhos, o que ajudaria a reduzir as taxas de abandono escolar e de reprovação.

A participação da família na decisão sobre como melhorar a qualidade da educação oferecida pela instituição foi incorporada por meio da implementação da gestão participativa, prevista na Constituição Federal de 1988. No artigo 206, estabeleceu-se que a educação deve ser guiada por princípios, incluindo o inciso VI, que determina "[...] a gestão democrática do ensino público, na forma da lei" (Brasil, 1988, p. 123). Dessa forma, a gestão assume uma posição fundamental na formação de um contexto em que a participação das famílias é incentivada, valorizada e efetivamente integrada ao processo educacional.

Conforme Libâneo (2001), a participação é fundamental para garantir a gestão democrática, permitindo que todos os membros da escola se envolvam no processo decisório e na operação da instituição educacional. Por meio da participação, é viável adquirir um conhecimento mais aprofundado acerca dos objetivos, das metas, da estrutura organizacional e da dinâmica da escola, assim como suas interações com a comunidade. A participação contribui para criar um ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a atuação nas esferas sociais, econômicas e culturais.

Existem evidências de que uma maior participação da família na escola contribui significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes. Compreender a forma como as famílias participam atualmente da vida escolar e investigar as possíveis barreiras ou desafios que podem limitar sua participação permite sugerir ações efetivas para fortalecer essa parceria.

Em vista disso, são apresentados os objetivos específicos da pesquisa: descrever a participação da família na Escola Estadual Dona Graça e as estratégias utilizadas pela gestão como forma de promover a participação da família na vida escolar dos estudantes; analisar a percepção dos familiares e servidores sobre a participação na vida escolar dos estudantes e, por último, propor ações à gestão com

vistas a aprimorar a participação da família na vida escolar dos estudantes, na tentativa da melhoria do rendimento e da aprendizagem dos estudantes.

Para investigar o problema, propõe-se a utilização de um estudo descritivo exploratório com uma abordagem qualitativa, visando investigar e compreender a contribuição da família na educação básica.

Como instrumentos de pesquisa, foram utilizados a análise documental (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, dados do Inep, atas e listas de presença) e entrevistas de campo com pais ou responsáveis por estudantes da Escola Estadual Dona Graça, a diretora, um especialista em educação básica e dois professores efetivos. O objetivo foi investigar a percepção desses atores sobre a importância da participação das famílias na vida escolar dos estudantes e identificar os fatores que influenciam esse envolvimento na referida instituição.

Este trabalho é organizado em quatro capítulos, além desta introdução que faz parte do primeiro capítulo. No capítulo 2, é realizada uma descrição aprofundada das políticas públicas promulgadas pelo Governo Federal e pelo estado de Minas Gerais, que visam estimular a participação familiar na escola e promover uma gestão democrática e participativa, desde 1988, data de promulgação da Constituição Federal, até os dias atuais. Considerou-se um período após a redemocratização do país e das instituições de ensino, uma vez que, a partir desse momento, a gestão democrática foi identificada nos documentos, nos quais se constatou que a participação é um aspecto essencial para sua efetivação.

Além disso, é apresentada a atuação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e é descrita a Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Guanhães, a fim de entender o cenário educacional em que a escola se encontra. Este capítulo analisa, de maneira detalhada, as particularidades da instituição, abrangendo sua infraestrutura, o capital humano disponível e o perfil das famílias dos estudantes. O capítulo termina ressaltando as ações realizadas na instituição de ensino para promover o envolvimento das famílias na escola e apresentando as evidências que fundamentam esta pesquisa.

No capítulo 3, é delineada a fundamentação teórica, sustentando a investigação a partir dos estudos presentes em trabalhos acadêmicos de diversos estudiosos. A primeira subseção trata da análise da literatura sobre as vantagens do envolvimento familiar na aprendizagem dos estudantes, explorando estudos acadêmicos relevantes. Na última subseção deste capítulo, aborda-se a importância

da gestão democrática e participativa no contexto educacional, com ênfase na maneira como esses fatores impactam a tomada de decisões e o funcionamento geral da escola no contexto do ensino e da aprendizagem.

No capítulo 4, é introduzido o Plano de Ação Educacional (PAE), que tem como meta promover o aumento da participação das famílias na vida escolar de seus filhos.

Ao concluir esta pesquisa, espera-se obter uma compreensão aprofundada do envolvimento da família na Escola Estadual Dona Graça, sob a perspectiva de uma gestão democrática. A análise das opiniões das famílias, aliada à visão dos educadores, possibilitará identificar estratégias para otimizar o envolvimento familiar. Isso, por sua vez, contribuirá para elevar a qualidade da educação pública e o progresso dos estudantes.

2 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA

Este capítulo possui um caráter descritivo e pretende descrever a participação da família na Escola Estadual Dona Graça, bem como as estratégias utilizadas pela gestão para promover a participação familiar na vida escolar dos alunos. Por meio da análise de documentos (atas de reuniões, listas de presença, Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e dados do Inep) e de observações realizadas no contexto escolar, foi analisado o envolvimento familiar na instituição no período de 2018 a 2023.

As principais legislações abordadas neste estudo foram selecionadas para fundamentar a análise do envolvimento familiar na escola e destacar a importância da colaboração entre escola, família e comunidade para o desenvolvimento educacional dos estudantes.

A estrutura deste capítulo segue uma abordagem ampla que se afunila para uma análise detalhada, dividida em quatro seções. Na seção 2.1, apresenta-se uma análise sobre as políticas públicas implementadas pelo governo federal desde 1988, ano da promulgação da Constituição Federal, até os dias atuais, com foco na legislação educacional, além da relação entre a família e escola, a qual é considerada um aspecto essencial para garantir os direitos educacionais consagrados na Constituição Federal de 1988. Considera-se um período de pós-redemocratização do país e das instituições educacionais, pois, a partir desse momento, identificou-se a gestão democrática nos documentos, na qual se constatou que a participação é um elemento necessário para que essa prática ocorra.

Na seção 2.2, é exposto o contexto das políticas públicas direcionadas à educação no estado de Minas Gerais. São analisadas as ações dos Estados que afetam diretamente a participação da comunidade nas escolas, levando em conta tanto as leis pertinentes quanto os programas adotados para fortalecer essa participação. É analisada também a estrutura hierárquica do sistema de ensino estadual e a função da SEE/MG na supervisão e avaliação das instituições.

Na seção 2.3, é contextualizada a SRE Guanhães, destacando sua estrutura organizacional e sua atuação na promoção da gestão democrática nas escolas de sua jurisdição.

Por fim, na seção 2.4, fornece-se o contexto da Escola Estadual Dona Graça, incluindo detalhes sobre a instituição e o município onde está situada. A história e a

economia local, assim como as características geográficas, estruturais e pedagógicas da instituição, são discutidas com base em dados. Analisa-se igualmente o perfil socioeconômico das famílias atendidas, os principais projetos promovidos na escola e as evidências da baixa participação familiar na Escola Estadual Dona Graça.

2.1 PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: LEIS E POLÍTICAS NACIONAIS

Nesta seção inicial, é analisado o dever do Estado de fornecer educação escolar para cidadãos com idades de 4 a 17 anos, além da responsabilidade das famílias em garantir esse direito. Para a realização destes estudos, foi feita uma análise da legislação educacional, considerando a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 a 2024, assim como o Programa Educação e Família (Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Interativo) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 1988, 1990, 1996, 2014, 2018, 2021, 2023a).

As leis mencionadas neste trabalho oferecem base teórica para a análise e entendimento do contexto investigado. O capítulo utiliza uma abordagem crítica e analítica ao examinar a conexão entre a família e a escola, considerando a legislação brasileira vigente. Por meio de uma análise de documentos, a pesquisa investiga de que maneira a relação entre família e escola é tratada nos documentos legais, identificando os aspectos regulamentares e analisando os diferentes níveis de normatização.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, a educação é um direito que pertence a todos e uma responsabilidade do Estado e da família, visando o desenvolvimento completo do indivíduo (Brasil, 1988). Esta norma reforça a importância da cooperação entre a família e a escola na promoção da educação e do desenvolvimento das crianças e dos jovens. Esta abordagem destaca a integração da família como parte essencial no processo de ensino, em conformidade com os princípios fundamentais da educação no Brasil.

Esses documentos legais oferecem uma base teórica para a análise e a compreensão do contexto estudado, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Legislações e diretrizes nacionais sobre a participação da família na educação

Legislações	Justificativa
Constituição Federal (1988)	O artigo 205 da Constituição Federal estabelece que a educação é um direito de todos, sendo uma responsabilidade tanto do Estado quanto da família (Brasil, 1988).
Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)	O artigo 109 determina que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na escola, além de monitorar sua presença e desempenho acadêmico (Brasil, 1990).
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)	Esta lei estabelece que a educação compreende os processos de formação que ocorrem na vida familiar, nas interações humanas, no ambiente de trabalho, nas instituições educacionais e de pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).
Plano Nacional de Educação (2014)	A Estratégia 2.9 sugere incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, promovendo o estreitamento das relações entre as escolas e as famílias (Brasil, 2014).
Base Nacional Comum Curricular (2018)	A BNCC atribui ao gestor escolar a responsabilidade de conhecer a comunidade escolar, visando garantir espaços para diálogo e debate entre a escola e a família (Brasil, 2018).
Programa Educação e Família (2021)	Amplia a participação da família na vida escolar dos alunos e contribui na elaboração de projetos de vida (Brasil, 2021, 2023a).

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No contexto apresentado, Cury (2002a) discute a relevância do direito à educação escolar como um espaço essencial e pertinente, uma ideia que permanece significativa no cenário contemporâneo. O autor destaca que quase todas as nações asseguram, em suas legislações, o direito de seus cidadãos à educação básica. Essa visão de Cury ainda dialoga com os desafios atuais de garantir uma educação de qualidade e acessível a todos.

Prosseguindo com a análise das diretrizes federais sobre a interação entre família e escola, é importante considerar as disposições do ECA nesse contexto. Em seu artigo 129, inciso V, reitera a responsabilização da família no processo educacional do filho, afirmando que “[...] é obrigação dos pais ou responsáveis, matricular o filho, acompanhar sua frequência e o aproveitamento escolar” (Brasil, 1990, p. 80). Isso enfatiza a importância da participação ativa da família na educação dos filhos e reforça que é uma responsabilidade dos pais ou responsáveis não

somente matricular a criança, mas também acompanhar regularmente sua frequência na escola e seu progresso acadêmico.

Existem indícios de que, quando se estabelece uma colaboração entre a família e a escola, os resultados do processo educacional tendem a ser mais satisfatórios. Essa parceria possibilita que os responsáveis pela criança ou adolescente se tornem mais envolvidos em sua educação, participando ativamente das atividades escolares e monitorando o seu desempenho.

Em seguida, é abordado como a LDBEN reforça essa parceria, especialmente no que diz respeito à participação da família na vida escolar, conforme determina em seu art. 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, p. 8).

Nesse sentido, a LDBEN (Brasil, 1996) apresenta uma definição abrangente de educação que ultrapassa os limites da escola, reconhecendo que os processos de aprendizado acontecem em várias situações, incluindo a vida familiar, as relações sociais, o ambiente de trabalho e as manifestações culturais. Essa visão ampla da educação destaca a interconexão entre a escola, a família e a sociedade, ressaltando a importância de uma colaboração eficaz entre esses atores para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

De acordo com a LDBEN, no artigo 12, inciso VI, cabe ao estabelecimento de ensino: “[...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Brasil, 1996, p. [9]). A legislação destaca a função das instituições de ensino em estabelecer conexões com as famílias e a comunidade. Esta articulação pode impactar significativamente a qualidade da educação e o desenvolvimento integral dos alunos.

Com o objetivo de aprimorar a qualidade da educação básica, em 2007, foi implementado o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, que envolve a colaboração da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios, das famílias e das comunidades (Brasil, 2007). Dessa forma, o Decreto nº 6.094/2007 propõe uma abordagem global e integrada para aperfeiçoar o sistema educacional, reconhecendo que essa melhoria exige a cooperação de todos os envolvidos, desde os órgãos governamentais até a família (Brasil, 2007).

No documento do PNE, no item relacionado à Meta 2, que trata da universalização do Ensino Fundamental de nove anos para a faixa etária de 6 a 14 anos e a conclusão dessa etapa na idade recomendada para, ao menos, 95% dos alunos, está a Estratégia 2.9. Esta estratégia propõe incentivar "[...] a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias" (Brasil, 2014, p. 4). No entanto, a formulação é bastante genérica, carecendo de detalhamento sobre as formas de concretizar esse estreitamento de relações.

A participação da família é de extrema importância para a concretização das aprendizagens essenciais destacadas pela BNCC (Brasil, 2018), pois viabiliza a compreensão da realidade dos alunos, uma vez que o currículo deve ser ajustado às necessidades e desafios enfrentados por eles em seu contexto.

Nessa perspectiva, é responsabilidade do gestor conhecer a comunidade escolar, buscando garantir espaços de diálogo e discussão entre a escola e a família, uma vez que "[...] escolas competentes são aquelas em que o poder é disseminado coletivamente e onde se compreende as nuances, a dinâmica e a dialética de sua manifestação entre os polos individual e social, equilibrando-os" (Lück, 2011, p. 106). O fortalecimento desses vínculos contribui diretamente para a construção de uma cultura escolar mais democrática e sensível às demandas da comunidade.

Com o objetivo de incentivar a participação da família na educação dos estudantes, o governo federal, em 2021, instituiu o Programa Educação e Família. Este programa visa promover e aprimorar a participação da família na vida escolar dos estudantes, além de contribuir na elaboração de seus projetos de vida (Brasil, 2021, 2023a). A legislação tem como objetivo reforçar o vínculo entre a escola e as famílias, além de promover iniciativas que visem à reflexão e à conscientização sobre a relevância da família e da escola na formação do projeto de vida dos estudantes, conforme estabelecido em seu art. 3º. Os objetivos norteadores do programa são:

- [...] III - promover ações que potencializem a participação da família na vida escolar dos estudantes;
- [...] IV - apoiar a elaboração de materiais pedagógicos que valorizem e versem sobre a integração família escola;
- [...] V - promover ações que visem à reflexão sobre a importância da família e da escola na construção do projeto de vida dos estudantes (Brasil, 2021, p. 1).

Uma das ações estratégicas previstas para a implementação dessa política é o PDDE Educação e Família, no qual a instituição desenvolve um plano de ação com vistas a aprimorar a participação da família na vida escolar dos estudantes e/ou envolver a família na construção de seu projeto de vida. De acordo com o que prevê o programa, as escolas beneficiadas organizam suas atividades mediante a definição metas, prazos e respectivos custos.

Segundo Polonia e Dessen (2005, p. 305), “[...] mesmo quando a instituição escolar planeja e implementa um bom programa curricular, a aprendizagem do aluno só é evidenciada quando este é cercado de atenção da família e da comunidade”. Dessa forma, a relação entre família e escola é essencial para a efetivação do direito à educação previsto no artigo 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988), uma vez que o sucesso educacional depende do envolvimento e colaboração de ambas as partes.

De acordo com os documentos legais mencionados, a relação entre a escola e a família é delineada como uma parceria entre a equipe pedagógica, a equipe diretiva e os pais, além da participação ativa das Associações de Pais. Esta parceria envolve, de um lado, o apoio conjunto dos professores e pais no acompanhamento da vida escolar dos alunos, o que requer a promoção de um diálogo aberto orientado pelos especialistas da educação básica e pelo gestor escolar. Por outro lado, essa parceria inclui a participação ativa na escola durante as assembleias, nas eleições para a composição do colegiado escolar, nas eleições para a escolha do diretor e vice-diretor, bem como nos eventos promovidos pela escola.

Embora as leis promovam a colaboração entre a família e a escola, essa relação não está sujeita a uma rígida regulamentação governamental em nossa nação (Resende; Silva, 2016). Isso significa que, apesar de ser apoiada por legislações e normativas, a interação entre as famílias e as escolas não é estritamente supervisionada ou regulamentada pelo Estado através de medidas severas e detalhadas. A legislação estabelece princípios orientadores, mas não impõe regras fixas que definam como essa parceria deve acontecer na prática cotidiana.

Dessa forma, cabe às partes envolvidas, ou seja, famílias e escolas, criar e definir suas próprias dinâmicas de colaboração de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pela legislação. Essa flexibilidade permite que as instituições adaptem suas ações à realidade local e às especificidades socioculturais da comunidade escolar.

2.2 PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: LEIS E POLÍTICAS ESTADUAIS

O sistema de ensino na rede estadual opera por meio de uma estrutura hierárquica, que inclui o órgão central, 47 SREs e as unidades escolares. O Decreto nº 48.709/2023, em seu artigo 2º, destaca que a SEE/MG é responsável pela coordenação, planejamento e execução das políticas educacionais no estado de Minas Gerais, garantindo o desenvolvimento e a adequada implementação das ações no âmbito da educação (Minas Gerais, 2023a).

A Secretaria de Estado de Educação desempenha essas funções de acordo com sua estrutura organizacional, representada no organograma apresentado no Anexo A. Esse organograma evidencia a divisão de responsabilidades entre os diferentes setores e destaca a função articuladora da SEE/MG no acompanhamento das ações educacionais.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), as escolas públicas não operam de forma isolada, mas integram um sistema educacional mais amplo e estão sujeitas às políticas e à gestão pública. Isso significa que o controle e a gestão local não podem ignorar as responsabilidades e a atuação dos órgãos centrais e intermediários dentro do sistema educacional. Essa integração, entretanto, nem sempre se realiza de forma tranquila, uma vez que o sistema de ensino pode enfrentar desafios, como ausências de uma política abrangente, escassez de recursos financeiros, divergência de interesses, desorganização e gestão inadequada.

Nesse cenário, a gestão escolar enfrenta o desafio de considerar atentamente as características particulares de sua própria realidade ao planejar, organizar, orientar e controlar suas atividades internas, de maneira que alcance, eficazmente, os resultados desejados. O papel do gestor, nesse cenário, é fundamental para adaptar as diretrizes gerais às condições concretas da escola e garantir a efetivação das políticas públicas na prática pedagógica cotidiana.

Apesar de os programas e as legislações terem sido implementados em anos anteriores, optou-se por analisar as leis mais recentes que os regulam, com o objetivo de compreender as atualizações realizadas após a revogação de normas anteriores.

O Quadro 2 descreve as várias leis e iniciativas que foram criadas para garantir a participação ativa das famílias na vida escolar.

Quadro 2 – Legislações estaduais para a participação da família na educação

Legislações	Justificativa
Resolução SEE nº 2.197 (2012)	Estabelece as diretrizes para a organização e o funcionamento do ensino nas escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais (Minas Gerais, 2012).
Resolução SEE/MG nº 4.662 (2021)	Fomenta a convivência democrática no ambiente escolar, transformando a escola em um local mais inclusivo e diversificado (Minas Gerais, 2021a).
Resolução SEE/MG nº 4.692 (2021)	Garante o avanço contínuo dos estudantes com o apoio da família e da comunidade (Minas Gerais, 2021b).
Resolução SEE/MG nº 4.764 (2022)	Estabelece a Assembleia Escolar e o Colegiado Escolar como entidades que representam e tomam decisões, fortalecendo a gestão democrática (Minas Gerais, 2022a).
Resolução SEE/MG nº 4.797 (2022)	Orienta a realização de reuniões bimestrais com os pais e responsáveis, estimulando a participação e o diálogo sobre a aprendizagem dos alunos (Minas Gerais, 2022b).
Lei Estadual nº 24.188 (2022)	Define ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de Minas Gerais (Minas Gerais, 2022c).

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os documentos legais destacam o aluno e sua educação completa, garantindo-lhe uma formação básica essencial para o exercício da cidadania, por meio da atuação conjunta entre a escola e a família, conforme mencionado no artigo 73 da Resolução SEE nº 2.197/2012:

As Escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis (Minas Gerais, 2012, p. 17).

Com o propósito de promover o desenvolvimento de cidadãos engajados, em 2018, a SEE/MG lançou o Programa de Promoção da Convivência Democrática no Ambiente Escolar (Minas Gerais, 2018). Este programa visa tornar a escola um ambiente mais aberto à democracia e à diversidade, possibilitando a discussão e o engajamento em prol de uma educação de alta qualidade.

Nesse contexto, conforme o artigo 2º da Resolução SEE/MG nº 4.662/2021, o Programa de Convivência Democrática tem como metas difundir a promoção e a proteção dos direitos humanos nas escolas e nos espaços educativos, além de fomentar o respeito às identidades e à diversidade no ambiente escolar, contribuindo,

desse modo, para a construção de uma cultura de acolhimento e convivência democrática. Além disso, o programa busca contribuir na prevenção e redução das situações de violência no ambiente escolar, promover a formação contínua de gestores e educadores, consolidar espaços de colaboração coletiva na escola, incentivar a utilização de práticas de resolução de conflitos através do diálogo e estabelecer parcerias com as redes de proteção social na área educacional (Minas Gerais, 2021a).

Conforme a Resolução SEE/MG nº 4.692/2021, cabe às escolas e aos professores, com o auxílio da família e da comunidade, assegurar o avanço contínuo dos estudantes no que se refere ao seu desenvolvimento integral e à conquista de conhecimentos significativos (Minas Gerais, 2021b).

Prosseguindo com a análise, a Lei nº 24.188/2022, ao modificar a Lei nº 16.683/2007, em seu artigo 2º, incisos III e IV, destaca a relevância das ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública, com objetivos específicos de fortalecer a gestão democrática e promover uma integração efetiva entre família, escola e comunidade (Minas Gerais, 2022c). Contudo, a escola pesquisada não recebe esses serviços, que são destinados exclusivamente a instituições localizadas em áreas com elevados índices de vulnerabilidade social. Essa exclusividade evidencia a fragilidade da legislação, uma vez que limita o impacto dessas iniciativas, não beneficiando várias comunidades que também poderiam receber esse apoio.

A Resolução SEE/MG nº 4.764/2022 estabelece que a Assembleia Escolar e o Colegiado Escolar são entidades que representam a comunidade escolar, desempenhando funções de caráter deliberativo e consultivo. A Resolução também enfatiza a importância desses órgãos para o fortalecimento da gestão democrática e participativa da escola (Minas Gerais, 2022a).

Lück (2011) ressalta que a representação é vista como uma forma significativa de participação, na qual ideias, expectativas, valores e direitos são expressos e considerados por meio de um representante, que é reconhecido como apto a interpretá-los em um contexto organizado com esse propósito. Este conceito é fundamental em grandes grupos sociais que não permitem a participação direta de todos os indivíduos e é implementado por meio da formação de organizações formais, nas quais a representatividade é assegurada por meio do voto. Nas escolas, essas organizações se materializam nos conselhos escolares, compostos por representantes escolhidos por meio de votação.

O Colegiado Escolar, por sua vez, exerce a função de ser o órgão representativo da comunidade escolar, participando das decisões relacionadas ao Regimento Escolar, aos processos educativos, às diretrizes pedagógicas e à gestão escolar, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola e com o Plano de Gestão. A entidade desempenha um papel de consultoria, analisando questões de interesse da escola, apresentados por diferentes segmentos da comunidade, e apresentando sugestões para solucionar tais questões. É importante destacar que todas as instituições de ensino devem ter um Colegiado Escolar (Minas Gerais, 2022a).

Em relação às atribuições do Colegiado, ele desempenha diversas funções relacionadas à participação da família na vida escolar dos alunos. Isso inclui a validação do Projeto Político Pedagógico da Escola e do Regimento Escolar, o acompanhamento dos indicadores educacionais, a elaboração e avaliação de parcerias entre a escola, os pais e a comunidade, a promoção de uma cultura de paz e de convivência democrática, além da proposição e supervisão de ações administrativas ou disciplinares em situações de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e estudantes (Minas Gerais, 2022a).

Assim, o Colegiado Escolar desempenha um papel central na promoção da participação da família na escola, envolvendo a comunidade escolar em diálogos significativos para aprimorar a aprendizagem dos alunos e promover um ambiente educacional democrático e inclusivo.

Em consonância com a importância do Colegiado Escolar na gestão educacional, Cury (2002a) ressalta que as funções de caráter normativo e consultivo que caracterizam esses órgãos visam atender aos objetivos principais da educação. Essas funções objetivam cooperar com o zelo pela aprendizagem nas escolas brasileiras e promover um ambiente educacional democrático e inclusivo.

Dando continuidade à análise das leis estaduais sobre a participação da família, o artigo 10 da Resolução SEE nº 4.797 orienta que:

As reuniões com pais e/ou responsáveis deverão ser realizadas bimestralmente, conforme disposto no Anexo I desta Resolução, cabendo à gestão escolar buscar estratégias para estimular a participação da comunidade escolar e fomentar o diálogo com as famílias sobre o processo de aprendizagem dos estudantes (Minas Gerais, 2022b, p. 4).

Essas abordagens constituem os princípios da gestão democrática, conforme estabelecido no artigo 14, inciso II da LDBEN de 1996 (Brasil, 1996). Nesta normativa, as leis de cada Estado, Município e do Distrito Federal devem estabelecer as diretrizes para a gestão democrática do ensino público na educação básica, considerando suas particularidades e promovendo a participação da comunidade escolar e local por meio de Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares, ou instâncias equivalentes.

Como se pode observar, a SEE/MG tem elaborado normas com o objetivo de estimular o envolvimento das famílias nas escolas, criando oportunidades para que participem das atividades pedagógicas realizadas nas instituições de ensino. No entanto, Resende e Silva (2016), ao analisarem os documentos e a legislação vigente, identificaram que, embora existam diretrizes formais, não há um incentivo direto e eficaz por parte do Estado para consolidar uma parceria sólida e contínua entre a escola e a família.

Nesse sentido, essa lacuna está diretamente relacionada ao escopo da pesquisa, que busca fomentar e fortalecer a participação das famílias na vida escolar dos estudantes, registrando sua importância para a construção de uma educação pública de qualidade.

2.3 A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE GUANHÃES

A SRE Guanhães, que abrange a cidade onde se encontra a escola investigada, foi estabelecida pela Lei Estadual nº 9.383, promulgada em 18 de dezembro de 1986 (Minas Gerais, 1986). Ela se encontra na parte leste de Minas Gerais e integra o polo regional do Vale do Aço. Sua jurisdição abrange 22 municípios, incluindo um total de 72 escolas estaduais, 152 escolas municipais e 33 escolas particulares.

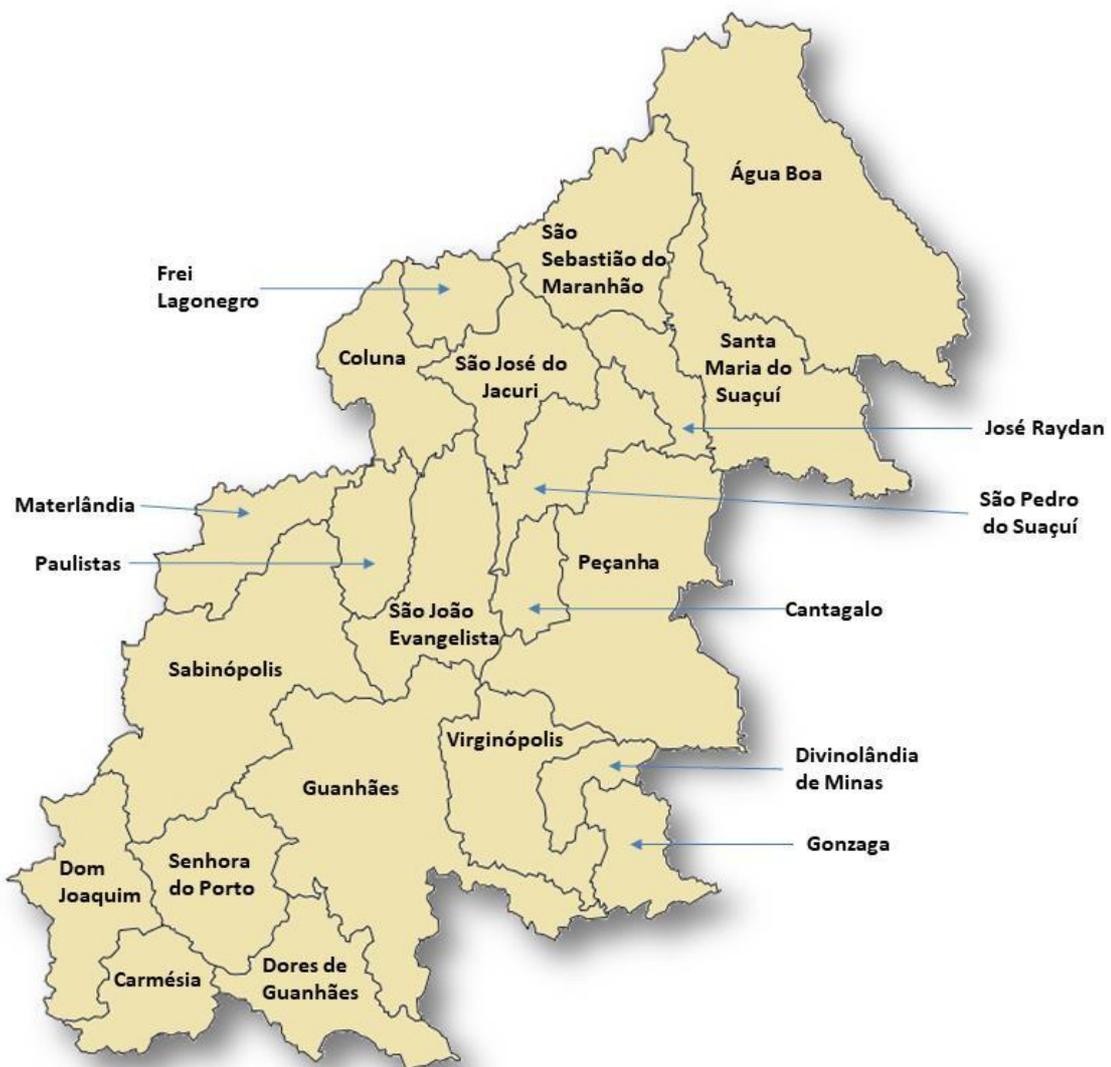
De acordo com o Decreto Estadual nº 48.709/2023, no seu artigo 3º, inciso XI, a SRE Guanhães é classificada como de Porte II⁴. Assim, a configuração organizacional inclui a Diretoria Administrativa e Financeira, a Diretoria Educacional e a Diretoria de Pessoal (Minas Gerais, 2023a). Conforme estabelecido no artigo 56 do

⁴ As SRE podem ser categorizadas como de Porte I ou II. A distinção entre elas ocorre devido à quantidade de alunos e instituições de ensino atendidos, resultando no fato de que as de Porte II possuem uma Diretoria Educacional a menos.

Decreto nº 48.709/2023, as SREs são responsáveis por realizar a supervisão técnica, fornecer orientação normativa, colaborar e facilitar a coordenação e integração entre o governo estadual e os municípios, sempre em conformidade com as diretrizes e políticas educacionais estabelecidas em nível regional (Minas Gerais, 2023a).

A Figura 1 mostra os municípios que estavam sob a jurisdição da SRE Guanhães em 2023.

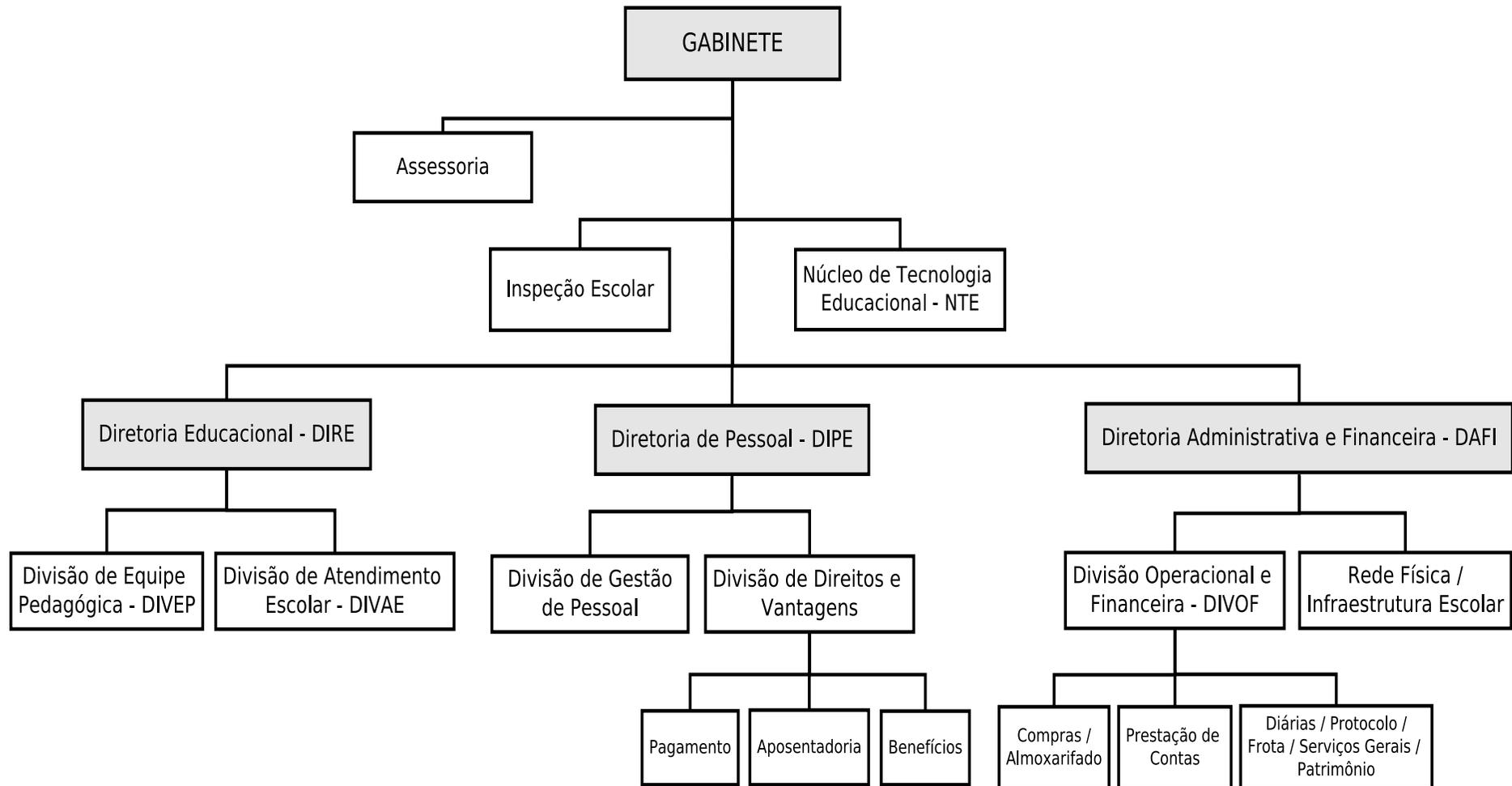
Figura 1 – Mapa da SRE Guanhães



Fonte: Minas Gerais (2019a).

Cada SRE tem uma estrutura organizacional específica, seguindo a legislação que define as atribuições dos servidores da SEE/MG. A Figura 2 representa essa disposição.

Figura 2 – Organograma da estrutura organizacional da SRE Guanhões



Fonte: Minas Gerais (2019b).

Conforme demonstrado na Figura 2, na SRE Guanhães, encontram-se a Inspeção Escolar e o Núcleo de Tecnologia Educacional, os quais estão diretamente ligados à Diretoria Geral e prestam assistência a todos os demais setores. Isso inclui a Diretoria Educacional (DIRE), que se ocupa das questões pedagógicas e do atendimento escolar; a Diretoria de Pessoal (DIPE), responsável pela gestão de recursos humanos, direitos e benefícios dos servidores, processamento de pagamentos e aposentadorias, além de estruturar planos de carreira e cuidar da documentação dos profissionais da SRE e dos gestores escolares, oferecendo orientações sobre a organização dos arquivos e seus colaboradores; e a Diretoria Administrativa e Financeira (DAFI), encarregada do assessoramento administrativo, gerenciamento financeiro e prestação de contas, tanto da SRE quanto das escolas sob sua jurisdição.

A SRE Guanhães opera de maneira descentralizada para atender às diretrizes estabelecidas pela SEE/MG. Sua principal responsabilidade é assegurar que os requisitos legais sejam atendidos e que as políticas públicas sejam implementadas nas escolas, incluindo aquelas que promovem a interação com as famílias. Essa supervisão é realizada pelo inspetor escolar e pelos analistas da SRE, principalmente por meio dos sistemas informatizados da SEE/MG e da superintendência, com o objetivo de acompanhar o engajamento familiar e identificar oportunidades de aprimoramento, assegurando a adoção de práticas que fortaleçam a gestão democrática. As visitas presenciais são realizadas sem que for necessário.

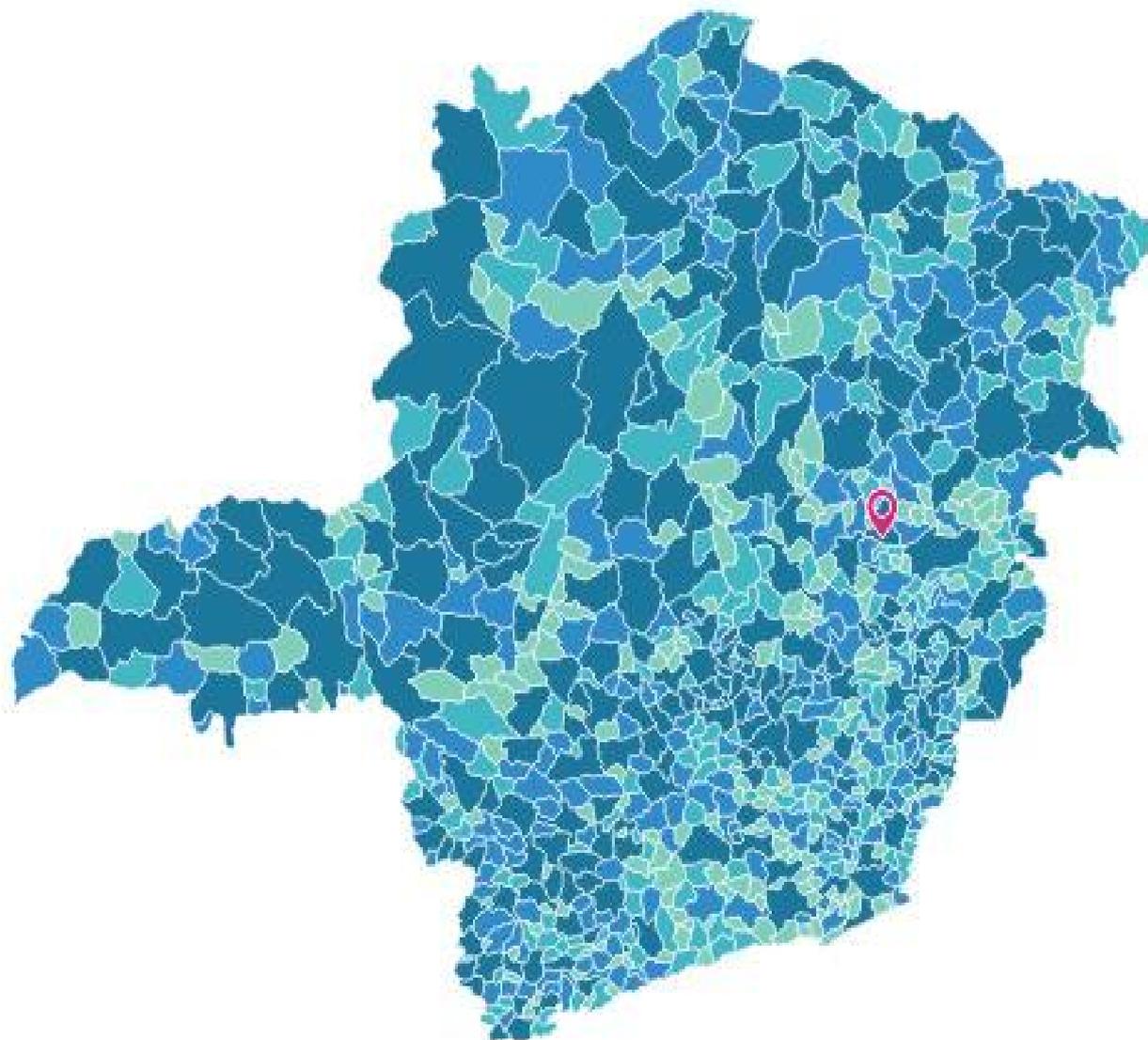
2.4 A ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA

A Escola Estadual Dona Graça é uma das duas escolas estaduais do município que oferece o Ensino Fundamental – Anos Finais. Fundada em 1913, a instituição começou suas atividades em 01/02/1916, recebendo a denominação de Grupo Escolar “Dona Graça” em homenagem ao pai do prefeito (Escola Estadual Dona Graça, 2022a). Atualmente, a escola conta com 110 anos de existência e a cidade onde se localiza tem 143 anos de emancipação.

O município de Peçanha teve sua fundação em 1881 e se encontra no leste de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, a cerca de 350 quilômetros da capital do Estado, Belo Horizonte (Figura 3). De acordo com os dados do censo mais recente, a cidade possui uma área de 996,646 km² e abriga 17.446 habitantes, apresentando uma

densidade demográfica de 17,50 hab./km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). O município é caracterizado por sua paisagem montanhosa, rica em recursos naturais e marcada por tradições culturais regionais que fortalecem a identidade local.

Figura 3 – Localização da cidade de Peçanha-MG



Fonte: IBGE (2023).

Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2020 foi de R\$ 12.752,91. No mesmo período, os trabalhadores formais registraram um salário médio mensal que corresponde a 1,6 salários-mínimos, representando 9,12% da população ocupada em 2021. Peçanha é um município que possui uma história rica,

e sua economia local é impulsionada por setores como a agricultura, a pecuária e o comércio (IBGE, 2023).

No tocante à educação, a taxa de escolarização para a faixa etária de 6 a 14 anos é de 97,1%, o que demonstra um adequado acesso à educação básica. Entretanto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)⁵ para as etapas iniciais e finais do Ensino Fundamental é, respectivamente, 5,7 e 4,8, indicando áreas que necessitam de melhorias (IBGE, 2023).

O PIB per capita no ano de 2020 atingiu o valor de R\$ 12.752,91, evidenciando uma economia em desenvolvimento. Apesar dos desafios, como a alta porcentagem da população que sobrevive com até meio salário-mínimo por pessoa (42,9%), a cidade está empenhada em aprimorar suas condições de vida.

Esses fatores, aliados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,627, em 2010, refletem a busca contínua por melhorias no desenvolvimento humano. A participação e o envolvimento dos responsáveis na educação podem ser influenciados por fatores econômicos e sociais, destacando a importância de abordagens inclusivas para fortalecer a cultura escolar e promover o acesso equitativo à educação.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico⁶, o edifício destinado às atividades escolares foi erguido pelo Estado em 1915, na Rua Municipal, atualmente denominada Avenida dos Bragas, onde foram iniciadas as atividades com 390 alunos, distribuídos em sete turmas.

Em 1974, a instituição recebeu a denominação de Escola Estadual Dona Graça, iniciando suas atividades em um sistema seriado (organização em séries), que se manteve até 1985, quando foi introduzido o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA). Em 1985, ampliou suas atividades com a adição de novas séries, atendendo assim às demandas de uma nova era. Assim, tem início a 5ª série. A escola avança de maneira significativa rumo à modernidade. Desde 2014, a escola passou a disponibilizar

⁵ Foi estabelecido em 2007 e combina, em um único indicador, os resultados de dois elementos igualmente relevantes para a qualidade do ensino: a progressão escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado com base nas informações sobre a aprovação nas escolas, coletadas no Censo Escolar, além das médias de desempenho do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). É o recurso destinado ao monitoramento das metas de qualidade na educação fundamental.

⁶ Documento oficial, intencional e estruturante dos processos que se desenvolvem na escola, é um conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam os programas, projetos e práticas pedagógicas e administrativas da escola, obedecidas as normas do sistema educacional.

exclusivamente o Ensino Fundamental – Anos Finais (Escola Estadual Dona Graça, 2018).

Segundo o Projeto Político Pedagógico, a escola, desde a sua criação, funcionou em um prédio próprio até 1968, ano em que, em razão de problemas estruturais, foi destruída e suas atividades foram realocadas para o antigo internato⁷ de Peçanha. Um novo edifício de três pavimentos, com estilo moderno, foi construído no mesmo local e inaugurado em 1970, conforme demonstrado na Figura 4 (Escola Estadual Dona Graça, 2022a).

Figura 4 – Fachadas dos prédios da escola antiga e da atual



Fonte: Arquivo fotográfico da autora (2023).

A estrutura da escola encontra-se em excelente condição de preservação, o que é particularmente notável ao se levar em conta que foi erigida há 52 anos. As instalações são mantidas sempre limpas e organizadas, evidenciando um cuidado contínuo pelo ambiente escolar ao longo do tempo.

Para facilitar a compreensão da estrutura da escola, a Tabela 1 especifica os espaços físicos disponíveis na Escola Estadual Dona Graça.

⁷ Instituição das irmãs de caridade que abrigavam as mulheres da área rural e das cidades próximas que chegavam a Peçanha para estudar.

Tabela 1 – Distribuição dos ambientes da escola em 2022

Descrição	Quantidade
Salas de aula	9
Banheiro masculino	2
Banheiro feminino	2
Banheiro servidores	2
Laboratório de informática	1
Sala de vídeo	1
Sala de jogos	1
Sala dos professores	1
Biblioteca	1
Sala de recurso	1
Sala da supervisão	1
Salas para atendimento secretaria	3
Sala do diretor	1
Arquivo	2
Cantina	1
Depósito alimentos	1
Depósito material de limpeza	1
Pátio	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Projeto Político Pedagógico (Escola Estadual Dona Graça, 2022a).

A estrutura física da Escola Estadual Dona Graça é composta por dependências que favorecem o processo de ensino e aprendizagem, com ambientes adequados tanto para as atividades pedagógicas quanto para o convívio escolar. A quantidade e a diversidade dos espaços disponíveis atendem de forma satisfatória à demanda de estudantes matriculados.

Em 2021, a SEE/MG destinou recursos para aprimorar a infraestrutura da escola, investindo em reformas e aquisições. A instituição realizou melhorias nos banheiros e muros, além de efetuar pinturas internas e externas e instalar uma rede lógica para melhorar o acesso à internet. A escola também recebeu novos móveis, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos, beneficiando as salas de aula, a sala dos professores, as secretarias, a cantina e o refeitório. No ano de 2023, visando reforçar a segurança da comunidade escolar e do patrimônio, foram instalados dispositivos de câmeras e alarmes em suas dependências.

A Figura 5 apresenta as principais dependências da escola, permitindo uma visualização mais clara da organização dos espaços físicos e da estrutura disponível para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Figura 5 – Dependências da Escola Estadual Dona Graça



Fonte: Arquivo fotográfico da autora (2023).

Conforme mostram as imagens das dependências, as salas de aulas são amplas, ventiladas e dispõem de mesas e cadeiras em bom estado, além de ventiladores, televisão e projetor multimídia. A biblioteca passou por uma revitalização em 2022, incluindo a aquisição de estantes e obras literárias. O laboratório de informática dispõe de 22 computadores em bom estado de funcionamento e com acesso à internet. Os alunos o utilizam para fazer pesquisas, para a realização de avaliações diagnósticas externas e trimestrais, e nas aulas de Ciências e Tecnologias com os alunos do 8º e 9º ano no período integral.

A sala de jogos é amplamente utilizada nas aulas de Educação Física, pois não há uma quadra esportiva disponível na escola. Atualmente, a sala possui quatro computadores destinados a jogos on-line, uma variedade de jogos de tabuleiro, dominós, jogo da memória, entre outros. A escola possui um clube de xadrez que se destaca em competições dos Jogos Estudantis de Minas Gerais (JEMG).

Conforme exposto, a escola não possui uma quadra para atividades esportivas. Assim, o pátio, além de abrigar o refeitório, é também utilizado para as aulas de Educação Física. No entanto, essa organização restringe a prática de modalidades esportivas e a realização de eventos com um público superior a 500 pessoas. Em dias de chuva, por exemplo, as aulas práticas são prejudicadas, limitando as possibilidades pedagógicas da disciplina e impactando negativamente a vivência dos estudantes. Ademais, a falta de um espaço adequado compromete a realização de projetos interdisciplinares e eventos culturais que demandam estrutura mais ampla e segura.

Em 2024, a escola recebeu um financiamento destinado à construção de uma quadra poliesportiva em um terreno situado na parte posterior da instituição. A construção dessa quadra representa a realização de um sonho para toda a comunidade escolar, pois possibilita a expansão dos projetos pedagógicos, reforça a participação das famílias e traz uma contribuição relevante para a elevação da qualidade do ensino. Cabe ressaltar que o prédio escolar carece de acessibilidade para pessoas com deficiência de locomoção, uma vez que o acesso ao segundo andar e ao térreo é realizado unicamente por escadas.

A unidade escolar possui uma equipe de recursos humanos composta por 42 servidores. Este quadro foi organizado de acordo com a Resolução nº 4.672/2021, que estabelece as diretrizes para a atribuição das funções de acordo com o quantitativo de alunos matriculados, número de turmas e número de turnos em funcionamento (Minas Gerais, 2021c).

A Tabela 2 apresenta as funções e o quantitativo de servidores da Escola Estadual Dona Graça no ano de 2023.

Tabela 2 – Lista de servidores da Escola Estadual Dona Graça em 2023

Função	Quantidade
Professor regente de aula	21
Professor de apoio	3
Professor para uso da biblioteca	2
Especialista da Educação Básica	3
Secretário	1
Vice-diretor	1
Diretor	1
Assistente Técnico da Educação Básica (ATB)	4
Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASB)	8

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Simade (Minas Gerais, 2023b).

A equipe gestora é formada pela diretora, que está na posição há 24 anos seguidos, por uma vice-diretora, uma secretária e três especialistas em educação básica, sendo que um deles é responsável pela coordenação das turmas do Ensino em Tempo Integral. O corpo docente é composto por professores efetivos e convocados, os quais possuem ensino superior completo. A Tabela 3 apresenta as informações sobre a formação acadêmica dos docentes no ano de 2023.

Tabela 3 – Formação acadêmica dos docentes da Escola Estadual Dona Graça em 2023

Docentes	Formação acadêmica	Quantidade
Efetivos	Superior completo (apenas)	2
	Superior com pós-graduação lato sensu (especialização)	11
	Superior com pós-graduação stricto sensu (mestrado)	1
	Superior com pós-graduação stricto sensu (doutorado)	-
Convocados	Superior completo (apenas)	4
	Superior com pós-graduação lato sensu (especialização)	8
	Superior com pós-graduação stricto sensu (mestrado)	-
	Superior com pós-graduação stricto sensu (doutorado)	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Simade (Minas Gerais, 2023b).

De acordo com os dados apresentados acima, o corpo docente da escola é composto, em sua maioria, por profissionais efetivos, embora a diferença em relação aos contratados seja mínima. Essa predominância, embora sutil, contribui positivamente para a permanência desses profissionais na instituição, favorecendo a continuidade das práticas pedagógicas e o fortalecimento do vínculo com a comunidade escolar. Todos são graduados e atuam na sua respectiva área de formação, o que assegura maior qualidade no desenvolvimento das atividades de ensino.

O percentual de docentes com pós-graduação é relativamente maior entre os efetivos, o que pode ser justificado pelo plano de carreira dos profissionais de educação básica do estado de Minas Gerais, cuja promoção por escolaridade beneficia apenas os servidores detentores de cargo efetivo. Em 2023, a instituição dispunha de apenas um professor com formação em nível de mestrado. Acredita-se que esse número esteja relacionado à localização geográfica da cidade, que é distante de centros urbanos que oferecem programas de pós-graduação *stricto sensu*.

A escola oferta o Ensino Fundamental – Anos Finais e Regular, e, em 2020, foi implementado nesta instituição o Ensino Fundamental em Tempo Integral (EFTI), conforme as diretrizes da Resolução SEE nº 2.749/2015 (Minas Gerais, 2015). Em 2023, a escola contava com uma turma de EFTI para cada ano de escolaridade, totalizando quatro turmas. Essa modalidade busca promover uma formação que contemple não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também aspectos sociais, emocionais e culturais dos estudantes.

De acordo com o artigo 80 da Resolução SEE nº 4.692/2021, a proposta pedagógica das escolas que ofertam o EFTI deve fundamentar-se na formação integral dos estudantes, mediante a ampliação da carga horária da matriz curricular, que varia de 833:20 para 1.500:00 horas anuais. Isso visa garantir os direitos à aprendizagem e o pleno desenvolvimento do estudante (Minas Gerais, 2021b). O planejamento das atividades integradoras leva em consideração as necessidades e os interesses dos alunos, promovendo a interdisciplinaridade e a valorização de saberes diversos.

No ato do cadastramento no Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula (SUCEM), que também inclui a rematrícula, as famílias recebem informações sobre a disponibilização do EFTI e, opcionalmente, elas podem optar pela adesão.

A Tabela 4 lista a quantidade de alunos matriculados no período de 2018 a 2023.

Tabela 4 – Alunos matriculados na Escola Estadual Dona Graça de 2018 a 2023

Ano	Manhã	Tarde	Integral	Total
2018	260	187	-	447
2019	252	234	-	486
2020	246	143	25	414
2021	194	118	48	360
2022	151	109	63	323
2023	127	103	78	308

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Simade (Minas Gerais, 2023b).

O aumento no total de estudantes do EFTI resulta da expansão gradual do programa. Iniciado em 2020 com a inclusão do 6º ano, o EFTI foi progressivamente ampliado para os anos escolares seguintes. Ao longo dos anos, verifica-se uma redução gradual no número total de alunos matriculados na escola. Essa redução é explicada pela implantação de novas escolas no município que oferecem o Ensino Fundamental – Anos Finais, conforme é explicitado a seguir.

Diversos estudantes da área rural viajavam longas distâncias de ônibus em condições precárias para chegar a Peçanha e frequentar as aulas. Eles retornavam para casa somente à noite e, durante a temporada de chuvas, a frequência era muito baixa. Dessa forma, as famílias ficavam preocupadas quanto à segurança de seus filhos durante o trajeto até a escola. A insatisfação das famílias levou o município a expandir as escolas da área rural e, em articulação com a SEE/MG, iniciou a oferta do Ensino Fundamental Regular – Anos Finais nessas instituições de ensino municipais.

No ano de 2021, uma escola pública localizada na área urbana, que ofertava apenas o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, passou a ofertar também o Ensino Fundamental – Anos Finais. Dessa forma, os alunos dessa escola, que anteriormente estavam matriculados na escola pesquisada para completar os anos finais, passaram a dar continuidade aos estudos na mesma escola.

A escola atende alunos tanto da área urbana quanto da rural, com diferentes níveis culturais, sociais e econômicos. Os alunos da área rural, que representam 17%,

utilizam o transporte escolar e enfrentam inúmeras dificuldades ao longo do ano letivo, incluindo a distância a ser percorrida, condições precárias das estradas, o período de chuvas e veículos desconfortáveis. A maioria significativa dos alunos da área urbana vive na periferia.

Conforme dados do questionário socioeconômico do Saeb respondido pelos alunos do 9º ano, a comunidade atendida pela escola encontra-se no nível socioeconômico (NSE) médio-baixo (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Essas informações referem-se ao grau de escolaridade, à renda, à atividade profissional e à propriedade de bens da família. Neste caso, a maioria dos pais ou responsáveis pelos alunos da escola em estudo possui o Ensino Fundamental incompleto e/ou o Ensino Médio completo, reside em casas simples e possui alguns bens materiais.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a renda familiar da unidade habitacional advém do programa Bolsa Família, bem como da prestação de serviços no comércio local, da Cenibra⁸, da Prefeitura Municipal, e do trabalho em funções de empregadas domésticas, serventes de pedreiro, lavradores e/ou como pequenos produtores (Escola Estadual Dona Graça, 2020). Em sua maioria, as famílias vivem com rendimentos limitados, o que pode influenciar diretamente nas condições de vida e no acesso a oportunidades educacionais e culturais.

A escola procura realizar no decorrer do ano letivo ações e projetos com o objetivo de facilitar o processo de ensino e aprendizagem, incentivar o protagonismo e promover a interação com as famílias. Além das ações determinadas pela SEE/MG, a equipe diretiva, em colaboração com os professores, planeja, no início do ano letivo, projetos a serem realizados ao longo do ano. Os projetos são desenvolvidos sob a supervisão de professores previamente definidos e seguem o cronograma estabelecido para sua execução.

O Quadro 3 detalha os principais projetos realizados durante o ano de 2023, de acordo com o calendário interno de atividades elaborado pela escola, o calendário pedagógico determinado pela SEE/MG e o plano de ação do Programa Educação e Família.

⁸ Indústria que fabrica celulose branqueada a partir da fibra curta de eucalipto, localizada no município Belo Oriente, no interior do estado de Minas Gerais, Brasil.

Quadro 3 – Projetos desenvolvidos pela Escola Estadual Dona Graça em 2023

(continua)

Mês	Projeto/Ação	Objetivo	Iniciativa	Convites às famílias
Fevereiro	Acolhimento dos alunos	Despertar nos estudantes habilidades socioemocionais que favorecem o respeito e o convívio ao longo do ano letivo.	Escola e SEE/MG	Não
Março	Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher	Promover atividades para difundir conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e os mecanismos disponíveis para apoio e para a realização de denúncias relacionadas à violência doméstica.	SEE/MG	Sim
Março	Dia Internacional da Mulher	Conscientizar os estudantes sobre a importância do Dia Internacional da Mulher e despertar o entendimento das ações realizadas por mulheres importantes na História.	SEE/MG	Sim
Abril	Desbravando a cultura indígena	Valorizar a cultura indígena e proporcionar conhecimento sobre a culinária, o artesanato, a dança, a música e a religião desses povos.	Escola	Não
Abril	Sarau literário caça talentos	Promover a interação, desenvolver o gosto pela leitura e oportunizar aos estudantes diversas formas de se expressarem, como por meio de dança, música e poesia.	Escola	Sim
Maio	Dia das Mães	Prestar uma homenagem às mães e promover um momento de reflexão e conexão com a família.	Escola	Sim
Maio	Jogos estudantis	Promover, por meio da prática esportiva, a integração, a socialização e o respeito.	Escola	Não
Maio	Visita Guiada	Oferecer aos alunos do 9º ano e suas famílias a oportunidade de visitar a exposição de profissões no Instituto Federal de Minas Gerais, a fim de apresentar opções profissionais viáveis para o futuro.	Programa Educação e Família	Sim
Junho	Feira - Meio Ambiente e Sustentabilidade	Conscientizar a comunidade escolar sobre a importância de conservar os recursos naturais e os seres vivos.	Escola	Sim
Junho	Semana Estadual de Prevenção às Drogas	Orientar sobre os danos decorrentes do uso de álcool, tabaco e outras substâncias.	SEEMG	Sim

Quadro 3 – Projetos desenvolvidos pela escola (2023)

(conclusão)

Mês	Projeto/Ação	Objetivo	Iniciativa	Convites às famílias
Junho	Oficinas para trabalhar o socioemocional dos estudantes e famílias	Obter um aumento na participação das famílias nas interações com a escola, favorecendo o desenvolvimento dos estudantes e melhorando significativamente o desempenho escolar.	Programa Educação e Família	Sim
Julho	Festa junina	Compreender a história da festa junina e seu significado no folclore brasileiro, proporcionando a interação e a descontração por meio de brincadeiras e danças.	Escola	Sim
Agosto	Semana Estadual das Juventudes	Estimular a participação dos jovens e fortalecer a cultura da paz e dos direitos humanos.	SEEMG	Não
Agosto	Festival de música e dança	Valorizar os talentos que enriquecem a cultura local, promovam a afetividade, a sociabilidade e a criatividade.	Escola	Sim
Agosto	Dia do Estudante	Prestar homenagem e reconhecer os alunos como parte essencial na formação da sociedade.	Escola	Não
Setembro	Feira do Conhecimento	Proporcionar à comunidade escolar conhecimentos a partir do desenvolvimento de projetos de interesse dos estudantes.	Escola	Sim
Novembro	Semana de Educação para a Vida	Trabalhar temas que não constam no currículo obrigatório, a fim de promover uma formação integral do estudante.	SEEMG	Não
Novembro	Consciência Negra	Compreender a importância da Lei nº 10.639/03 no contexto sociopolítico para a cultura afrodescendente e afro-brasileira, assim como os avanços na luta contra o racismo e a discriminação que o Brasil enfrenta.	SEEMG	Sim

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com o calendário interno da escola (2023).

Os projetos desenvolvidos pela escola, conforme descrito, são apresentados às famílias durante a primeira reunião de pais, realizada no início do ano letivo. As famílias são convidadas a participar da maioria dos eventos, com os convites sendo entregues pelos alunos em formato impresso e divulgados nas redes sociais da escola.

Em anos passados, a escola já desenvolveu os projetos mencionados para o ano de 2023. Anualmente, de acordo com as avaliações dos projetos já executados, as equipes diretiva e pedagógica avaliam as ações que devem permanecer e as ações que precisam ser modificadas ou eliminadas.

Vale destacar que, em 2018, a instituição desenvolveu o projeto “Estreitando Laços Família-Escola” com o intuito de envolver a família nos eventos e projetos da escola e, conseqüentemente, atrair as famílias para a escola. O projeto foi planejado no início do ano letivo, incluindo um cronograma com todos os eventos previstos. Segundo a avaliação da diretora e dos docentes, o projeto atingiu resultados razoavelmente satisfatórios, uma vez que, em diversas atividades realizadas ao longo do ano, várias famílias estiveram presentes na escola, envolvidas nos projetos. Dentre os projetos desenvolvidos com o objetivo de conseguir uma participação efetiva da família na escola, o projeto “Estreitando Laços Família-Escola” foi o que mais se destacou nos últimos 10 anos. Desde então, a escola tem desenvolvido iniciativas voltadas à participação familiar, embora de forma isolada.

2.4.1 Participação da família na Escola Estadual Dona Graça

Embora se reconheça a responsabilidade da família em assegurar o desenvolvimento integral do filho, a maioria dos alunos atendidos pela escola não conta com um apoio familiar ativo em sua trajetória escolar. Esses dados podem ser constatados nas listas de presença das reuniões bimestrais realizadas para apresentação de resultados, nas assembleias, no Projeto Político Pedagógico da escola e nos questionários do Saeb respondidos pelos estudantes entre 2018 e 2023.

Os pais ou responsáveis enfrentam dificuldades em auxiliar nas atividades escolares e não participam efetivamente das reuniões de pais, assembleias e eventos escolares, o que acarreta impactos negativos na aprendizagem. Essa fragilidade pode estar relacionada à baixa escolaridade dos pais ou responsáveis e à limitada condição econômica, que possivelmente afetam suas perspectivas de futuro.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a instituição objetiva reforçar o vínculo com as famílias, uma vez que reconhece a sua relevância no processo de ensino e aprendizagem (Escola Estadual Dona Graça, 2022a). A escola procura manter um diálogo constante com as famílias, promove reuniões periódicas e individuais em prol da melhoria do aprendizado e do convívio harmonioso, além de desenvolver projetos para estreitar os laços com a família; no entanto, tais iniciativas não indicam que a relação entre família e escola seja efetiva.

Apesar das ações desenvolvidas, os documentos da escola, como lista de presença, atas de reuniões e o Projeto Político Pedagógico indicam que a presença dos pais é bem inferior ao que se esperava. Uma parcela significativamente pequena comparece à instituição e demonstra envolvimento efetivo na vida escolar dos filhos.

A Tabela 5 apresenta uma síntese da participação dos pais e/ou responsáveis em assembleias escolares realizadas entre 2018 e 2023 na Escola Estadual Dona Graça. Durante essas reuniões, são abordados assuntos administrativos da escola, como a prestação de contas da caixa escolar e do colegiado, além da escolha de representantes para esses órgãos. Essas informações podem impactar negativamente o processo de gestão democrática. A análise dos dados revela uma baixa adesão das famílias aos encontros, mesmo quando tratados temas relevantes à gestão escolar.

A análise dos registros demonstra que a taxa de participação das famílias nas assembleias nunca ultrapassou os 10%, sendo o maior índice registrado em 30/11/2018 (9,0%) e o menor em 08/11/2022 (1,5%). Em média, as participações giram em torno de 3 a 4%, o que evidencia uma desconexão significativa entre escola e famílias.

Apesar da importância estratégica dos temas das reuniões para a gestão democrática, eles não despertaram interesse suficiente da comunidade. Houve uma queda acentuada em 2023, que pode estar relacionada à falta de mobilização ou comunicação, ou mesmo descrença na efetividade da participação. Existe uma desconexão entre os instrumentos formais de participação e o real engajamento das famílias, o que pode indicar a necessidade de revisar estratégias de mobilização.

Portanto, a Tabela 5 expõe um quadro crítico de participação familiar, revelando que a mera oferta de espaço para participação não garante engajamento.

Tabela 5 – Síntese da participação dos pais nas assembleias de 2018 a 2023

Data	Horário	Pauta	Famílias		
			Convidadas	Presentes	% Participação
06/07/2018	18:00	Assembleia geral para alteração do estatuto social da caixa escolar Deputado Edgardo da Cunha.	376	11	2,9
30/11/2018	18:00	Assembleia com a comunidade escolar para prestação de contas da gestão em 2018.	364	33	9,0
07/05/2019	18:00	Assembleia geral da comunidade escolar para constituição da comissão organizadora do processo de escolha de diretor e vice-diretor em 2019	405	15	3,7
12/07/2019	18:00	Assembleia geral ordinária para aprovação do estatuto, do regulamento próprio de licitação e eleição dos membros da diretoria da caixa escolar.	376	9	2,5
03/09/2019	18:00	Assembleia escolar “Dia do Colegiado Escolar”.	405	13	3,3
09/03/2022	17:00	Assembleia geral ordinária para eleição dos membros da diretoria, conselho fiscal e indicação dos membros da comissão de licitação da caixa escolar.	287	18	6,5
21/06/2022	18:00	Assembleia geral extraordinária para a extensão do mandato da diretoria atual, conforme a Resolução SEE nº 4.723.	287	19	3,7
30/08/2022	18:00	Assembleia escolar “Dia do Colegiado Escolar”.	287	11	3,7
08/11/2022	17:00	Assembleia geral da comunidade escolar para constituição da comissão organizadora do processo de escolha de diretor e vice-diretor em 2022.	281	4	1,5
17/01/2023	09:00	Assembleia geral extraordinária para alteração do estatuto, eleição da diretoria e recomposição dos membros da comissão de licitação e do conselho fiscal.	275	7	2,6

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com as atas da caixa escolar e do colegiado escolar do período de 2018 a 2023 (Escola Estadual Dona Graça, 2022, 2023).

A Tabela 6 apresenta os dados relativos à participação das famílias em atividades decisivas para a gestão escolar, como a escolha de diretores e vice-diretores, bem como a eleição para membros do colegiado. Os dados evidenciam a participação de famílias em momentos significativos para a tomada de decisões na administração da escola.

Tabela 6 – Síntese da participação dos pais nas eleições de colegiado e processo de escolha de diretor e vice-diretor de 2018 a 2023

Ano	Atividade	Famílias		
		Convidadas	Presentes	% Participação
2019	Processo de escolha de diretor e vice-diretor	271	67	24,8
2019	Eleição dos membros do colegiado da escola	263	46	17,5
2022	Eleição para escolha de membros do colegiado escolar	183	19	10,5
2022	Processo de escolha de diretor e vice-diretor	180	40	22,0

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com as atas do processo para escolha de diretor e vice-diretor e da eleição para escolha dos membros do colegiado do período de 2019 a 2022 (Escola Estadual Dona Graça, 2022, 2023).

Os dados revelam uma participação limitada das famílias nos momentos das escolhas dos representantes do colegiado escolar e da gestão escolar. Esses números indicam um desafio na inclusão das famílias nos processos decisórios da escola, evidenciando a necessidade de desenvolver estratégias para promover a participação e a conscientização sobre a importância dessas atividades.

A eleição para escolha dos representantes dos segmentos do colegiado ocorre das 08 às 17 horas, enquanto o processo de eleição do diretor e do vice-diretor acontece em um período mais extenso, das 08 às 19 horas. Esta organização visa atender à disponibilidade da comunidade escolar, permitindo que compareçam à escola em diferentes momentos ao longo do dia. No entanto, mesmo com a ampla disponibilidade de horários, a participação ainda é reduzida.

Segundo o Projeto Político Pedagógico de 2018, a comunidade escolar identificou aspectos que necessitam de aprimoramento na instituição de ensino:

O principal desafio desta escola é conseguir o reconhecimento e a valorização dos estudos pela família e pelos próprios estudantes, pois após avaliação realizada pela comunidade escolar na “Virada educação” foi constatado que muitas famílias não valorizam devidamente a escola e não veem os estudos como alicerce para o futuro dos filhos, deixando de incentivar a assiduidade às aulas e de acompanhar a realização de atividades, trabalhos e deveres de casa. Diante disto o adolescente se torna indiferente às responsabilidades inerentes aos estudos e à escola, surgindo problemas de indisciplina, evasão e baixo rendimento escolar (Escola Estadual Dona Graça, 2018, p. 12).

Conforme descrito no capítulo de diagnóstico do Projeto Político Pedagógico de 2020, a escola utilizou um questionário disponibilizado pela SEE/MG, que foi aplicado a uma amostra aleatória de estudantes no ano de 2019. O objetivo foi coletar informações sobre as opiniões e perspectivas dos alunos em relação a diversos aspectos da instituição, incluindo o nível de participação de suas famílias na vida escolar (Escola Estadual Dona Graça, 2020).

Esses dados⁹ podem ser compreendidos por meio das informações apresentadas nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 – Participação da família nas atividades escolares em 2020

Participação da família	Percentual
Acompanha totalmente	10,0
Acompanha parcialmente	12,0
Não acompanha	78,0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Projeto Político Pedagógico (Escola Estadual Dona Graça, 2020).

Na perspectiva dos servidores desta instituição de ensino, conforme discutido em reuniões pedagógicas, observa-se que muitos pais têm delegado exclusivamente à escola a função de educar e instruir os alunos em sua aprendizagem. A porcentagem de estudantes que não recebem nenhum tipo de apoio nas atividades escolares é consideravelmente elevada.

⁹ As informações apresentadas nas Tabelas 7 e 8 foram obtidas em 2019, contudo, o Projeto Político Pedagógico foi concluído e aprovado no início de 2020, antes do início da pandemia de Covid-19.

A falta desse suporte familiar se reflete na ausência de diálogo com os filhos sobre a escola, na escassez de momentos dedicados à leitura em conjunto, na omissão em verificar as atividades do caderno e na falta de estímulo para a realização das leituras e atividades propostas pelos professores. Destaca-se que a participação efetiva da família na vida escolar é imprescindível para o sucesso na formação integral do aluno.

Nota-se que as famílias que acompanham diariamente a vida escolar dos filhos, que incentivam e são presentes na escola em reuniões, eventos e feiras fazem a diferença no processo ensino-aprendizagem. Seus filhos apresentam melhor desempenho, bom comportamento, melhor convívio social, além de afetar positivamente sua autoestima (Escola Estadual Dona Graça, 2020, p. 23).

A presença e o estímulo contínuo dos pais na esfera escolar fortalecem o apoio emocional e evidenciam o valor atribuído à educação, criando um ambiente propício para o desenvolvimento integral e bem-sucedido dos estudantes. A Tabela 8 demonstra a participação da família nos eventos escolares.

Tabela 8 – Participação da família nos eventos realizados pela Escola Estadual Dona Graça em 2020

Participação da família	Percentual
Participa totalmente	15,0
Participa parcialmente	70,0
Não participa	15,0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Projeto Político Pedagógico (Escola Estadual Dona Graça, 2020).

Diante dos dados apresentados na Tabela 8, verifica-se que uma quantidade considerável de pais participa de forma parcial dos eventos realizados pela escola. Essa participação acontece, em sua maior parte, durante as reuniões bimestrais para a entrega dos boletins – momento em que as famílias têm a oportunidade de conversar individualmente com os professores e supervisores e serem informadas sobre o desempenho do aluno e as estratégias de ensino aplicadas. A fim de aumentar a participação neste encontro, a escola disponibiliza os resultados somente para a família.

Durante o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) resultante da pandemia de Covid-19¹⁰, a instituição realizou atividades como transmissões ao vivo, gincanas, saraus virtuais, palestras e reuniões por meio do *Google Meet*¹¹, procurando envolver as famílias. No entanto, a maioria, devido às condições precárias de internet e dispositivos móveis ou computadores, não conseguia participar dos eventos virtuais.

A Escola Estadual Dona Graça participa desde 2021 no Projeto Gestão Integrada da Educação (GIDE Avançada), que é um acordo entre a SEE/MG e a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG). A GIDE é um sistema gerencial fundamentado no método PDCA (Planejar, Executar, Verificar, Atuar), que integra e concentra os esforços e recursos da escola em objetivos, metas e ações para a melhoria de seus resultados e processos. Além disso, possibilita um diagnóstico mais rápido e assertivo das causas prioritárias que influenciam os resultados escolares. A Gestão para Resultados Pedagógicos permite a identificação e a resolução de problemas no âmbito da educação, concentrando-se nas causas principais, utilizando recursos gerenciais.

De acordo com os questionários da GIDE respondidos em 2021, os docentes indicaram que a participação da família é uma das causas que mais impactam o processo de ensino-aprendizagem. Com base nesse diagnóstico, é elaborado o Plano de Ação GIDE, com o objetivo de aumentar a participação das famílias na escola (Escola Estadual Dona Graça, 2021).

Com o retorno das aulas presenciais em 2022, a escola priorizou projetos destinados à recuperação das defasagens decorrentes do período do REANP (2020-2021). De acordo com as atas das reuniões com pais ou responsáveis, realizadas para a entrega dos boletins escolares do ano de 2022, a participação familiar nas reuniões bimestrais foi considerada baixa, apresentando uma média geral de apenas 30% de presença. A Tabela 9 apresenta detalhadamente os dados referentes à frequência dos responsáveis durante os três primeiros bimestres do ano letivo de 2022.

¹⁰ O Ministério da Saúde classifica a Covid-19 como doença respiratória aguda provocada pelo Coronavírus SARS-Cov-2, que pode ser grave, possui alta capacidade de transmissão e está presente em todo o mundo (Brasil, 2023b).

¹¹ Aplicativo para vídeo chamada criado pela Google.

Tabela 9 – Frequência das famílias nas reuniões bimestrais para entrega de boletins (plantão pedagógico) em 2022

Bimestres	Número de alunos	Número de responsáveis presentes	Percentual de responsáveis presentes
1º	325	123	38,0
2º	323	107	33,0
3º	318	86	27,0

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com as listas de presença das reuniões (Escola Estadual Dona Graça, 2022c).

Nota-se uma redução gradual na participação dos responsáveis, o que pode indicar um desinteresse crescente, dificuldades de comparecimento ou a percepção de que tais reuniões não promovem mudanças significativas no acompanhamento escolar. Esses índices reforçam a necessidade de estratégias que fortaleçam o vínculo entre a escola e a família, promovendo um maior engajamento e participação nas ações escolares.

De acordo com o plano de ação da GIDE para 2023, os docentes mencionaram novamente que a participação da família é uma das causas que mais afetam os resultados da aprendizagem. Com o intuito de fomentar um maior envolvimento das famílias na educação de seus filhos, a escola realizou a ação "Reconhecer a turma com o maior percentual de participação dos pais nas reuniões bimestrais". O objetivo primordial dessa ação é incentivar os estudantes a motivarem seus pais a participarem das reuniões. Como reconhecimento, a turma é premiada com um dia de atividades recreativas.

Mediante os dados do QEd¹², no questionário do Saeb 2023, que aborda a participação da família na vida escolar, constatou-se uma fragilidade neste contexto. O questionário foi respondido por 98 alunos do 9º ano. Esta situação pode ser compreendida por meio dos dados da Tabela 10.

¹² Plataforma de informações sobre educação.

Tabela 10 – Percentual da participação dos pais na vida escolar conforme os dados do Saeb 2023

Descrição da participação	Nunca ou quase nunca	De vez em quando	Sempre ou quase sempre
Discussão sobre os eventos que ocorrem na escola	13,0	56,0	31,0
Incentiva a prática de estudos	3,0	13,0	83,0
Estimula a realização da lição de casa	7%	35,0	58,0
Promove a presença na escola	3%	9,0	88,0
Comparece às reuniões de pais na escola	13%	22,0	65,0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do QEdU (Inep, 2023).

De acordo com os dados da Tabela 10, observa-se que a participação dos pais ao discutir questões relacionadas à escola com seus filhos é a que apresenta maior fragilidade. Observa-se uma participação mais significativa nos aspectos relacionados ao estímulo.

Dando prosseguimento à investigação sobre a participação da família, foi elaborada a Tabela 11, a qual facilita a compreensão de como essa participação se manifesta nas reuniões bimestrais.

Tabela 11 – Frequência das famílias nas reuniões bimestrais para entrega de boletins (plantão pedagógico) em 2023

Bimestres	Número de alunos	Número de responsáveis presentes	Percentual de responsáveis presentes
1º	308	143	46,0
2º	307	112	36,0
3º	303	95	31,0

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com as listas de presença das reuniões (Escola Estadual Dona Graça, 2022c).

Em comparação ao ano anterior, observa-se um leve aumento na participação das famílias nas reuniões bimestrais de 2023. Esta melhoria pode estar relacionada às ações implementadas pela escola para incentivar a presença das famílias, como premiar a turma com o maior percentual de participação dos pais nas reuniões bimestrais

No 4º bimestre, não há registro de reuniões devido à finalização do ano letivo. Quando os boletins são disponibilizados para impressão, as férias escolares geralmente já começaram, o que inviabiliza a realização do encontro. Percebe-se igualmente que a participação das famílias é mais significativa, embora ainda aquém do que a escola esperava, em questões pedagógicas relacionadas ao aluno.

Os pais ou responsáveis são comunicados sobre as reuniões e eventos por meio de convites impressos que são entregues pelos alunos, geralmente com dois dias de antecedência. A escola mantém grupos de *WhatsApp*¹³ para cada turma, contendo os contatos de pais e alunos, com o objetivo de aprimorar a comunicação com as famílias. A equipe gestora busca procura manter esses grupos atualizados e os utiliza, entre outros propósitos, para a divulgação de convites e lembretes sobre reuniões e eventos na escola. A escola também faz uso das redes sociais *Facebook*¹⁴ e *Instagram*¹⁵ para promover os eventos da instituição e enviar convites.

A administração e equipe pedagógica da escola percebem que a frequência dos pais em reuniões, assembleias, projetos e eventos foi bastante reduzida no ano de 2022, após o retorno das aulas presenciais depois do REANP, decorrente da pandemia de Covid-19, o que representa uma preocupação significativa para a instituição.

Por fim, ao analisar as informações sobre a escola investigada, com foco na participação da família, é fundamental apresentar a base teórica que permite uma compreensão qualitativa do assunto em pauta. Isso proporciona uma base sólida para investigar como as famílias percebem a participação, considerando que os dados coletados neste capítulo indicaram uma participação limitada. Torna-se relevante realizar uma pesquisa aprofundada para compreender o que as famílias pensam sobre a participação e se elas se sentem realmente integradas à vida escolar de seus filhos.

¹³ Aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz que pode ser utilizado em dispositivos móveis. Os usuários têm a possibilidade de enviar fotos, clipes de vídeos e arquivos em PDF, assim como realizar chamadas gratuitas utilizando uma conexão à internet.

¹⁴ Trata-se de uma plataforma social que liga pessoas em diversas partes do planeta. Através de perfis – individuais e corporativos –, é viável descobrir e se familiarizar com indivíduos, seguir figuras públicas e empresas, produzir, consumir e disseminar conteúdos, entre outras atividades.

¹⁵ Trata-se de uma plataforma digital de interação que possibilita a troca de fotos e vídeos entre os usuários, além de permitir a aplicação de efeitos visuais e a distribuição do conteúdo em diversas redes sociais.

3 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NAS ATIVIDADES ESCOLARES: UMA ANÁLISE DO CASO DE GESTÃO NA ESCOLA INVESTIGADA

Este capítulo visa expor a fundamentação teórica e detalhar os procedimentos metodológicos utilizados para identificar os fatores que influenciam a participação das famílias na vida escolar de seus filhos, bem como analisar a percepção dos pais sobre essa questão.

Para alcançar esse objetivo, este capítulo foi dividido em duas seções. Na primeira seção, são destacadas as perspectivas de autores que abordam questões semelhantes às propostas deste estudo. A primeira subseção trata da revisão de literatura sobre os benefícios do envolvimento familiar no processo de aprendizagem dos estudantes, explorando estudos acadêmicos relevantes. Na última subseção, é discutida a importância da gestão democrática e participativa no contexto educacional, com foco na influência desses aspectos na tomada de decisões e no funcionamento geral da escola no processo de ensino e aprendizagem.

Na segunda seção, analisa-se a metodologia que foi aplicada neste estudo, justificando as razões para a escolha dos instrumentos de pesquisa elencados para a produção de dados e sua aplicabilidade no contexto apresentado.

Por fim, na terceira seção é apresentada a análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

3.1 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Esta seção visa apresentar uma análise teórica sobre a atuação das famílias na vida escolar dos estudantes. Diante do problema identificado referente à baixa participação das famílias na Escola Estadual Dona Graça, são definidos dois eixos de análise que sustentam a fundamentação teórica deste estudo.

O primeiro eixo, intitulado "A participação das famílias no processo de aprendizagem", apresenta estudos teóricos que exploram de que maneira o engajamento familiar na educação influencia o aprendizado, bem como os aspectos emocionais e sociais dos estudantes. As pesquisas de Lahire (1997), Bhering e Siraj-Blatchford (1999), Polonia e Dessen (2005), Castro e Regattieri (2009), Oliveira e Marinho-Araújo (2010), Perez (2010), Saraiva-Junges e Wagner (2016) e Silva (2022)

são utilizados para embasar essa análise. O Quadro 4 apresenta os autores e suas principais argumentações sobre como a participação da família afeta a aprendizagem e o bem-estar do estudante.

Quadro 4 – Reflexões de autores sobre a participação familiar e a aprendizagem

Autores	Argumentos centrais/reflexão
Lahire (1997)	Argumenta que as famílias das classes populares são frequentemente acusadas injustamente de negligenciarem a educação de seus filhos. Ele sugere que, de fato, esses pais reconhecem a importância da escola, mas enfrentam dificuldades financeiras, materiais ou profissionais que impedem sua participação ativa no aprendizado de seus filhos.
Bhering e Siraj-Blatchford (1999)	A colaboração entre a escola e a família é essencial para o sucesso escolar das crianças, e a escola deve garantir a participação ativa dos pais, sem fragmentar as responsabilidades entre ambos.
Polonia e Dessen (2005)	A interação entre a escola e a família é indispensável para a formação integral do indivíduo, uma vez que ambas oferecem contribuições únicas e complementares ao desenvolvimento e à aprendizagem. No entanto, superar os desafios educacionais contemporâneos exige políticas que promovam a aproximação entre esses contextos, valorizando suas especificidades e potencialidades.
Castro e Regattieri (2009)	A integração entre estudos educacionais e a participação ativa das famílias no processo de ensino, especialmente no início da educação básica, é fundamental para desenvolver práticas pedagógicas eficazes e subsidiar políticas públicas que promovam a qualidade da aprendizagem.
Oliveira e Marinho-Araújo (2010)	A relação entre a escola e a família, frequentemente pautada por conflitos e dificuldades, precisa ser repensada para que se torne uma parceria construtiva, que contribua efetivamente para o desenvolvimento e sucesso dos alunos, através de práticas e intervenções positivas.
Perez (2010)	O desempenho dos alunos está diretamente relacionado ao incentivo que recebem da escola e da família, demonstrando avanços significativos quando há um acompanhamento ativo, enquanto os resultados tendem a ser insatisfatórios na ausência de estímulo.
Saraiva-Junges e Wagner (2016)	A produção acadêmica no Brasil sobre a parceria entre a escola e a família está em um estágio de análise, indicando dificuldades e a necessidade de intervenções, mas ainda carece de propostas práticas para a efetivação dessa colaboração.
Silva (2022)	A aproximação entre a escola e a família, considerando suas realidades sociais e profissionais, fortalece os vínculos e ajuda no progresso das crianças, superando visões rígidas sobre rotinas padronizadas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A escolha desses autores fundamenta-se em suas análises abrangentes na área, que possibilitam uma investigação mais aprofundada dos aspectos que

contribuem para a compreensão das relações entre a família e a escola na rede pública de ensino. Essas análises são fundamentais para a construção dos eixos de estudo, os quais se relacionam com o problema investigado e auxiliam na formulação da proposta de intervenção.

O segundo eixo, denominado "Gestão democrática e participação da família na escola", explora a importância da gestão democrática e como é possível promover o envolvimento da família no ambiente escolar. Para isso, foram utilizados os trabalhos de Paro (2001), Cury (2002b), Lück (2011), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) e Botelho (2016), como apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Reflexões de autores sobre a participação familiar e a gestão democrática

Autores	Argumentos centrais/reflexão
Paro (2001)	A gestão democrática é fundamental para a autonomia escolar e a qualidade do ensino, mas sua efetivação depende da articulação entre escola, comunidade e políticas públicas. É preciso enfrentar os condicionantes que limitam a participação, valorizando a colaboração como um instrumento de transformação social e educativa.
Cury (2002b)	A gestão democrática na educação transforma a escola em um espaço de construção coletiva, onde o diálogo, a transparência e a participação ativa de todos os agentes escolares são fundamentais para a tomada de decisões.
Lück (2011)	A participação é destacada como um princípio fundamental, permeando todos os aspectos da vida escolar e dos procedimentos do sistema educacional. A participação não deve ser restrita a situações ou grupos específicos.
Libâneo, Oliveira e Toschi (2012)	A escola contemporânea deve atuar como um espaço de síntese cultural e democrática, articulando práticas inclusivas e participativas que envolvam alunos, professores e a comunidade.
Botelho (2016)	A construção de uma relação efetiva entre a família e a escola é essencial, mas exige esforços de ambas as partes para superar desafios estruturais e sociais, criando mecanismos que favoreçam a participação ativa das famílias no processo educativo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise desses estudiosos permite uma percepção minuciosa da interconexão entre uma gestão eficaz e a participação ativa da família na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e transformador.

3.1.1 Participação da família no processo de aprendizagem

A participação da família no desempenho escolar dos estudantes é um tema que tem gerado inúmeras discussões e visibilidade em diversas áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia e educação. Nessa perspectiva, destaca-se o trabalho de Saraiva-Junges e Wagner (2016), que ressaltam que diversos pesquisadores, provenientes de distintas áreas, têm se dedicado ao estudo e à compreensão mais aprofundada da relação entre a família e a escola. Observa-se que muitos desses estudos indicam que uma parceria sólida entre essas instituições aprimora o processo de aprendizagem e os resultados acadêmicos, prevenindo a indisciplina e o abandono, além de estimular a continuidade dos estudos.

Nesse sentido, o envolvimento dos pais na escola, conforme destacado por Bastiani (1993 *apud* Bhering; Siraj-Blatchford, 1999, p. 192), “[...] passou a ser considerado nos últimos anos como uma preocupação necessária e legítima e não pode ser mais uma opção [...]” que as escolas poderiam ou não ter. Assim, negligenciar esse envolvimento pode gerar lacunas importantes no processo educacional, sobretudo no que diz respeito à construção de vínculos importantes e ao atendimento das demandas sociais e culturais da comunidade atendida.

Nesse contexto, compreender o conceito de família torna-se fundamental para analisar a sua participação na vida escolar, uma vez que esse conceito varia de acordo com contextos culturais, históricos e sociais. As transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, como as novas configurações familiares, os diferentes papéis de gênero e a diversificação das relações afetivas, evidenciam a necessidade de adotar perspectivas mais inclusivas sobre o que define uma família.

Dessa forma, Oliveira e Marinho-Araújo (2010) abordam que, apesar da contínua discussão sobre as possíveis definições de família e da busca por um conceito comum, ainda não se pode afirmar que existe uma definição de família amplamente aceita pelos estudiosos da área, pelas instituições governamentais e pela sociedade. Mesmo diante da falta de consenso sobre a definição de família, é recomendável privilegiar aquelas definições que abrangem as variáveis mínimas ou básicas do que se entende por família.

As autoras também esclarecem que, devido à diversidade de estruturas familiares, a definição de família torna-se desafiadora. Portanto, é possível considerá-la como uma configuração que envolva, no mínimo, um adulto e uma criança ou

adolescente. Essa abordagem permite a realização de estudos mais aprofundados das complexas relações humanas.

Para analisar o contexto da relação entre a família e a escola, é fundamental compreender que essa díade desempenha papéis complementares, conforme citado pela autora:

[...] a família e a escola são as primeiras formas de vivências em sociedade, espaços onde as crianças e adolescentes se relacionam. Logo, a parceria entre elas é fundamental, mas, para que isso ocorra, as famílias devem querer estar mais presentes na escola que, por sua vez, precisa construir espaços participativos com as famílias (Silva, 2022, p. 42).

Ao considerar a interação entre a família e a escola no processo de educação e socialização de crianças e jovens, percebe-se que ambos são sistemas responsáveis por compartilhar a tarefa educacional. Nesse contexto, Saraiva-Junges e Wagner (2016, p. 115) destacam que "a família e a escola são sistemas que dividem a tarefa de educar e socializar crianças e jovens". Essa afirmação ressalta a importância de compreender a colaboração entre essas duas instituições na formação integral dos indivíduos. Sob essa perspectiva, Perez (2010, p. 4) afirma que:

[...] a instituição escolar e familiar constituindo-se como agências educativas e socializadoras apresentam tanto pontos em comum quanto diferentes, ou seja, compartilham de procedimentos para preparar o educando no desenvolvimento de habilidades que contribuam para uma participação crítica na sociedade, diferenciam-se nas atividades de ensino, já que a escola tem como responsabilidade ensinar os conteúdos escolares valorizados e considerados essenciais para a instrução de novas gerações e às famílias cabem as funções relacionadas às orientações sociais, morais, afetivas, isto pelo menos no plano do ideal.

Neste sentido, Castro e Regattieri (2009, p. 17) afirmam que uma família cujos "[...] membros mais velhos frequentaram a escola por um tempo significativo tende a entender e valorizar o que acontece nesta instituição. Isso facilita a transmissão das regras escolares aos seus membros mais jovens". As autoras destacam a importância da experiência de um membro da família na escola como um elemento fundamental que contribui no desenvolvimento do entendimento e valorização da instituição educacional. Ainda em seus estudos, as autoras afirmam:

Mesmo que não haja uma comprovação científica da influência direta da interação escola-família na melhoria do aprendizado dos alunos, inúmeras pesquisas no Brasil e no mundo todo têm mostrado que as condições socioeconômicas, as expectativas e a valorização da escola e o reforço da legitimidade dos educadores são fatores que emanam da família e estão altamente relacionados com o desempenho dos alunos (Castro; Regattieri, 2009, p. 19).

Seguindo essa mesma perspectiva, Polonia e Dessen (2005) afirmam que a família desempenha um papel importante no estímulo à produtividade e ao desempenho acadêmico. No entanto, as autoras também apontam que a falta de proximidade familiar pode levar ao desinteresse pela escola e à desvalorização da educação, especialmente em contextos socioeconômicos menos privilegiados.

Nessa perspectiva, Lahire (1997) argumenta que as famílias pertencentes às classes populares são frequentemente acusadas injustamente de negligenciar a educação de seus filhos. Ele sugere que, na realidade, estes pais reconhecem a importância da escola, mas podem enfrentar dificuldades econômicas, materiais ou profissionais que os impedem de se envolver ativamente no processo de aprendizado de seus filhos. No entendimento do autor, essa situação não deve ser interpretada como abandono educacional.

Neste sentido, Castro e Regattieri (2009) destacam a disparidade na relação entre a família e a escola no processo educativo. Apesar de ambas as instituições estarem encarregadas da formação do mesmo sujeito, existem situações em que podem se separar e até dividir. A relação entre pais, mães e professores frequentemente é complementar quando o aluno tem bom desempenho, mas, em situações de dificuldades, pode haver uma competição sobre quem deve assumir as responsabilidades, o que geralmente leva ao afastamento mútuo. Em vez de uma análise minuciosa das causas do fracasso escolar, há uma tendência frequente de atribuir a culpa em outros, contribuindo para o distanciamento entre os envolvidos no desenvolvimento educacional.

Considerando a complexidade da relação entre a família e a escola no processo educativo, Castro e Regattieri (2009, p. 41) ressaltam que “o sistema de ensino que deposita todas suas expectativas ou a culpa dos resultados escolares de seus alunos exclusivamente na família está de alguma forma renunciando a sua missão”.

Ante o exposto, Oliveira e Marinho-Araújo (2010) destacam a importância de considerar a divisão de responsabilidades na educação e socialização de crianças e

jovens, bem como a relação entre as instituições familiares e escolares. As autoras enfatizam a necessidade de uma parceria colaborativa e equilibrada dessas duas instituições em prol do desenvolvimento pleno do estudante.

Caso contrário, Castro e Regattieri (2009, p. 35) apontam que “[...] na medida em que a escola defende seu lugar de protagonista e abre poucos canais de escuta sobre o que os pais têm a dizer, esse acolhimento fica num nível muito superficial”. O ponto de vista das autoras destaca a importância da comunicação aberta e da cooperação entre a escola e as famílias para garantir um envolvimento mais profundo e efetivo no processo educacional.

No âmbito da relação entre a escola e a família, Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 101) abordam a complexidade dessas instituições e ressaltam a necessidade de considerar suas particularidades: “escola e família têm suas especificidades e suas complementariedades. Embora não se possa supô-las como instituições completamente independentes, não se pode perder de vista suas fronteiras institucionais”. As autoras destacam a importância de reconhecer tanto as características distintas quanto os pontos de integração entre a escola e a família, respeitando as fronteiras institucionais para uma colaboração equilibrada.

Esta abordagem teórica proporciona uma compreensão mais clara sobre a relevância da interação entre a família e a escola, destacando os aspectos que precisam ser considerados para assegurar uma integração sólida que conduza ao desenvolvimento integral do estudante. Portanto, para entender melhor a interação entre família e escola, é analisado na próxima subseção como essa relação se manifesta na gestão democrática.

3.1.2 Gestão democrática e participação da família na escola

A gestão escolar desempenha um papel importante na transformação da instituição às demandas contemporâneas de uma sociedade democrática. Portanto, é fundamental que os gestores transcendam a mera administração burocrática, adotando uma abordagem mais abrangente e coletiva, na qual atuam como agentes transformadores. Lück (2011, p. 21) afirma que:

[...] conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização,

o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais.

Nesse sentido, pode-se definir a gestão como um requisito fundamental para o sucesso de uma organização social, no qual a coordenação das ações construtivas, aliada ao esforço conjunto por meio do trabalho, resulta na formação de uma vontade coletiva.

Ao compreender a gestão como um esforço conjunto e colaborativo, a gestão democrática emerge como um elemento importante no contexto educacional brasileiro, fundamentada em princípios consagrados na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN/1996. No artigo 206, inciso VI, da Constituição Federal, é estabelecido que o ensino público deve ser gerido democraticamente, de acordo com a legislação vigente (Brasil, 1988). O artigo 3, inciso VII, da LDBEN, também reforça esse princípio, destacando que a gestão democrática é um dos objetivos fundamentais da educação, visando à promoção da cidadania e ao desenvolvimento pleno do educando. Adicionalmente, o artigo 14 dessa mesma lei destaca que a gestão democrática envolve a participação ativa das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes (Brasil, 1996). Diante disso, essas legislações buscam assegurar a participação ativa de diversos segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões, promovendo a democratização da gestão educacional e visando à melhoria da qualidade da educação.

A origem da palavra democracia remonta ao grego, derivando de "*demokratía*", sendo composta por "*demos*" (que representa povo) e "*kratos*" (que denota poder). Assim, neste sistema de gestão, o poder e suas decisões são exercidos por toda a comunidade.

Segundo Cury (2002b), a gestão democrática refere-se à administração de uma prática que se desenvolve em conjunto com os demais. Nessa visão, o autor argumenta que a gestão democrática é um procedimento pelo qual a escola se transforma, tornando-se um ambiente de construção democrática. Assim, as decisões são tomadas de forma colegiada, e o diálogo é estabelecido como princípio fundamental da administração escolar.

Paro (2001) ressalta a importância do papel do diretor nos esforços de democratização da instituição. Segundo o autor, a atuação do diretor é fundamental

na determinação de como as direções e os vínculos se desenvolvem no espaço escolar.

Ainda nesse contexto de gestão democrática, Cury (2002b, p. 173) destaca que “a gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência”. O autor destaca as múltiplas facetas e características da gestão democrática da educação, apontando para uma série de princípios e valores essenciais que devem coexistir nesse contexto.

A gestão democrática no âmbito educacional não apenas reflete a evolução normativa, mas também evidencia a necessidade de envolvimento ativo da comunidade escolar e da família, consolidando, assim, a participação coletiva como pilar essencial para uma educação inclusiva e transformadora.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 452), “[...] a participação é apenas um meio melhor e mais democrático de alcançar os objetivos da escola, os quais se localizam na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem”. O autor revela uma perspectiva clara acerca da gestão democrática e participativa, enfatizando que a participação não deve ser vista como um objetivo isolado. Nesse sentido, a participação deve ser considerada em conjunto com a direção, sendo que esta última vai além da simples mobilização de pessoas para a execução eficaz das atividades. Ela implica intencionalidade e definição de um rumo educativo. A participação, portanto, é concebida como um complemento necessário à direção, colaborando para a consecução efetiva dos objetivos educacionais estabelecidos, especialmente no que diz respeito à qualidade dos processos de ensino-aprendizagem.

De acordo com a perspectiva de Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a participação representa o principal meio para assegurar a gestão democrática na escola, uma vez que possibilita o envolvimento tanto dos profissionais da educação quanto do público atendido pela instituição no processo de tomada de decisões. Essa participação proporciona um entendimento mais aprofundado dos objetivos e metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, assim como de suas interações com a comunidade.

Conforme demonstrado por Lück (2011, p. 63), “[...] a participação é um princípio a permear todos os segmentos, espaços e momentos da vida escolar e dos processos do sistema de ensino”. Nessa conjuntura, a participação não deve ser limitada a determinadas situações ou grupos dentro da escola, mas sim ser

incorporada de maneira abrangente em todos os aspectos da vida escolar e nos processos educacionais como um todo. Para Lück (2011, p. 30):

[...] a participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando a efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos.

A gestão participativa demanda o comprometimento e o cumprimento de responsabilidades, como ressalta Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 450): "[...] além de representar a forma de exercício democrático da gestão e um direito de cidadania, implica deveres e responsabilidades – sendo, portanto, a gestão da participação". Este princípio reforça que a participação efetiva não apenas se configura como um direito democrático, mas também como um compromisso que envolve ações concretas e responsáveis por parte de todos os membros da comunidade educacional.

No contexto da interação entre escolas e famílias, é observado que muitas instituições de ensino não promovem a participação das famílias, conforme aponta Botelho (2016, p. 429):

É bem verdade que muitas escolas, entretanto, não facilitam a participação das famílias e, muito menos, incentivam o desenvolvimento de parcerias. Algumas se colocam na posição de detentora do saber, acreditando que só elas têm o poder de decisão. Outras acreditam no potencial das famílias.

Este posicionamento destaca a importância de repensar o papel da escola e fortalecer a colaboração efetiva com as famílias para um ambiente educacional mais receptivo, harmonioso e produtivo. Assim, pode-se afirmar que a escola desempenha uma significativa responsabilidade em conscientizar a família sobre seu papel no processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes, promovendo uma aproximação com a equipe pedagógica. Essa abordagem visa atender às necessidades específicas da comunidade, resultando na criação de um ambiente escolar propício ao desenvolvimento do estudante.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, são descritos os procedimentos metodológicos, indicando a trajetória seguida e os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Os participantes da pesquisa também são apresentados, com a finalidade de identificar os elementos que afetam a participação das famílias na vida escolar de seus filhos e analisar a percepção dos responsáveis sobre sua atuação na educação. Neste sentido, a pesquisa, conforme destacado por Gil (2002), pode ser conceituada como um procedimento racional e sistemático orientado para a obtenção de respostas a problemas propostos.

A pesquisa realizada configura-se como um caso de gestão, uma vez que a especificidade da situação problema identificada pode ser abordada a partir da implementação de práticas gestoras. Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza exploratória e descritiva, que adota uma abordagem qualitativa. Essa escolha encontra respaldo nos princípios destacados por Günther (2006), que afirma que, na pesquisa qualitativa, a realidade social é compreendida como uma construção e atribuição social de significados.

Nesse contexto, as condições objetivas de vida ganham relevância a partir dos significados subjetivos atribuídos pelos participantes, permitindo que o redesenho do processo de construção dessas realidades sociais sirva como ponto de partida para a investigação. As características de flexibilidade e adaptabilidade da pesquisa qualitativa a tornam especialmente adequadas para compreender os objetivos e as complexidades inerentes a este estudo de gestão.

Para a coleta de dados, foram utilizados a análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental abrange o intervalo de 2018 a 2023 e busca identificar informações que evidenciem a participação da família na escola e os projetos implementados para aprimorar essa participação.

De acordo com Godoy (1995), a escolha criteriosa dos documentos é um ponto importante nesse processo, demandando a consideração de propósitos, ideias ou hipóteses específicas. Além disso, a natureza dos documentos selecionados deve estar alinhada com os objetivos da pesquisa, e o acesso aos documentos deve ser ponderado, considerando a disponibilidade e acessibilidade dos materiais.

As entrevistas desempenham um papel central nesse processo, pois, como destaca Duarte (2004), são instrumentos fundamentais para mapear práticas,

crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos. Quando bem conduzidas, as entrevistas permitem um "mergulho em profundidade", revelando como os sujeitos percebem e atribuem significado à sua realidade, e oferecendo subsídios consistentes para compreender as lógicas que estruturam as relações no interior dos grupos pesquisados. A articulação entre a análise documental e as entrevistas semiestruturadas possibilita uma visão detalhada sobre as práticas da escola, permitindo identificar tanto os esforços realizados quanto os pontos que ainda precisam ser aprimorados.

As entrevistas foram realizadas presencialmente e de forma individual, com base em roteiros semiestruturados que possibilitaram um diálogo direto e eficaz, especialmente considerando a baixa escolaridade de algumas famílias. Esse formato permitiu uma exploração aprofundada das percepções e experiências dos participantes. A decisão de realizar entrevistas individuais justificou-se pelas diferentes funções que as famílias, os alunos e a gestora desempenham na dinâmica escolar. Essas opiniões, muitas vezes divergentes ou até conflitantes, oferecem perspectivas distintas que enriquecem a análise. A condução presencial das entrevistas foi fundamental, uma vez que algumas famílias enfrentam limitações no uso de ferramentas digitais e no acesso à internet.

Os participantes foram escolhidos com base em critérios que asseguraram uma diversidade de perspectivas. A seleção dos servidores com maior tempo de serviço na instituição fundamentou-se no fato de que esses profissionais possuem uma vasta vivência e profundo conhecimento da comunidade escolar e das dinâmicas educacionais.

A escolha dos pais ou responsáveis foi justificada pela necessidade de compreender como a participação da família influencia no processo de ensino e aprendizagem, especialmente em relação ao desempenho acadêmico dos estudantes. Para isso, foram analisados os boletins de 2024, com o suporte das especialistas da educação básica, a fim de identificar perfis variados de desempenho acadêmico. A seleção incluiu, de forma equilibrada, um responsável por estudante de alto desempenho e um responsável por estudante de baixo desempenho por ano de escolaridade, permitindo uma investigação mais diversificada e comparativa sobre a relação entre o envolvimento familiar e os resultados educacionais. Essa abordagem busca captar diferentes perspectivas e identificar possíveis padrões ou fatores

determinantes que conectem a atuação das famílias ao sucesso ou às dificuldades escolares dos estudantes.

O convite aos sujeitos selecionados foi realizado presencialmente ou por telefone. Nenhum servidor e nenhum pai ou responsável pelos estudantes com alto desempenho recusou o convite. No entanto, quatro responsáveis por estudantes de baixo desempenho recusaram a participação, e não foi possível estabelecer contato com outros cinco para formalizar o convite. Diante disso, os convites foram estendidos aos demais responsáveis selecionados, até que o número desejado de participantes fosse atingido.

Foram realizadas entrevistas presenciais com a gestora da escola, uma especialista da educação básica com maior tempo de serviço na instituição, duas professoras com maior tempo de efetivo exercício, quatro pais ou responsáveis por estudantes de alto desempenho acadêmico, quatro pais ou responsáveis por estudantes de baixo desempenho acadêmico e um pai ou responsável representante do colegiado escolar. Vale destacar que a mãe representante do colegiado não foi selecionada com base nos critérios de desempenho acadêmico do filho, mas sim por sua atuação na gestão participativa da escola. Todos os participantes se mostraram receptivos e cordiais durante as entrevistas.

Os locais para as entrevistas foram acordados com os participantes, priorizando suas necessidades e conveniência. A maioria dos entrevistados compareceu à escola, onde, em uma sala reservada, foram coletadas as percepções. No entanto, em casos específicos, como dificuldades de deslocamento, horário de trabalho e cuidado com os filhos, uma servidora e duas mães foram entrevistadas em suas residências. Após explicado o objetivo da pesquisa, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disponível no Apêndice A, e autorizaram a gravação das entrevistas, assegurando que nenhum detalhe dos diálogos fosse perdido.

Durante as entrevistas, foram abordados temas como a frequência de interação das famílias com a escola, a participação em eventos e reuniões, o incentivo aos estudos, a relação com a escola e os professores, e a percepção sobre impacto da participação familiar no desempenho acadêmico e na gestão escolar. O objetivo foi analisar a participação da família na Escola Estadual Dona Graça sob a perspectiva da gestão democrática.

As entrevistas ocorreram em novembro e dezembro de 2024, com roteiros que incluíram perguntas comuns a todos os segmentos, garantindo a coleta de dados consistentes e comparáveis. Essa abordagem possibilitou o confronto dos dados coletados, fornecendo um suporte confiável para a análise da pesquisa. Os roteiros das entrevistas encontram-se nos Apêndices B, C e D.

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, são apresentados e analisados os resultados das entrevistas realizadas com uma amostra de servidores e responsáveis pelos estudantes da Escola Estadual Dona Graça. Após a coleta dos dados, as falas gravadas dos entrevistados foram transcritas. Para facilitar a compreensão e análise, o material coletado foi organizado em quadros, sistematizando as respostas com o máximo de fidelidade. Segundo Duarte (2004, p. 221):

Uma maneira de analisar é fragmentar o todo e reorganizar os fragmentos a partir de novos pressupostos. Trata-se, nesse caso, de segmentar a fala dos entrevistados em unidades de significação – o mínimo de texto necessário à compreensão do significado por parte de quem analisa – e iniciar um procedimento minucioso de interpretação de cada uma dessas unidades, articulando-as entre si, tendo por objetivo a formulação de hipóteses explicativas do problema ou do universo estudado.

Para organizar a apresentação e a discussão dos achados da pesquisa de campo, a análise foi estruturada em quatro subseções principais. A primeira subseção traz a caracterização dos participantes, destacando seus perfis e experiências relevantes para o estudo. A segunda subseção aborda a participação das famílias nos processos de ensino e aprendizagem, buscando compreender o grau de envolvimento dos responsáveis na vida escolar dos estudantes e sua influência no desempenho acadêmico. A terceira subseção aborda a gestão democrática e participativa na escola, analisando as percepções e contribuições de servidores e responsáveis no fortalecimento dessa prática. Por sua vez, a quarta subseção explora possíveis formas de consolidar a participação dos pais e responsáveis no contexto escolar.

É importante ressaltar que o presente estudo não se restringe a um único tipo de participação familiar no contexto escolar, mas busca abarcar as diversas formas de envolvimento existentes. Nesse sentido, Dias e Barroso (2023) destacam que a

participação familiar é um conceito multifacetado, definido de diferentes maneiras por diversos autores, o que reflete a complexidade desse processo. No estudo, foram analisadas diferentes dimensões de participação, incluindo o envolvimento das famílias em eventos escolares e reuniões, o apoio na realização de deveres escolares, o incentivo ao aprendizado e a colaboração nos processos decisórios da escola.

3.3.1 Caracterização dos entrevistados

Para obter um melhor entendimento acerca da visão dos participantes, é essencial apresentar o perfil dos sujeitos investigados.

A gestora possui graduação em Pedagogia, com especialização em Supervisão Pedagógica. Sua trajetória inclui atuação como professora regente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Finais. Atualmente, conta com 24 anos ininterruptos de experiência na gestão escolar.

A especialista em educação básica investigada, referida como EEB, também possui formação em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar e graduação em Educação Especial. Complementam sua formação as especializações em Docência do Ensino Superior e Educação Inclusiva. Sua carreira é marcada por 28 anos de experiência na área educacional, dos quais 25 foram dedicados à supervisão escolar.

Os professores entrevistados foram identificados como P1 e P2, para preservar o anonimato. O professor identificado como P1 é formado em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, com uma trajetória profissional de 32 anos na área da educação. Há 23 anos, atua como docente de Língua Portuguesa na instituição pesquisada, demonstrando um vínculo consistente com a escola e a comunidade escolar.

Por sua vez, o professor identificado como P2 possui formação em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e uma especialização em Língua Portuguesa e Secretariado Escolar. Iniciou sua carreira como Assistente Técnico de Educação Básica e acumula 28 anos de experiência na educação, sendo 18 deles dedicados à atuação como professor de Língua Portuguesa na instituição em questão.

O tempo de serviço acumulado por esses sujeitos foi fundamental para a realização da pesquisa, fornecendo dados ricos e contextualizados. A relação contínua desses profissionais com a escola e os diferentes atores envolvidos no

processo educativo garantiu uma visão abrangente dos desafios, avanços e características da instituição.

Com o passar dos anos, o servidor acumula experiências e desenvolve habilidades que o capacita a enfrentar diversas situações no ambiente escolar. Essa trajetória permite que ele planeje e implemente ações voltadas à resolução de problemas que impactam diretamente o desempenho dos estudantes, o funcionamento da escola e a relação com a comunidade escolar.

Dando continuidade a essa análise, foi realizado um levantamento com base nas informações obtidas das famílias entrevistadas, com o objetivo de compreender os contextos familiares e socioeconômicos que podem influenciar o desempenho escolar dos estudantes. Esse levantamento considerou aspectos como grau de parentesco, estado civil, escolaridade, profissão e composição familiar.

A partir dos dados apresentados, é possível perceber que os responsáveis pelos estudantes entrevistados apresentam características variadas como estado civil, escolaridade, profissão e composição familiar, o que reflete a diversidade de contextos sociais e econômicos em que estão inseridos. A maioria dos participantes é composta por mães, com apenas uma avó como responsável pelo estudante, evidenciando o papel predominante das figuras maternas no acompanhamento escolar dos filhos.

As siglas adotadas têm como objetivo resguardar o anonimato e a confidencialidade dos participantes, garantindo a ética na pesquisa e protegendo os sujeitos de possíveis exposições ou constrangimentos decorrentes da divulgação de suas identidades.

No que diz respeito à escolaridade, há uma variação significativa entre os participantes, com níveis que vão desde o 4º ano do Ensino Fundamental até o superior completo com especialização. As profissões também refletem essa diversidade, incluindo desde professoras e autônomas até donas de casa e profissionais de apoio, como manicures. Profissões que exigem maior qualificação, como a de professora, foram mais frequentemente encontradas entre os responsáveis por estudantes de alto desempenho, o que reforça a relação entre o capital cultural das famílias e o desempenho escolar dos estudantes.

Os dados obtidos e expostos anteriormente estão apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 – Caracterização dos responsáveis pelos estudantes

Parentesco	Sigla utilizada	Ano de escolaridade do estudante	Estado civil	Escolaridade	Profissão	Nº de pessoas que moram na casa
Avó	A1B	6º ano	Separada	EF - 8ª série	Dona de casa	3
Mãe	M2B	7º ano	Solteira	EF - 4º ano	Do lar	4
Mãe	M3B	6º e 8º ano	Solteira	EF - 5º ano	Autônoma	4
Mãe	M4B	6º e 9º ano	Solteira	EF - 4º ano	Dona de casa	5
Mãe	M1A	6º e 8º ano	Divorciada	Superior com especialização	Professora	3
Mãe	M2A	7º ano	Casada	Superior completo	Dona de casa	5
Mãe	M3A	8º ano	Casada	Superior completo	Professora	4
Mãe	M4A	6º e 9º ano	Casada	1º ano - Ensino Médio	Dona de casa	5
Mãe	MCO	8º ano	Casada	Ensino Médio completo	Manicure e agente de apoio	5

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados obtidos nas entrevistas (2024).

Por fim, a composição familiar variou entre três e cinco pessoas por residência, sem um padrão claro que relacione o tamanho da família ao desempenho acadêmico. Contudo, a análise revela que o contexto socioeconômico e cultural dos responsáveis influencia diretamente as oportunidades e o suporte oferecido aos estudantes.

Nas subseções seguintes, serão analisados os dados da pesquisa e a fundamentação teórica que sustentam as problematizações e reflexões, com o objetivo de aprofundar o entendimento das questões e dos dados apresentados. Busca-se, assim, identificar as limitações existentes e sugerir possíveis formas de aproximação entre as famílias e a escola. O intuito é gerar informações que possam contribuir para o desenvolvimento de ações institucionais, visando aumentar a participação dos pais ou responsáveis na vida escolar dos estudantes.

3.3.2 Percepção dos atores sobre a participação da família e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes

A participação da família no ambiente escolar é reconhecida na literatura e nas políticas educacionais como um fator essencial para promover o sucesso acadêmico e o desenvolvimento integral dos estudantes. No contexto analisado, os entrevistados destacaram como essa interação influencia diretamente o desempenho dos alunos e o clima institucional.

Há um entendimento comum entre os entrevistados de que o envolvimento da família na vida escolar influencia positivamente a dedicação, o interesse e o progresso dos alunos. A gestora, em particular, enfatizou que:

A participação da família é essencial para o sucesso educacional e o desenvolvimento pessoal dos alunos. Quando as famílias estão envolvidas, os alunos se sentem mais apoiados, motivados, seguros e isso favorece o aprendizado, o ambiente escolar se torna mais positivo e as chances de sucesso aumenta (Gestora, 2024).

Essa afirmação está alinhada com os princípios das políticas públicas educacionais, que defendem a parceria entre a escola e a família como elemento central para o sucesso educacional.

A professora P1 reforça a importância da participação da família para o desenvolvimento dos estudantes, destacando que sua presença contribui para o

fortalecimento do vínculo com a escola e promove o bem-estar dos alunos. Em sua visão:

Importante demais porque é como fosse um elo com a corrente. A gente precisa de todo mundo junto para ajudar, porque quando os pais vêm, eles têm mais confiança na escola, eles ficam sabendo o que que está acontecendo aqui. Eu acho que é importante demais a vinda dos pais aqui na escola para eles tomarem conhecimento do que está acontecendo com o filho deles e a partir desse momento ajudar o professor também, porque o professor não anda sozinho, professor tem que andar com a família, porque tudo é pensando no bem-estar do aluno (Professora P1, 2024).

A docente aponta para uma concepção de corresponsabilidade, enfatizando a confiança como um elemento essencial dessa relação.

Complementando essa análise, as famílias entrevistadas também ressaltaram a importância de participarem ativamente da vida escolar em casa. A avó A1B (2024) destacou que "[...] o desempenho do aluno também depende muito do que ele faz em casa, porque a escola faz a sua obrigação, mas os pais, mesmo avó, como eu sou a avó tenho que participar mais [...]", ressaltando a relevância do suporte familiar para complementar o trabalho realizado pela escola. Da mesma forma, a mãe M3B (2024) relatou que "[...] não adianta vocês fazerem aqui e a gente não fazer em casa [...]", apontando que o aprendizado só será efetivo se houver continuidade e incentivo no ambiente familiar. Elas percebem a necessidade de acompanhar de perto e estabelecer diálogos constantes com os filhos.

A relevância dessa colaboração é amplamente discutida na literatura. Conforme enfatiza Lück (2011, p. 86):

Essa participação dos pais na vida da escola tem sido observada, em pesquisas internacionais, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola.

Ainda dentro deste contexto, outros depoimentos reforçam a importância dessa parceria. A mãe M1A (2024) observou que a parceria entre a escola e a família proporciona um ambiente mais favorável para o aprendizado, pois "[...] os próprios alunos se sentem acolhidos e aceitos [...]", o que, segundo ela, contribui diretamente para o desempenho nas avaliações e na aprendizagem. Esse acolhimento é também associado a um estímulo emocional importante para os estudantes, como destacou a

mãe M2A (2024) ao mencionar que sua filha "*ficou muito feliz*" ao vê-la participando de um projeto escolar.

Nesse sentido, Polonia e Dessen (2005) ressaltam que a família desempenha um papel fundamental como impulsionadora da produtividade escolar e do desempenho acadêmico. No entanto, quando a família se mantém distante da escola, isso pode gerar desinteresse pelos estudos e desvalorização da educação, especialmente entre as classes menos favorecidas. As falas das entrevistadas alinham-se a essa perspectiva, ao apontarem que a ausência das famílias no ambiente escolar é percebida como um fator que contribui para o baixo rendimento acadêmico e para a falta de interesse dos estudantes pela escola, em consonância com as observações das autoras mencionadas.

Outro ponto relevante analisado foi como se dá essa participação na Escola Estadual Dona Graça. Os dados coletados nas entrevistas revelam percepções variadas sobre a participação das famílias na vida escolar, evidenciando tanto avanços quanto desafios na interação entre a escola e os responsáveis pelos estudantes. Embora algumas entrevistadas relatem esforços individuais para acompanhar a trajetória escolar de seus filhos, há um consenso de que a participação familiar ainda pode ser ampliada.

De acordo com os depoimentos, as famílias demonstram compreender sua função nesse processo e reconhecem a importância de seu papel. Uma responsável pelo estudante ressaltou a preocupação com a falta de envolvimento dos pais:

Eu acho que falta muito apoio em casa, inclusive com a minha netinha mesmo, porque eu sou a avó, mas a mãe e o pai não interferem muito. E isso me perturba, me preocupa porque eu não posso tomar todas as providências, porque em casa eu acredito que o pai e a mãe que tem que forçar mesmo (Avó A1B, 2024).

Essa fala revela uma realidade presente na escola pesquisada, em que muitos estudantes vivem com os avós, que acabam assumindo responsabilidades que, idealmente, caberiam aos pais, o que pode limitar a efetividade desse apoio.

A gestora destacou a relevância da presença familiar para o desenvolvimento dos estudantes, mas reconheceu a dificuldade em envolver todas as famílias de maneira constante:

[...] a gente pode perceber que, quando as famílias são presentes e participam, os alunos ficam mais motivados e tem um desempenho

melhor. Nós temos ainda a dificuldade em envolver todas as famílias de forma constante, por isso é importante a gente continuar buscando maneiras de fortalecer essa parceria (Gestora, 2024).

A gestora, ao reconhecer a dificuldade de envolver todas as famílias, salienta uma dimensão frequentemente silenciada no discurso sobre a participação familiar: a disparidade no engajamento entre os diferentes contextos familiares. Sua fala reforça a necessidade de estratégias inclusivas e continuadas por parte da escola, que considerem as especificidades de cada núcleo familiar e promovam formas acessíveis e significativas de aproximação.

A professora P2 também apontou limitações, especialmente no engajamento em eventos escolares:

[...] podemos observar que os pais manifestam maior interesse e comparece para as entregas de resultados, que são as entregas de boletins, para um diálogo com o professor. Porém, quando são convidados a participarem das feiras, das oficinas, dos eventos literários, de assembleias, o índice de participação deixa a desejar (Professora P2, 2024).

Esses dados revelam que, apesar de existirem famílias comprometidas, a participação no ambiente escolar ainda representa um desafio. Tanto as famílias quanto os servidores reconhecem a importância de fortalecer esse envolvimento, mas fatores como a rotina de trabalho e até mesmo a falta de interesse e conhecimento contribuem para a lacuna percebida.

Outro aspecto que se buscou compreender são os principais momentos em que a família visita a escola. Constatou ser comum, a todos os entrevistados, que a presença dos responsáveis na instituição acontece com maior frequência nas reuniões de pais para entrega de boletins, evento também denominado de plantão pedagógico. Observa-se que, ao descreverem sua participação, muitos entrevistados fazem referência imediata às reuniões de pais para entrega de boletins, evidenciando que, para boa parte das famílias, a ideia de participação ainda está fortemente associada à presença nesses encontros tradicionais. Essa percepção pode estar enraizada no hábito cultural de interpretar a participação familiar na escola como sinônimo de comparecimento a reuniões.

Nesse sentido, a gestora relata que *"[...] os pais costumam estar mais presentes em ocasiões como reuniões bimestrais para entrega de boletins para*

discutir sobre o desempenho, sobre o comportamento e as necessidades dos seus filhos". Essa percepção é corroborada pela professora P2 (2024), ao apontar que *"[...] uma das principais ocasiões em que os pais estão presentes na escola é quando ocorre a entrega de boletins dos estudantes. Em um número bem menor, os pais comparecem às feiras, auditórios, gincanas, oficinas e assembleias"* (P2, 2024).

Por outro lado, a mãe M3B (2024) destaca uma participação mais seletiva, ao dizer que: *"[...] eu não sou muito de ir à reunião, mas eu sou bastante presente nas atividades deles e qualquer momento que um diretor, um professor me liga e precisa de mim eu vou na hora resolver qualquer problema que tiver"*. Essa postura mostra que ela prioriza os momentos em que sente ser indispensável, como nas situações de urgência ou eventos relacionados aos filhos. A mãe M4B (2024), por sua vez, demonstra um equilíbrio, comentando: *"Quando tem reunião e dá para eu vim eu venho, quando tem que pegar boletim eu venho, depois quando me chama para reclamar também eu tenho que vir"*.

No entanto, a mãe M2B (2024) reconhece que sua participação é limitada. Quando indagada sobre sua frequência na escola, ela responde: *"ah, é muito difícil, teve uma vez que teve um evento lá, eu até esqueci que evento que foi, não lembro mais, aí foi só esse evento que eu fui"*.

As falas das mães, da gestora e da professora mostram um padrão nas ocasiões em que os pais ou responsáveis estão presentes na escola, revelando tanto as motivações quanto os desafios relacionados à participação familiar no ambiente escolar. Nesse contexto, é importante considerar a reflexão de Castro e Regattieri (2009, p. 38), ao apontarem que *"é importante fazer uma diferenciação entre participação familiar nos espaços escolares e participação na vida escolar dos filhos – o que também nem sempre depende da presença dos responsáveis no estabelecimento de ensino"*.

Essa distinção sugere que a participação das famílias na Escola Estadual Dona Graça ocorre de diferentes maneiras, de acordo com as possibilidades da família, ainda que não necessariamente correspondam às expectativas da escola.

Nessa abordagem, Saraiva-Junges e Wagner (2016) destacam que os seus estudos revelaram que *"os professores desejam maior envolvimento dos progenitores em situações em que percebem alguma dificuldade, e se sentem impotentes para lidar com os alunos; em situações disciplinares e de baixo rendimento acadêmico"*. Assim, Polonia e Dessen (2005) destacam que os recursos psicológicos, sociais, econômicos

e culturais dos pais são fundamentais para a promoção do desenvolvimento humano. As autoras também ressaltam que a escola exerce um papel essencial nesse processo, contribuindo especificamente para a aquisição do saber culturalmente organizado e nas distintas áreas do conhecimento.

No entanto, é preciso reconhecer que muitos pais enfrentam desafios que dificultam sua presença na escola. Como relatado pela mãe M4A (2024), muitos pais enfrentam barreiras relacionadas ao trabalho e ao tempo disponível: “[...] *a maioria fica ocupado, às vezes não chega em casa a tempo de vir nos eventos da escola e nas reuniões, é mais pelo trabalho*”.

Neste sentido, Carvalho (2004, p. 46) destaca que:

[...] participar da educação dos filhos e filhas comparecendo às reuniões escolares e, sobretudo, monitorando o dever de casa, requer certas condições: basicamente, capital econômico e cultural, vontade e gosto. Capital econômico se traduz em tempo livre (e boa qualidade de vida) para que o pai ou mãe se dedique ao acompanhamento dos filhos/filhas ou, na falta de tempo, dinheiro para pagar uma professora particular em casa ou aulas de reforço. Capital cultural significa cultura acadêmica (científica) e conhecimento atualizado dos conteúdos curriculares e de pedagogia.

Neste contexto, o engajamento das famílias no ambiente escolar está intrinsecamente ligado às desigualdades estruturais que permeiam a sociedade. Essas desigualdades precisam ser consideradas ao analisar a participação familiar, uma vez que fatores sociais e econômicos frequentemente limitam o envolvimento dos responsáveis.

Apesar dessas limitações, existem casos de famílias que valorizam o envolvimento escolar, ainda que de forma parcial. A mãe MCO, por exemplo, relata seu esforço para participar:

Eu incentivo bastante e também gosto de participar, mesmo que não dá para vir em todos, mas eu gosto de participar. Com relação aos outros, eu acho muito pouco os pais. Porque geralmente eu venho, mas o pai também não vem. Só as mães. Eu vejo mais mãe do que pais (Mãe MCO, 2024).

Este depoimento evidencia um padrão recorrente, a predominância da figura feminina no acompanhamento da vida escolar. Mesmo com a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, muitas acumulam a função de apoiar diretamente a educação dos filhos. Nesse sentido, Chechia e Andrade (2005) destacam que, no

contexto do sucesso e insucesso escolar, o papel de educadora tem sido, em geral, desempenhado pela mãe, assumindo uma preocupação mais direta e contínua com o desenvolvimento acadêmico dos filhos, enquanto o pai limita sua participação a incentivos esporádicos ao estudo.

Essa perspectiva converge com a análise de Carvalho (2004), ao ressaltar que a participação dos pais na educação escolar tende a recair sobre a figura materna, especialmente em um modelo de família tradicional.

Essas condições favoráveis à participação dos pais na educação escolar apontam para um modelo de família particular, que conta com um adulto, geralmente a mãe, com tempo livre, conhecimento e uma disposição especial para educar. Este é o modelo tradicional de família de classe média, que não corresponde às condições de vida da maioria das famílias pobres, trabalhadoras, e que está desaparecendo na própria classe média, com o ingresso das mulheres em ocupações remuneradas (Carvalho, 2004, p. 47).

Essas dificuldades são corroboradas pela autora, que aponta que a participação escolar depende de condições econômicas e culturais favoráveis, como tempo disponível, conhecimento e disposição para educar. No entanto, essas condições são mais características de um modelo de família de classe média tradicional, que não reflete a realidade da maioria das famílias da escola pesquisada.

Dados do Saeb 2023 citados nesta pesquisa no capítulo 2 reforçam esse contexto, indicando que o índice socioeconômico das famílias em questão é predominantemente médio-baixo, o que pode afetar diretamente a possibilidade de engajamento das famílias na educação escolar dos filhos. Esses dados sugerem que a escola deve buscar estratégias para diversificar os momentos de interação, facilitando o envolvimento contínuo e ampliando a presença familiar no cotidiano escolar.

Nesse sentido, Saraiva-Junges e Wagner (2016) apontam que “[...] a escola deve liderar projetos que promovam o envolvimento de todas as famílias, sem exceções”. Dessa forma, a análise indica que, embora as famílias participem presencialmente da escola em ocasiões específicas, ainda há desafios para envolver um número maior de responsáveis em eventos que promovam a integração e o fortalecimento da relação entre a escola e a comunidade escolar.

Em relação à participação das famílias nas tarefas escolares dos filhos, os dados revelam diferenças entre as famílias de estudantes de alto desempenho e de

baixo desempenho, apontando para a influência que o envolvimento familiar pode ter no rendimento acadêmico. As famílias de estudantes de baixo desempenho frequentemente indicam limitações em sua capacidade de auxiliar, seja pelo pouco tempo disponível ou pela dificuldade de compreensão do conteúdo. A responsável A1B (2024) destaca que, devido à falta de tempo, apenas pergunta sobre os deveres, sem conseguir ajudar diretamente: *“Eu só pergunto se tem dever, mas eu não ajudo porque o meu tempo também é pouco”*. A mãe M4B (2024) aponta as dificuldades, mencionando que necessita realizar pesquisas para poder ajudar: *“Os deveres são muito difíceis, tem coisas que meus filhos estudam aqui que eu tenho que pesquisar no celular que eu não sei”*. Ademais, a mãe M2B (2024) expressou seu esforço limitado ao afirmar: *“Eu tento”*.

Essas situações refletem as barreiras enfrentadas pelas famílias no acompanhamento das tarefas escolares, principalmente em função da falta de conhecimento ou de tempo disponível. Nesse contexto, é pertinente a observação de Castro e Regattieri (2009, p. 17), ao destacarem que:

O acompanhamento do dever de casa é outro exemplo de como a escola requisita espaço e tempo do cotidiano familiar. Entretanto, muitas famílias simplesmente não sabem ou não conseguem realizar esse acompanhamento com a disponibilidade e/ou competência que se espera delas.

Ainda nesse sentido, Carvalho (2004, p. 44) destaca:

[...] é nas camadas mais pobres que estão na escola pública que se evidencia a problemática da relação entre o dever de casa e as dificuldades escolares dos/as estudantes, particularmente quando se considera que as professoras esperam a adesão da família/mãe ao dever de casa, e que sua feitura ou não afeta a avaliação e as chances de sucesso ou fracasso escolar.

As autoras apontam que, embora a escola frequentemente dependa do apoio familiar para complementar o aprendizado, é fundamental considerar as dificuldades reais enfrentadas pelas famílias, que podem comprometer sua capacidade de atender às expectativas escolares.

Por outro lado, as famílias de estudantes de alto desempenho demonstram uma participação mais ativa e intencional. A mãe M1A, por exemplo, reconhece a importância de não esperar que os filhos peçam ajuda, enfatizando a necessidade de ser mais proativa: *“A gente precisa estar incentivando, estar dando atenção para eles,*

estar participando". De forma semelhante, a mãe M2A destaca que ajuda a filha nas dificuldades específicas, permitindo que ela tente resolver o restante por conta própria: *"Eu deixo ela resolver, o que ela tem dificuldade eu vou e ajudo"*.

Os dados indicam que os pais, independentemente de seu nível de escolaridade, demonstram preocupação em ajudar os filhos com as atividades de casa, embora enfrentem dificuldades em realizar esse acompanhamento de forma efetiva. Contudo, a pesquisa também evidencia que, nas famílias com maior nível de escolaridade, os filhos tendem a apresentar um desempenho escolar superior.

Outro aspecto analisado foi a participação da família no que se refere ao diálogo e incentivo aos filhos. De maneira geral, as famílias relatam esforços variados para promover a educação, seja garantindo a frequência escolar, incentivando a leitura ou estimulando o cumprimento das tarefas de casa.

Algumas famílias apontam dificuldades que limitam uma participação mais ativa. A avó A1B menciona que incentiva a neta, mas observa que há falta de estímulo por parte dos pais e isso pode impactar negativamente. Da mesma forma, a mãe M1A admite que cumpre com o básico, mas reconhece que falha ao não estimular hábitos como a leitura:

A gente faz o que é de obrigação. Essa questão de ler livros a gente não tem muito o hábito, é interessante, mas quando os pais não têm esse hábito de leitura, então os filhos também não vão ter. Nessa parte aí, eu sou falha. Também não incentivo eles a pegarem livro na biblioteca. Só mesmo cumpro com a parte de não deixar faltar de aula sem motivo e fazer atividade de casa quando tem, mas nem sempre eu estou ali cobrando isso sou um pouco desleixada nesse sentido (Mãe M1A, 2024).

Esses relatos evidenciam um ponto crítico observado na escola, relacionado à limitação do envolvimento familiar em práticas que vão além das obrigações básicas. A ausência de estímulos, como o incentivo à leitura e ao hábito de estudar em casa, compromete diretamente o processo de aprendizagem, sobretudo considerando que o tempo disponível na escola é limitado. Quando o ambiente familiar não reforça ou complementa o trabalho pedagógico, o desenvolvimento dos estudantes tende a ser prejudicado.

Entretanto, na escola pesquisada, os relatos das famílias revelam uma realidade distinta da apontada pelas estatísticas nacionais. Apesar de os dados do Saeb 2023 revelarem que mais de 80% das famílias incentivam seus filhos a se

dedicarem aos estudos e a frequentarem a escola, ainda é necessário fortalecer aspectos como o hábito de leitura e o diálogo regular sobre a rotina escolar.

Em contrapartida, algumas famílias relatam um envolvimento mais estruturado, destacando iniciativas para estimular o aprendizado. A mãe M3A (2024), por exemplo, descreve o incentivo à leitura ao mencionar: *“Peço a ela que passe na biblioteca da escola e pega livros. Às vezes também a gente compra livros, e ganha livros também de amigos para que possa acrescentar o conhecimento da minha filha aqui na escola”*. A mãe M2A complementa a ideia de que o diálogo constante também desempenha um papel importante no incentivo escolar, mesmo quando o filho já demonstra comprometimento: *“Eu sempre procuro é conversar com ela”*. É fundamental compreender que a participação da família no processo de aprendizagem dos filhos não deve ser vista como a única responsável pelo desempenho escolar, mas como um fator complementar ao papel desempenhado pela escola.

Chechia e Andrade (2005) destacam que, embora o envolvimento familiar seja relevante, ele não deve ser tratado como a solução para todos os desafios do aprendizado, uma vez que o desenvolvimento escolar resulta da interação entre os processos que ocorrem no ambiente escolar e as influências familiares. Assim, é necessário reforçar as funções específicas da escola, evitando a reprodução de discursos que responsabilizam unicamente a família pelo sucesso ou insucesso escolar dos estudantes.

Nesse contexto, é fundamental destacar a reflexão de Castro e Regattieri (2009, p. 41), ao afirmarem que:

não podemos esquecer que, sendo o Estado o responsável primário pela educação pública, deve procurar meios para priorizar e garantir esse direito. Ou seja, o sistema de ensino que deposita todas suas expectativas ou a culpa dos resultados escolares de seus alunos exclusivamente na família está de alguma forma renunciando à sua missão.

Para as autoras, a parceria entre a família e a escola é essencial, mas cabe ao Estado criar condições que incentivem essa colaboração, enquanto a escola assume seu papel de suporte e mediação e as famílias garantem a matrícula e a frequência dos filhos. Essa tríade – Estado, escola e família –, conforme mencionado pela professora P2 deve atuar de forma integrada para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento do estudante.

Nesse sentido, todos os participantes da pesquisa reconheceram a importância da participação familiar como fator indispensável para o desempenho acadêmico e o bem-estar dos estudantes. A gestora, a especialista, uma professora e alguns pais enfatizaram a necessidade de a escola implementar práticas mais efetivas que incentivem e ampliem essa participação.

Dessa forma, a análise realizada revelou fragilidades que demandam intervenções direcionadas para aprimorar o contexto em estudo. Entre os principais achados, destacam-se a falta de tempo dos pais para comparecer às reuniões escolares, dificuldades em auxiliar os filhos nas tarefas de casa, baixo engajamento nos eventos promovidos pela escola, desinteresse de alguns responsáveis e a predominância da figura materna como principal agente de participação familiar. Essas questões comprometem a eficácia das iniciativas existentes, limitando o alcance de resultados mais satisfatórios na aprendizagem e dificultando o estabelecimento de uma relação mais colaborativa entre a escola e a família.

3.3.3 Gestão democrática e participação da família na escola: uma análise das percepções

A gestão democrática pressupõe a participação ativa e colaborativa da comunidade escolar nas decisões e ações que impactam a dinâmica educacional.

Souza (2009, p. 125) define a gestão democrática como:

[...] um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Essa participação na escola inclui, por exemplo, a presença em assembleias, a elaboração do Projeto Político Pedagógico, a contribuição em eventos pedagógicos e culturais, a apresentação de sugestões e críticas e a participação no processo de eleição do colegiado e do diretor, entre outras ações.

As entrevistas realizadas evidenciam que a escola implementa esforços para engajar pais e responsáveis, mas também enfrenta desafios para alcançar uma adesão mais ampla e efetiva. Esta subseção analisa como a gestão escolar estrutura suas estratégias para incentivar a participação familiar e as percepções dos entrevistados sobre a abertura da escola às críticas, sugestões e colaborações.

A análise das entrevistas, evidenciada pelas contribuições da equipe gestora, dos professores e dos responsáveis, destaca a relevância da gestão democrática e participativa no contexto escolar, alinhada às necessidades da comunidade. Assim, Alves e Lima (2023) argumentam que, diante das complexidades do mundo contemporâneo, a escola precisa transcender seus muros para acompanhar as rápidas mudanças da sociedade. As autoras ressaltam que a ressignificação da prática escolar exige planejamento e esforço para se conectar às novas demandas sociais e manter uma sintonia com as famílias.

Nessa perspectiva, a gestora (2024) aponta que a participação das famílias "*[...] traz ideias, sugestões sobre as necessidades e interesses dos filhos [...]*", contribuindo para que as decisões escolares sejam mais eficazes. Essa visão reflete o compromisso da gestão com a valorização do diálogo, fortalecendo os vínculos entre a escola e a família. De forma similar, a EEB (2024) reforça essa ideia ao afirmar que a colaboração contínua entre a escola e a família "*[...] ajuda muito para o desenvolvimento do nosso trabalho [...]*", ressaltando a importância de encontros regulares para promover o engajamento coletivo.

Os professores também reconheceram a relevância da participação das famílias na promoção de uma gestão mais democrática. A P2 (2024) destacou que a educação de qualidade requer "*[...] essa parceria, é preciso que cada um faça sua parte para que a escola alcance esses resultados almejados, junto com a família e o estudante*". Por sua vez, a P1 (2024) ressaltou que a tomada de decisões "*em conjunto com os pais*" é uma prática que favorece o bem-estar de toda a comunidade escolar, consolidando o modelo de gestão participativa.

Sobre essa participação conjunta e como ela pode ocorrer, Polonia e Dessen (2005, p. 307) afirmam que:

[...] os pais devem participar ativamente da educação de seus filhos, tanto em casa quanto na escola, e devem envolver-se nas tomadas de decisão e em atividades voluntárias, sejam esporádicas ou permanentes, dependendo de sua disponibilidade. No entanto, cada escola, em conjunto com os pais, deve encontrar formas peculiares de

relacionamento que sejam compatíveis com a realidade de pais, professores, alunos e direção, a fim de tornar este espaço físico e psicológico um fator de crescimento e de real envolvimento entre todos os segmentos.

Nesse sentido, Rotella destaca a importância da participação da comunidade na escola, com o objetivo de conhecer seu perfil e suas expectativas, possibilitando a flexibilização do currículo para atender às necessidades locais.

Estes encontros da escola com a comunidade facilitam o conhecimento do bairro, das comunidades e da cultura onde o aluno está inserido. Contribuem para uma contextualização do currículo, a uma filosofia da educação que busca o desenvolvimento integral do aluno, o conhecimento de sua realidade de vida, seus desejos e aspirações (Rotella, 2020, p. 24).

As percepções dos responsáveis também destacam a importância de um ambiente inclusivo e acolhedor. A mãe M1A ilustrou essa perspectiva ao afirmar que:

Através dessa parceria a escola vai crescendo em qualidade. Qualquer evento, qualquer ação que a escola vai realizar, que ela abre esse espaço para família está ali participando, não só como ouvinte ou como responsável e aqui acontece muito isso. Eu já assisti muitas apresentações que mães vieram fazer uma participação no teatro com os filhos. Eu mesma esse ano tive a oportunidade de participar colaborando com a minha filha na turma dela na feira de ciências, então a escola abre esse espaço para família entrar e fazer ali o que ela consegue, participando junto, então isso é bom para o crescimento da escola em qualidade, que assim a escola consegue que seus trabalhos sejam vistos e as próprias famílias vão se sentir valorizadas em relação a essa escola (Mãe M1A, 2024).

Essa fala reforça a importância da participação ativa das famílias, não apenas como observadoras, mas como colaboradoras no processo educativo. Quando a escola cria oportunidades reais de envolvimento, ela fortalece os vínculos com a comunidade e torna-se um espaço mais atrativo e significativo para todos.

Outros responsáveis evidenciaram a relevância do diálogo entre a escola e a família para construir uma relação de confiança. A mãe M3A (2024) apontou que essa interação cria "uma comunhão entre a família e escola", enquanto a mãe MCO (2024) destacou que "[...] quando um filho tem o apoio do pai, da mãe, ou de outro parente, eles ficam mais felizes na escola [...]". Essas colocações evidenciam que a gestão democrática promove o engajamento e a confiança.

Com relação à percepção da gestora sobre a forma como a escola se estrutura para incentivar a participação das famílias, ela destaca que adota diversas estratégias para engajar os pais e fortalecer a relação entre a escola e a família:

Nós procuramos adotar várias estratégias para engajar os pais e fortalecer a relação escola e família. Nós mantemos uma comunicação regular, nós enviamos convites físicos e lembretes nos grupos de WhatsApp das turmas destacando a importância da presença dos pais na escola em eventos, em todos os momentos, em todos os projetos. Nós procuramos também flexibilizar os horários de reuniões e eventos, em diferentes horários para atender a disponibilidade dos pais. Inclusive, a gente faz opções fora do horário comercial para atender os pais que trabalham, a gente oferece esse atendimento fora desse horário comercial para que eles saiam do serviço e possam vir a escola nesses horários alternativos (Gestora, 2024).

De acordo com o relato da gestora, a escola adota diversos meios para incentivar a participação presencial das famílias. Além disso, a escola promove o reconhecimento público da participação familiar, como mencionado: "Agradecer e reconhecer publicamente a participação dos pais, mostrando como a presença deles faz diferença na vida escolar dos filhos", através de um incentivo motivacional.

A respeito de como a escola promove a participação da família, a especialista em educação básica ressaltou que:

Geralmente esse incentivo a gente busca fazer trazendo profissionais de outras áreas como psicólogo para fazer palestra para eles, mostrando a importância da educação dos filhos no dia a dia, a importância dessa participação deles, desse trabalho conjunto. A escola ela busca sempre trazer a comunidade para dentro da escola. São promovidos muitos eventos, festa junina, plantão pedagógico com a presença dos pais junto com os filhos, festa do Dia das Mães e inclusive com premiação para as mães, com apresentações dos filhos, formatura dos alunos de nono ano (EEB, 2024).

De acordo com a percepção da especialista em educação básica, a escola investe em várias ações que promovem a interação familiar por meio de eventos festivos e pedagógicos.

Os docentes também reconhecem a relevância de uma comunicação bem-organizada para incentivar a participação. A professora P2 observa que:

A escola mantém um canal de comunicação com as famílias através de WhatsApp, através de postagens no Instagram, envio de bilhetes para as famílias e ela procura mobilizar as famílias para essa importância do acompanhamento da presença da família na escola,

sensibilizar esses familiares que quando a família participa, os resultados são melhores que tanto a escola quanto a família têm os mesmos objetivos, quer que o estudante alcance os melhores resultados (Professora P2, 2024).

Esse aspecto é corroborado pela professora P1 (2024) ao afirmar que *"a escola incentiva demais, a gestão quer os pais aqui na escola de todas as formas possíveis"*, promovendo encontros regulares para prestar contas, discutir o funcionamento do colegiado e compartilhar informações importantes. Nesse sentido, as autoras apontam que *"[...] não há dúvidas de que os profissionais que atuam na educação reconhecem a importância do relacionamento entre família e escola e os benefícios desta relação para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo do aluno"* (Polonia; Dessen, 2005, p. 309).

Essas estratégias evidenciam que a escola cumpre o seu papel ao convidar e incentivar as famílias a participarem. Contudo, observou-se que, apesar das diversas oportunidades oferecidas, a presença de pais ou responsáveis nas reuniões, assembleias, eleições escolares ainda é limitada. Conforme apontado nas Tabelas 5, 6 e 8 desta pesquisa, a frequência nesses eventos não ultrapassa 50% de participação.

A gestora (2024) reconhece que o envolvimento continua aquém do ideal e observa: *"Tem pais que não reconhecem e não valorizam a importância da participação da família no dia a dia da escola"*. As entrevistas revelaram que nem sempre as estratégias escolares estão alinhadas ao estilo de vida e às necessidades das famílias. Como sugerido pela mãe M1A, é essencial repensar as ações para torná-las mais inclusivas e adequadas aos diferentes contextos. Esse cenário evidencia a necessidade de estratégias complementares que considerem as barreiras enfrentadas por algumas famílias, promovendo uma participação mais equitativa.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) destacam que cada escola possui uma cultura própria, que ajuda a compreender os acontecimentos de seu cotidiano e que pode ser transformada por meio da ação coletiva. Essa cultura deve ser discutida, avaliada e planejada em conjunto, de forma a atender melhor aos interesses e aspirações da equipe escolar. Nesse contexto, os autores justificam a importância da gestão participativa e da formação de uma comunidade educacional.

A gestora (2024) apontou diferentes formas de contribuição das famílias, afirmando que elas podem *"[...] oferecer sugestões pra melhorar o ensino e a*

infraestrutura, participar de reuniões para discutir problemas e soluções, ajudar na organização de eventos e atividades". Além disso, destacou o papel no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos como uma maneira de apoiar a gestão escolar.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é outra dimensão significativa da gestão democrática que busca integrar a comunidade escolar nas decisões pedagógicas e administrativas. Conforme relatado pela especialista, *"a participação geralmente é uma participação bem democrática. Quando a gente propõe esse trabalho de elaboração do PPP, eles participam, opinam, eles dão seu parecer"*. No entanto, o nível de engajamento varia entre as famílias, como apontado pela professora P2: *"Comparecem alguns pais, analisam resultados e sugerem projetos, mas essa presença ainda precisa melhorar"*, enquanto a professora P1 (2024) reforça que, em anos anteriores, o envolvimento era mais ativo, com reuniões em grupos para discutir questões da escola. Hoje, segundo ela, *"parece que se tornou mais difícil para os pais virem participar do PPP, eles não têm muito interesse"*.

Diante dessa análise, observa-se que o envolvimento das famílias na elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico é insuficiente. Esse desinteresse pode ser atribuído à falta de compreensão sobre a importância desse documento para o planejamento e a qualidade da educação oferecida pela escola.

Nesse sentido, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 459) ressaltam que o princípio da autonomia "[...] requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, constituída basicamente pelos pais, pelas entidades e pelas organizações paralelas à escola". Os autores destacam que a presença da comunidade, especialmente dos pais, tem várias implicações, como a participação no conselho da escola e na Associação de Pais e Mestres (ou organizações correlatas), visando à preparação do Projeto Político Pedagógico e na supervisão e avaliação da qualidade dos serviços prestados.

Ressalta-se que, além do Projeto Político Pedagógico, considerado um dos instrumentos fundamentais para uma gestão escolar pautada em princípios democráticos, discute-se também o papel do representante do colegiado escolar do segmento de pais como um mecanismo relevante de participação nesse contexto. Com base nas respostas obtidas nas entrevistas realizadas com a gestora e a representante do colegiado da Escola Estadual Dona Graça, é possível analisar a

dinâmica de participação por representação e sua importância para o fortalecimento da gestão democrática.

A gestora destacou (2024) que “[...] a participação dos pais no colegiado é bastante importante para a escola”. Segundo ela, “[...] os pais que participam do colegiado representando seus pares são ativos, comparecem às reuniões e contribuem com sugestões que ajudam a melhorar a escola”. Esse depoimento reforça a relevância do colegiado como espaço de interação entre a gestão escolar e a comunidade.

A representante do colegiado MCO (2024) corroborou essa perspectiva ao afirmar que entende os temas tratados nas reuniões, pois “a diretora explica muito bem”. Ela destacou que as discussões são voltadas para a melhoria da escola, como a alimentação dos alunos e melhorias na infraestrutura, exemplificando: “Vai ter o negócio da biblioteca, a gente também assinou aqui o negócio da quadra e as melhorias que sempre têm que estar fazendo na escola”. Esse entendimento demonstra a clareza das informações compartilhadas, essencial para o engajamento dos representantes.

Os depoimentos da mãe MCO (2024) evidenciam a liberdade e a abertura para contribuir nas reuniões do colegiado, reforçando a natureza participativa da gestão escolar. Ela relatou que, durante as reuniões, “[...] quando ela apresenta aqueles projetos pra gente, ela pergunta: Vocês querem que mude alguma coisa?”. A mãe ainda destacou que, ao apontar ajustes necessários, a gestora prontamente revisa as propostas: “[...] quando a gente fala alguma coisa, ela vai lá e refaz. E já fez isso umas duas vezes”. Esse relato reflete um modelo de gestão que valoriza não apenas a participação efetiva, mas também o respeito às opiniões dos membros da comunidade escolar.

A mãe também destacou o papel fiscalizador do colegiado ao mencionar que “a gente assina, mas também tem que ajudar a fiscalizar”. Diante do exposto, a atuação da representante concentra-se em questões burocráticas, como aprovações e fiscalização de aquisições de materiais e/ou obras, o que evidencia uma compreensão limitada das questões pedagógicas. Esse ponto ressalta que a atuação no colegiado vai além da simples validação de decisões, pois os representantes deste órgão devem trabalhar em conjunto com a direção nas esferas administrativa, pessoal e pedagógica, conforme as atribuições que lhe cabem.

A mãe MCO comentou sobre a periodicidade das reuniões e o compromisso em participar, mesmo enfrentando dificuldades como os horários de trabalho. Ela afirmou:

Geralmente é uma vez por mês, ou mais vezes, dependendo do tanto de projeto que tem para assinar. A gente tem que vir na reunião. Como eu trabalho, tem dia que estou de plantão, então não tem como eu vir, mas sempre que precisa eu venho para assinar os papéis e me inteiro do assunto. Tem que inteirar do assunto (Mãe MCO, 2024).

Conforme relatado, as reuniões do colegiado ocorrem com a periodicidade prevista na legislação, o que garante o cumprimento dos procedimentos estabelecidos para o funcionamento desse órgão.

Ainda nesse contexto de gestão democrática, foram feitas perguntas com o objetivo de identificar como as famílias percebem o acolhimento e a qualidade da relação com a equipe escolar. As respostas indicam que as famílias se sentem bem acolhidas no espaço escolar. A avó A1B (2024) enfatiza o tratamento excepcional que recebe: *“Maravilhosamente bem, muito bom mesmo”*. Outras mães, M2B e M3B (2024), reforçam essa percepção de forma objetiva, mencionando que são *“muito bem”* tratadas e recebidas.

Além do acolhimento geral, algumas famílias destacam uma relação mais ativa e participativa com a escola. A mãe M1A relata uma interação tranquila e parabeniza a escola pela abordagem em eventos e reuniões. De forma similar, a mãe M3A (2024) aponta para uma troca constante de informações com a gestão e os professores, o que contribui para o acompanhamento do desempenho escolar de sua filha: *“Eu sou recebida com atenção, com carinho, com respeito [...], a gente sempre troca informações”*.

Um fator significativo a ser considerado nessa questão é a conexão histórica de algumas famílias com a escola, como no caso da mãe M2A (2024), que estudou na mesma instituição em que sua filha está matriculada. Ela descreve um relacionamento próximo e duradouro com os professores: *“Eu sou muito bem atendida. Enquanto aluna também, estudei nessa escola, sempre tive uma relação muito boa, inclusive alguns professores que foram meus professores ainda são professores da minha filha”* (M2A, 2024).

Esse vínculo duradouro reforça a ideia de continuidade e confiança mútua entre a escola e a comunidade. Esses relatos refletem o que Polonia e Dessen (2005, p.

308) apontam: “As formas peculiares de relacionamento que pais e escolas mantêm entre si dependem, sobretudo, das percepções que cada um desses segmentos tem de si próprio e do outro”. Assim, a construção de um relacionamento positivo entre as famílias e a escola está diretamente ligada à forma como ambas as partes se percebem e interagem.

Outro aspecto relevante da gestão democrática é a receptividade da escola às críticas e sugestões. Apesar de a maioria dos entrevistados considerar que a escola está disposta a ouvir a comunidade, como afirma a mãe M3A (2024): *"A escola é aberta às sugestões e críticas, inclusive acabei de dar uma sugestão sobre o ambiente escolar para a recepção dos pais"*. Uma mãe, entretanto, destaca um ponto importante:

A escola ouve, mas toda instituição tem normas a seguir, tem regras, então, por mais que seja aberta uma votação para comunidade participar, a escola precisa ouvir para melhorar no sentido de atender o que essa comunidade deseja. Porém, não quer dizer que ela vá ouvir as opiniões que estão chegando e fazendo mudanças da forma como as pessoas estão querendo que faça. Não, não é dessa forma, porque toda instituição, ela lida com regras, com leis, regulamentos. Então não é simplesmente a opinião da comunidade (Mãe M1A, 2024).

Diante do exposto, a mãe destaca a importância de equilibrar a prática da escuta ativa com a observância das normas institucionais. No entanto, ainda há espaço para aprimorar esse equilíbrio, conforme apontado pela mãe M4B (2024), que observa: *"A gente não tem muita liberdade. Eu não estou muito lembrada quando teve aqui algo assim: O que vocês querem que façam aqui? Qual a opinião de vocês?"*. Esse relato evidencia a necessidade de ampliar os mecanismos de participação, criando oportunidades mais inclusivas e acessíveis para as famílias expressarem suas opiniões e contribuírem com as decisões escolares.

Nesse sentido, Benato (2014) destaca a importância de oportunizar momentos de debate com a comunidade escolar, promovendo encontros bem planejados e respeitando a individualidade dos participantes. Estimular a participação por meio de perguntas e apresentar os resultados dos debates ao final das reuniões constitui uma estratégia importante para motivar os responsáveis a comparecerem em encontros futuros.

A análise das entrevistas revelou que, apesar dos esforços da escola para engajar as famílias e promover uma gestão democrática, ainda existem desafios

significativos na participação ativa dos pais e responsáveis. A frequência nos eventos, como reuniões e assembleias, permanece abaixo de 50%, e muitos entrevistados apontaram que, embora a escola esteja aberta às sugestões, a falta de interesse de alguns pais e as dificuldades de adaptação das estratégias escolares às realidades familiares limitam o sucesso das iniciativas. Além disso, a falta de compreensão sobre a importância do Projeto Político Pedagógico por parte de algumas famílias é outro ponto crítico.

A pesquisa evidenciou a necessidade de aumentar a presença dos pais nos eventos e nos processos decisórios, ressaltando os benefícios dessa parceria para o desenvolvimento dos educandos e para a promoção de uma gestão escolar mais democrática e participativa.

Os principais achados que demandam intervenções incluem: a compreensão dos anseios das famílias, a estruturação de reuniões com comunicação clara e objetiva para garantir o entendimento de todos, a criação de oportunidades para manifestações de sugestões e críticas, a realização de eventos que atendam aos interesses da comunidade, o desenvolvimento de novos projetos, a criação de um espaço acolhedor e a ampliação da participação no Projeto Político Pedagógico.

Assim, é fundamental repensar as estratégias de comunicação e inclusão, levando em consideração as barreiras que as famílias enfrentam, como questões de tempo e acesso, a fim de garantir uma maior adesão e engajamento nos processos escolares.

3.3.4 Estratégias de aproximação das famílias com a escola

Nesta subseção, é analisada a percepção dos participantes com o objetivo de avaliar se os momentos oferecidos pela escola são suficientes para estimular o engajamento familiar, considerando também as sugestões dos atores para minimizar eventuais dificuldades relacionadas a esse processo. Para tanto, os participantes foram questionados sobre formas de consolidar a participação dos pais e responsáveis no contexto escolar. Foi formulada, então, uma pergunta inicial para avaliar essa percepção.

Os participantes destacaram que, apesar de reconhecerem a relevância dessas iniciativas, percebem-nas como insuficientes para fomentar um envolvimento mais significativo e contínuo das famílias no ambiente escolar. Essa constatação reforça a

importância de repensar estratégias e buscar novas abordagens que possibilitem uma maior participação das famílias.

A fala da gestora exemplifica esse entendimento ao afirmar que:

Eu acredito que esses momentos são importantes, mas não suficientes. A escola pode envolver os pais em outras situações para fortalecer ainda mais a parceria entre a escola e família, e algumas dessas situações é de participar de projetos pedagógicos, convidar os pais para participar de atividades e projetos que envolvam o conteúdo ensinado em sala de aula, como oficinas, palestras, leituras compartilhadas [...] a gente pode também convidá-los a participar e ajudar na organização desses eventos, na organização de festas, de feiras culturais, de apresentações, que a escola promove (Gestora, 2024).

Os educadores entrevistados também demonstraram inquietação quanto às limitações das ações atuais. A especialista em educação básica observou que:

Suficiente não é. Ainda temos muito que avançar, acho que quanto mais a gente conseguir trazer as famílias para dentro da escola é melhor para todos. Eu acredito que a escola pode melhorar muito. A gente busca essa melhoria e estamos aí resgatando muitos pais que às vezes estavam um pouco afastados (EEB, 2024).

Essa visão é compartilhada pela professora P1 (2024), que destacou o desejo de uma participação mais ativa das famílias: *“Suficiente nunca é porque a gente quer a presença dos pais sempre, para dar um apoio para a gente, uma troca de experiências. A gente gostaria que eles viessem mais vezes aqui, porque nem todos vêm”*.

Por outro lado, algumas falas sugerem que há espaço para um maior envolvimento dos pais nas atividades já existentes, como apontado por uma professora:

A escola já promove muitos momentos de muitas oportunidades de a família participar, mas ainda precisamos encontrar formas de que essas famílias participem mais, que essas famílias envolvam mais com os projetos desenvolvidos pela escola. Gostaríamos que nesses projetos tivéssemos um comparecimento assim como no dia da entrega de boletins (Professora P2, 2024).

Interessante pontuar que, embora as iniciativas sejam reconhecidas, há desafios em estimular a adesão dos pais em eventos além dos tradicionais.

Entre as famílias, as opiniões se dividem. Enquanto alguns reconhecem que a escola poderia repensar suas ações, outros atribuem às famílias a responsabilidade pela falta de engajamento. A mãe A1B (2024) afirmou: “A escola faz de tudo, então eu acredito que o que falta são os pais mesmo, porque a escola dá todo o conforto”. Essa visão é reforçada por COM (2024): “Na verdade, os pais que deveriam vir mais porque a escola faz com que todos compareçam, mas os pais não vêm”. Contudo, a fala da outra mãe sugere um ponto de reflexão importante:

[...] a escola teria que repensar em que tipos de ações ela pode estar tendo, dentro do que é permitido, que busque a comunidade e que vai envolver realmente esses pais e que seja também uma forma que para eles vai contribuir, porque, às vezes, as ações que a escola está promovendo não é interessante para elas, não têm a ver com tipo de vida, estilo de vida que esses pais levam. E talvez, eles nem entendem a necessidade de estar ali nesses eventos. Então eu acho que poderia estar tendo de repente é uma visão diferenciada para esse tipo de situação. O que a escola poderia fazer de diferente, mas de acordo com as normas regulares da escola para chamar a atenção desses pais que ainda não vem nos eventos e que ainda não participa ativamente (Mãe M1A, 2024).

Esse depoimento evidencia a necessidade de compreender os diferentes contextos socioeconômicos e culturais das famílias, adequando as iniciativas às suas realidades. Isso inclui repensar os tipos de atividades promovidas, bem como buscar alternativas que despertem maior interesse e demonstrem a relevância da participação dos pais para o sucesso escolar dos filhos.

Com base nos dados obtidos nas entrevistas, é possível identificar que essas percepções divergentes podem estar relacionadas às diferentes expectativas dos participantes. Nesse sentido, é fundamental que as escolas desenvolvam estratégias mais personalizadas e acessíveis, alinhadas às expectativas das famílias e às demandas do contexto escolar. O entendimento de que a educação é um esforço coletivo deve ser o ponto central para estreitar os laços entre a escola e a comunidade, garantindo uma parceria efetiva que beneficie todos os envolvidos no processo educacional.

Para concluir as entrevistas, os participantes foram convidados a apresentar sugestões para a escola com o objetivo de aprimorar a participação das famílias na vida escolar de seus filhos. Ao analisar as respostas dos participantes sobre as sugestões para melhorar a participação das famílias na vida escolar dos estudantes, fica evidente a diversidade de percepções e propostas

A gestora destacou a importância de não desistir e continuar organizando eventos e atividades que promovam a interação entre pais, professores e alunos. Segundo ela,

Uma sugestão é não desistir nunca, é continuar organizando eventos e atividades que envolvam as famílias e a interação entre pais, professores, alunos, eventos como oficinas, palestras, dias especiais como o dia da família na escola para que esses pais se sintam responsáveis e possam participar mais ativamente da vida escolar. Manter essa comunicação constante e aberta com a família. Está usando mensagens nas redes sociais para ajudar a fortalecer o vínculo. Outra sugestão é ouvir as sugestões das famílias usando uma caixinha de sugestões anônima. Quem sabe também isso iria ajudar a aumentar essa participação (Gestora, 2024).

Nessa abordagem de sugestões, a professora P2 propôs iniciativas voltadas à inclusão das famílias em eventos já existentes na escola, como instituir o “Dia da Família”. Ela comentou:

Poderíamos mobilizar ainda mais a comunidade. Instituir o Dia da Família na escola, com os pais participando de oficinas junto com os filhos, colocando na gincana mais atividades que exijam a presença dos pais, provas na gincana em que os pais têm que estar acompanhados. Seja com passa ou repassa, seja com música ou com dança, e quem sabe assim nós consigamos mobilizar mais essas famílias, essas famílias compareçam mais (Professora P2, 2024).

A professora também destacou que a escola atende alunos de periferia com problemas sociais, enfatizando que o envolvimento das famílias é essencial para superar esses desafios. Por outro lado, a professora P1 (2024) afirmou: “Tenho não. Eu não tenho sugestão porque aqui a gente já faz de tudo. Aqui nessa escola já faz de tudo o necessário”. Essa resposta reflete uma visão de que as iniciativas atuais são suficientes, embora contraste com as opiniões de outros entrevistados.

A partir das sugestões das famílias, é possível observar algumas perspectivas e ações possíveis para aumentar a participação das famílias nas atividades escolares. As falas apontam tanto para a necessidade de ações mais eficazes da escola quanto para um maior engajamento dos pais.

A avó A1B (2024) acredita que a escola já faz o possível para envolver as famílias, sugerindo que o foco de melhorias esteja mais no ambiente familiar ao afirmar que “a escola já faz de tudo, tudo, tudo, então eu acredito que mais é em casa mesmo”. Essa percepção é reforçada pela mãe M3B (2024) que enfatiza a

necessidade de os pais demonstrarem maior iniciativa: “*Eu acho que está bom para falar com você a verdade. Eu acho que deveria partir mais dos pais, mais no interesse dos pais para estar participando*”. Ambos os relatos refletem a ideia de que a educação de qualidade também depende da colaboração em casa.

Uma outra perspectiva relevante é apresentada pela mãe M4B (2024), que sugere estratégias mais interativas e receptivas para fomentar o envolvimento parental. Ela propõe, por exemplo: “*Os pais podiam participar com os filhos de uma leitura, de uma contação de história e podia ter também uma caixinha para gente colocar as sugestões e críticas*”. Essa abordagem aponta para a importância de criar momentos de interação conjunta e de oferecer canais de comunicação diretos entre as famílias e a escola.

Ampliando o olhar sobre as responsabilidades e ações necessárias, a mãe M1A sugere que a escola não deve atuar sozinha, mas sim formar parcerias com outros órgãos que já têm contato com as famílias.

Seria uma ação diferenciada e ela dependeria muito de parceria. Não é só escola, para conseguir abordar essas famílias. Para conseguir chegar até elas e fazer com que elas cheguem até escola, a escola precisa de outros órgãos que já trabalham com essas famílias, que hoje tem muitos. Órgãos que atuam diretamente nas famílias para estar desenvolvendo alguma ação que através daquele outro caminho, ali onde a família já está sendo acessada, eles consigam chegar com ela até a escola (Mãe M1A, 2024).

Essa colaboração poderia ser uma via importante para trazer as famílias para a escola, especialmente as que enfrentam dificuldades e que já estão sendo atendidas por serviços comunitários. Ademais, algumas mães destacam a importância de iniciativas culturais e práticas para atrair os pais. A mãe M2A destaca a importância de projetos que envolvem a cultura familiar, como o projeto de comidas típicas, e acredita que mais atividades desse tipo poderiam atrair os pais para a escola, ao conectar o conhecimento e as habilidades cotidianas deles com as atividades escolares.

Por outro lado, a mãe M3A propõe oferecer um lanche reforçado para os pais, especialmente aqueles que enfrentam longas distâncias e têm dificuldades de tempo para participar das atividades escolares. Essa medida poderia contribuir para a inclusão e o acolhimento das famílias, especialmente as residentes na área rural. Essa mãe sugere uma mudança no espaço destinado ao atendimento de pais e estudantes

– a sala da supervisão –, pois a localização atual expõe as pessoas, visto que a porta é de grade e se encontra de frente para todas as salas de aula, causando desconforto e constrangimento. Essa ponderação destaca a importância de promover estratégias mais acolhedoras para receber os responsáveis.

A mãe M4A (2024), por sua vez, vê na infraestrutura da escola uma oportunidade de atrair mais pais, mencionando: “*Nessa área de lazer a quadra vai ser ótima, o esporte vai ajudar muito o aluno e para envolver a família nos projetos*”. A utilização do novo espaço pode expandir ainda mais o envolvimento dos pais, especialmente em eventos comunitários e esportivos.

Por fim, a mãe MCO (2024) sugere a obrigatoriedade das reuniões de pais ao afirmar: “*Deveria ter uma reunião obrigatória, falar que eles têm que comparecer*”. No entanto, cumpre destacar que essa sugestão é inviável, uma vez que não há respaldo legal para tal obrigatoriedade. Além disso, a mãe sugeriu que as reuniões bimestrais de pais fossem realizadas um pouco mais cedo, por volta das 17 horas ou às 17h30min. Vale ressaltar que, atualmente, essas reuniões costumam ocorrer às 18 horas.

É importante destacar que as famílias dos estudantes com baixo desempenho não demonstraram, durante as entrevistas, um envolvimento efetivo na vida escolar de seus filhos. Observou-se uma limitação na forma como essas famílias se expressaram, frequentemente restringindo suas respostas a afirmações simples, o que exigiu maior esforço do pesquisador para aprofundar os relatos. Além disso, essas famílias tendem a acreditar que a escola já realiza tudo o que está ao seu alcance para envolver os pais. Uma mãe afirmou: “*Eu acho que a escola já faz o suficiente, não sei o que mais poderia ser feito*” (Mãe M2B, 2024). Essa percepção reflete uma falta de reconhecimento da necessidade de novas ações para fortalecer a relação entre a escola e a família.

Nesse contexto, torna-se necessário que a escola adote estratégias mais eficazes para ampliar a participação das famílias. Entre as propostas, ressalta-se a continuidade e o aprimoramento dos eventos já realizados, bem como o “Dia da Família”, incorporando projetos que valorizem a interação entre pais, alunos e escola. Outras iniciativas incluem a implementação de uma caixinha de críticas e sugestões, um local reservado e acolhedor para a recepção de pais, a oferta de lanches durante as reuniões e a busca por parcerias com outros órgãos que possam apoiar essas ações. Também foi sugerido promover eventos que possibilitem a participação ativa

das famílias, indo além do papel de ouvintes, melhorar os canais de comunicação e oferta de horários alternativos para as reuniões.

A necessidade de fortalecer a participação das famílias na vida escolar dos estudantes exige a adoção de ações bem planejadas. Nesse sentido, destaca-se que: "É importante ter em mente que, em todos os tipos de envolvimento família-escola, a qualidade dos relacionamentos é mais importante que a quantidade" (Laureau, 1987 *apud* Polonia; Dessen, 2005, p. 307). Essa afirmação evidencia que as estratégias para envolver as famílias devem priorizar relações mais saudáveis e significativas.

Os dados revelaram que tanto as famílias de estudantes com alto desempenho quanto as de baixo desempenho dedicam-se, de alguma forma, à vida escolar de seus filhos. No entanto, a pesquisa aponta uma tendência de que, entre os estudantes com maior sucesso acadêmico, a presença da família é mais efetiva.

Nesse sentido, o estudo realizado reforça as contribuições de Bhering e Siraj-Blatchford (1999, p. 197) que, ao analisarem o envolvimento dos pais na educação de seus filhos em diversos contextos, identificaram fatores comuns, independentemente de raça, nacionalidade ou classe social. As autoras apontam que "a maioria dos pais ajudam os filhos, direta ou indiretamente, nos deveres de casa ou em outras atividades escolares e quando não os ajudam é sempre por motivos maiores, como um desequilíbrio de diversas ordens". Quando essa participação não ocorre, geralmente está relacionada a motivos mais profundos, como desequilíbrios significativos em diferentes aspectos da vida, como questões pessoais, econômicas ou profissionais. O estudo atual confirma essa visão, evidenciando que, embora as famílias compreendam a importância do envolvimento na vida escolar, o contexto familiar e as condições externas podem limitar essa participação, influenciando diretamente o processo educativo.

Essa análise confirma a hipótese inicial de que as dificuldades impostas por variáveis como as condições socioeconômicas e culturais desfavoráveis limitam o envolvimento das famílias. No entanto, os dados evidenciam que as estratégias planejadas pela gestão escolar para aproximar as famílias não são atendidas plenamente às suas expectativas. Isso sugere que, além das variáveis externas, outros fatores, possivelmente relacionados à própria escola, estão impactando nessas dificuldades, o que indica a necessidade de uma abordagem ajustada à realidade das famílias.

A partir das lacunas identificadas durante a coleta e análise dos dados, é possível delinear ações para melhorar a relação entre a família e a escola. No próximo capítulo, é apresentado um Plano de Intervenção baseado nas questões levantadas, com o objetivo de promover uma maior participação das famílias na vida escolar dos filhos, visando fortalecer a participação da família no processo educacional e, assim, contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: AÇÕES QUE BUSCAM PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DO ESTUDANTE

A pesquisa apresentada parte das seguintes questões: De que maneira a família tem se envolvido na Escola Estadual Dona Graça? De que forma a administração desta escola pode contribuir para ampliar a participação das famílias na vida escolar dos estudantes? Estes questionamentos orientaram todo o desenvolvimento da pesquisa e serviram como guia para a realização do trabalho de campo, com o intuito de encontrar elementos que elucidem essa questão.

Com base nesse questionamento, definiu-se o objetivo geral da investigação, que consiste em analisar a participação da família na Escola Estadual Dona Graça. Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: descrever a participação da família na escola e as estratégias utilizadas pela gestão para promover essa interação; analisar a percepção dos familiares e servidores sobre a participação na vida escolar dos estudantes; propor ações à gestão com vistas a aprimorar a participação da família na vida escolar dos estudantes.

Essa definição de objetivos está relacionada à motivação que impulsionou o desenvolvimento desta pesquisa. As experiências da autora como docente na educação básica despertaram um interesse particular em compreender os efeitos da presença e da ausência dos familiares na escola, tanto no que se refere ao desempenho e desenvolvimento dos alunos quanto ao aprimoramento da gestão escolar.

No decorrer da pesquisa, os capítulos foram estruturados de forma a atender aos objetivos traçados. Assim, no capítulo 2, foi realizada uma análise descritiva da participação da família na Escola Estadual Dona Graça e um levantamento das estratégias adotadas pela gestão para promover essa interação. Para tal, foram examinados documentos institucionais, incluindo atas de reuniões, listas de presença, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e dados do Inep, abrangendo o período de 2018 a 2023, além das legislações que orientam o envolvimento familiar na escola (Escola Estadual Dona Graça, 2018, 2020, 2021, 2022a, 2022b, 2022c, 2023a, 2023b, 2023c). No capítulo 3, foi apresentada a fundamentação teórica e metodológica que sustentou o estudo e a análise dos dados. As informações foram coletadas por meio de entrevistas realizadas com a gestora da escola, uma

especialista em educação básica, dois professores efetivos e nove responsáveis pelos estudantes, incluindo um representante do colegiado escolar.

Neste capítulo, os resultados da pesquisa de campo são revisitados, destacando os principais achados que emergiram da análise. Assim, as informações obtidas na pesquisa de campo, por meio das entrevistas realizadas, foram fundamentais para delinear ações de intervenção viáveis e aplicáveis. A investigação revelou elementos fundamentais para compreender os desafios e as possibilidades de fortalecimento da participação familiar na Escola Estadual Dona Graça. Esses achados são apresentados e discutidos, com base na análise dos dados coletados, a fim de proporcionar uma visão clara sobre o cenário atual e as oportunidades de melhoria para a gestão escolar.

É importante destacar que a maior parte das ações propostas no PAE resulta das sugestões dos entrevistados. Esse fato demonstra que os sujeitos envolvidos conseguem identificar as deficiências da instituição e contribuem com sugestões viáveis para sua melhoria.

As entrevistas realizadas foram analisadas qualitativamente, com o objetivo de identificar padrões, divergências e pontos de convergência nas percepções dos participantes. A partir dessa análise e em diálogo com os estudos previamente apresentados, foram identificados os principais fatores relacionados à limitada participação das famílias na vida escolar dos filhos da Escola Estadual Dona Graça. Com base nesses achados, foi elaborada uma síntese que orientou a construção do PAE. Esses fatores foram organizados em dois eixos, definidos com base no levantamento teórico utilizado no capítulo 3 e complementados pelos resultados da pesquisa de campo, conforme apresentado no Quadro 7.

As ações propostas no PAE visam atuar nos aspectos identificados ao longo da pesquisa, com foco especial naqueles que contribuem para a limitada participação das famílias. O estudo evidencia que a escassa participação familiar não é apenas um desafio da escola, mas um problema que afeta toda a sociedade. Por isso, é essencial que as ações envolvam a colaboração de todos os atores que fazem parte da comunidade escolar: família, estudantes, professores, gestores e profissionais de áreas distintas e entidades que possam contribuir para a formação integral dos estudantes.

Quadro 7 – Eixos de análise com os achados da pesquisa e ações propositivas

Eixos	Dados de pesquisa	Ação propositiva
A participação da família no processo de aprendizagem	Presença insuficiente das famílias nas reuniões pedagógicas.	Fortalecer parcerias com órgãos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
	Envolvimento limitado das famílias nos eventos escolares.	Promover eventos em que as famílias atuem como protagonistas.
	Desinteresse em participar dos eventos na escola.	
	Apoio limitado da família nas tarefas escolares.	Realizar workshops destinados à comunidade escolar, com ênfase no fortalecimento da relação família-escola.
	Falta de incentivo das famílias para a leitura.	
Gestão democrática e participação da família na escola	Ausência de meios adequados para que as famílias possam apresentar sugestões e críticas.	Implementar uma caixinha de sugestões e críticas.
	Participação restrita das famílias na elaboração do Projeto Político Pedagógico.	Realizar dinâmicas interativas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico.
	Dificuldade das famílias em compreender os temas abordados nas reuniões	Realizar reuniões claras e objetivas, com espaço para esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de ideias.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Com a finalidade de garantir a implementação eficiente do plano, o PAE propõe ações que utilizem a infraestrutura e os materiais já disponíveis na escola, além de utilizar recursos que a escola já recebe, como o PDDE Educação e Família. As ações propostas serão discutidas em conjunto com a equipe escolar para serem incorporadas tanto ao Projeto Político Pedagógico quanto ao calendário de eventos e projetos da escola, assegurando a integração dessas iniciativas no cotidiano escolar e seu comprometimento com o aprimoramento da participação das famílias.

Esse plano, que será implementado na escola a partir de 2025, tem como objetivo propor ações à gestão com vistas a aprimorar a participação da família na vida escolar dos estudantes. Para atingir esse objetivo, foram elaboradas propostas fundamentadas nos achados da pesquisa, que indicaram pontos críticos e possibilidades de intervenção nos dois eixos: a participação da família no processo de aprendizagem e a gestão democrática e participação da família na escola.

As ações foram pensadas para transformar os desafios em oportunidades, contribuindo para uma gestão mais democrática e participativa. É importante destacar que as propostas do PAE são flexíveis e passíveis de aperfeiçoamento durante sua execução, considerando os desafios que possam surgir ao longo das ações. Essa flexibilidade é fundamental, uma vez que o plano envolve a participação de diversos atores, tornando o diálogo essencial para promover as adequações necessárias e assegurar sua eficácia.

Na próxima seção, é apresentada a ferramenta 5W2H, que é utilizada nas ações propostas.

4.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

As ações propostas no PAE foram estruturadas utilizando o modelo 5W2H. Segundo Borba (2015, p. 1), esse modelo: “Trata-se de uma planilha muito conhecida no meio prevencionista como ‘Plano de Ação’. A planilha 5W2H é uma ferramenta de planejamento estratégico para forçar a execução das ações necessárias e atingir resultados satisfatórios”.

Nesse contexto, o modelo 5W2H, conforme descrito por Berh, Moro e Estabel (2008), é uma estratégia que estrutura o pensamento de maneira organizada antes de implementar a ação. O Quadro 8 apresenta as perguntas fundamentais que compõem esse modelo.

Quadro 8 – Ferramenta 5W2H

Pergunta	Significado
O quê? (What?)	O que deve ser feito?
Por quê? (Why?)	Por que precisa ser realizado?
Onde? (Where?)	Onde a ação será desenvolvida?
Quando? (When?)	Quando será realizada?
Quem? (Who?)	Quem será o responsável pela implementação?
Como? (How?)	Como será implementada?
Quanto custa? (How much?)	Quanto será gasto?

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A proposta é que, ao enfrentar um desafio ou tarefa, é importante fazer perguntas utilizando cada uma dessas palavras e registrar as respostas, o que proporciona clareza e foco nas ações necessárias. Esta ferramenta é eficaz para aprimorar a organização e a distribuição das tarefas dentro de um processo, permitindo uma visão gerencial mais precisa sobre o desenvolvimento e os resultados das ações planejadas (Berh; Moro; Estabel, 2008).

O plano de ação apresentado neste documento é composto por seis ações, que foram sugeridas com base nas análises realizadas durante a pesquisa, com a contribuição dos participantes das entrevistas. Essas ações estão fundamentadas em pesquisa documental e em autores que abordam a participação das famílias na escola e a gestão democrática.

Vale destacar que as demais sugestões propostas na pesquisa não foram mencionadas neste trabalho devido à sua inviabilidade no momento. Um exemplo é a proposta de alteração da sala de supervisão, utilizada para reuniões pontuais com as famílias. Como essa mudança exige a realização de uma obra, torna-se necessária a autorização da Secretaria Estadual de Educação para implementar a sugestão apresentada por uma mãe.

Nas próximas subseções, são expostos as proposições e o detalhamento de cada uma das etapas citadas, justificando sua adequação para resolver ou amenizar os problemas identificados na pesquisa, relacionando-as com os achados de pesquisa e fundamentando sua relevância.

4.1.1 Fortalecimento de parcerias para apoio às famílias

A proposta de fortalecer parcerias com órgãos atuantes na cidade surgiu a partir da sugestão de uma mãe de aluno, identificada como M1A, que destacou a viabilidade de buscar apoio em instituições que já desenvolvem trabalhos com as famílias e realizam acompanhamentos, quando necessário. De acordo com os dados levantados durante a pesquisa, percebe-se que muitas famílias enfrentam dificuldades que extrapolam o ambiente escolar, como questões sociais e econômicas, e necessitam de um suporte mais direcionado.

Neste contexto, propõe-se consolidar a parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que já presta atendimento a algumas famílias dos estudantes da escola investigada em situações que envolvem vulnerabilidade social,

a qual afeta a frequência e o desempenho dos estudantes. Essa parceria tem gerado resultados positivos para a escola, o que reforça a importância de ampliá-la com o objetivo de promover uma participação mais significativa das famílias nas reuniões escolares. Esses encontros são importantes, pois constituem o principal canal de comunicação direta e clara entre a escola e os pais ou responsáveis.

Nesse sentido, Saraiva-Junges e Wagner (2016, p. s118) apontam que:

[...] a comunicação entre escolas e famílias é relatada nos artigos como sendo prioritariamente exercida nas formas tradicionais, isso é: bilhetes em cadernos ou agendas, conversas breves na entrada ou na saída da escola, encontros em datas comemorativas e a partir do principal canal de comunicação: as reuniões de pais.

Pesquisadores que investigam o tema desta pesquisa mencionam com frequência a tipologia de Epstein, conforme proposto por Bhering (2003), como um modelo que visa criar ambientes favoráveis ao aprendizado e ao desenvolvimento integral das crianças. Essa tipologia inclui seis ações relacionadas ao envolvimento ativo dos pais, desde o cumprimento de obrigações básicas até a participação em decisões escolares e associações de pais e professores. Ainda destaca a importância de programas que auxiliem os pais a aprimorarem suas habilidades no apoio à educação dos filhos, tanto em aspectos acadêmicos quanto sociais. Com a inclusão de um sexto tipo de envolvimento, que promove a colaboração com organizações comunitárias, a tipologia reforça o papel das parcerias externas no fortalecimento da aprendizagem.

A ação proposta tem como foco intervir junto às famílias, em parceria com o CRAS, com o objetivo de compreender a realidade da comunidade escolar, identificar os diferentes tipos de famílias e reconhecer suas possibilidades de participação no ambiente educacional. Essa iniciativa busca criar estratégias mais adequadas de aproximação entre escola e famílias, considerando suas especificidades e níveis de envolvimento possíveis, com base em um olhar sensível e contextualizado. Nesse sentido, Castro e Regattieri (2009, p. 41) afirmam que:

É preciso que as escolas conheçam as famílias dos alunos para mapearem quantas e quais famílias podem apenas cumprir seu dever legal, quantas e quais famílias têm condições para um acompanhamento sistemático da escolarização dos filhos e quantas e quais podem, além de acompanhar os filhos, participar mais ativamente da gestão escolar e mesmo do apoio a outras crianças e famílias.

As autoras destacam a importância de a escola conhecer o perfil das famílias dos estudantes para compreender de que forma elas podem participar, considerando as diversas possibilidades de envolvimento no contexto educacional. Isso ajuda a evitar julgamentos equivocados e atritos entre a escola e as famílias.

O Quadro 9 apresenta a estrutura dessa ação, elaborado com base na metodologia 5W2H.

Quadro 9 – Fortalecimento de parcerias para apoio às famílias

<i>Objetivo: Fortalecer a parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) visando ampliar a participação das famílias nas reuniões bimestrais.</i>	
Perguntas	Ações
O quê? (What?)	Estabelecer novas parcerias com o CRAS.
Por quê? (Why?)	Para compreender a realidade das famílias e fortalecer o vínculo entre as duas instituições.
Onde? (Where?)	Nas residências das famílias.
Quando? (When?)	Bimestralmente, após a segunda semana das reuniões pedagógicas de 2025.
Quem? (Who?)	Gestores, especialistas em educação básica e profissionais do CRAS.
Como? (How?)	Visita às famílias para levantamento de demandas.
Quanto custa? (How much?)	Sem custos adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Inicialmente, a diretora da escola deve realizar uma reunião com os profissionais do CRAS para apresentar a proposta, detalhar seus objetivos e formalizar a parceria. Em um segundo momento, a colaboração entre a escola e o CRAS é apresentada às famílias durante uma reunião de pais e responsáveis. Nessa ocasião, é enfatizada a importância do apoio mútuo entre a escola e as instituições parceiras, com o intuito de sensibilizar os familiares sobre o papel ativo que podem desempenhar no processo educacional de seus filhos.

Após as reuniões de entrega de boletins, as especialistas da escola fazem um levantamento, com base nas listas de presença, das famílias que não compareceram. Esses dados são encaminhados ao CRAS, contendo os nomes dos responsáveis e seus respectivos endereços. Cabe aos profissionais do CRAS realizar visitas domiciliares às famílias identificadas, na medida do possível, com o objetivo de estabelecer um diálogo aberto e compreender os motivos da ausência nas reuniões.

Durante essas visitas, é realizado um trabalho de conscientização sobre a importância da participação das famílias no ambiente escolar, incentivando sua presença nos próximos encontros.

Nesse contexto, conforme destacam Castro e Regattieri (2009), instituições parceiras, como o CRAS, podem atuar como uma ponte entre a escola e as famílias, facilitando a comunicação. No entanto, essas instituições enfrentam limitações, como a alta demanda de atendimentos e a insuficiência de profissionais, o que dificulta a realização de visitas domiciliares para todas as famílias que necessitam desse tipo de abordagem.

Por fim, as demandas e dificuldades apresentadas pelas famílias durante as visitas são registradas e encaminhadas à escola. Esse retorno permite à equipe escolar conhecer melhor o perfil das famílias e avaliar possíveis ajustes no formato das reuniões com o intuito de aumentar o engajamento familiar. Ressalta-se que as visitas não têm caráter punitivo, mas sim de apoio e orientação, visando à construção de uma relação de confiança entre a escola, as famílias e o CRAS.

No estudo conduzido por Castro e Regattieri (2009), a respeito de métodos de interação entre escola e famílias, destacou-se a efetividade das visitas domiciliares realizadas por professores em uma escola de Taboão da Serra, município de São Paulo. As autoras apontam que as visitas permitem que os educadores compreendam melhor a realidade dos estudantes, possibilitando abordagens pedagógicas mais alinhadas às necessidades dos estudantes. No entanto, embora essa estratégia tenha demonstrado resultados positivos, não foi proposta neste plano devido à inviabilidade relacionada à falta de pessoal disponível na escola para executar as visitas de forma efetiva.

4.1.2 Realização de eventos com protagonismo das famílias

Nesta subseção, discute-se a ação de realização de eventos na escola com o intuito de envolver ativamente as famílias. As famílias são convidadas a participarem, juntamente com seus filhos, de diversas atividades culturais, oficinas que valorizem suas habilidades, organização de formaturas, participação em viagens, torneios esportivos e outras iniciativas que promovam a integração entre a comunidade escolar e as famílias. Essa proposta está alinhada às sugestões apresentadas no capítulo 3 pela gestora, pela professora P2 e pelas mães M4B, M1A, M2A e M4A, que

destacaram a importância de criar espaços de participação mais significativos para os responsáveis.

Nessa perspectiva, Souza (2009, p. 6) aponta que: “o papel que a escola possui na construção dessa parceria é fundamental, devendo considerar a necessidade da família, levando-as a vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativos nessa”.

Assim, é necessário que a escola desenvolva ações que integrem a família no ambiente educacional. É notório que, atualmente, os eventos promovidos pela escola reduzem a participação ativa das famílias, sendo, muitas vezes, limitadas à participação como espectadoras.

Esse fator pode contribuir para o desinteresse e a baixa adesão dos responsáveis a essas atividades. Diante disso, a ação proposta visa transformar as famílias em protagonistas dos eventos, reconhecendo seus saberes, habilidades e contribuições para o ambiente escolar. Essa abordagem fortalece os vínculos entre a escola e as famílias e promove um senso de pertencimento no processo educacional dos estudantes (Quadro 10).

Quadro 10 – Desenvolvimento de eventos com protagonismo das famílias

<i>Objetivo: Promover o envolvimento das famílias no ambiente escolar para que elas tenham sentimento de pertencimento e valorização.</i>	
Perguntas	Ações
O quê? (What?)	Elaboração de eventos com protagonismo das famílias.
Por quê? (Why?)	Para motivar e incentivar a participação das famílias nos eventos.
Onde? (Where?)	Espaços da escola (pátio, biblioteca e salas de aula).
Quando? (When?)	Durante todo o ano letivo, com datas definidas no calendário escolar.
Quem? (Who?)	Equipe gestora, professores, especialistas em educação básica, estudantes e famílias.
Como? (How?)	Convidando as famílias para compartilharem saberes e experiências, organização de apresentações, oficinas e competições em torneios escolares.
Quanto custa? (How much?)	R\$1.000,00 (Recurso do PDDE – Educação e Família).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A intenção ao propor esta ação é criar espaços que incentivem as famílias a estarem mais presentes nos eventos da escola, promovendo o encorajamento dos filhos, conforme destacado pelas mães M2A e MCO. As mães afirmaram que o envolvimento da família nas atividades escolares contribui para o bem-estar dos filhos.

Para esta proposta, a ação consiste, inicialmente, na realização de uma reunião com representantes dos pais, professores, especialistas em educação básica (EEBs) e gestores. O objetivo deste encontro é alinhar e planejar os eventos a serem realizados ao longo do ano letivo. Esses eventos serão inseridos no calendário interno da escola, sendo apresentados às famílias na reunião de início do ano letivo, a fim de que elas fiquem cientes das atividades planejadas e possam se programar com antecedência para participarem.

Posteriormente, de acordo com o calendário estabelecido, as famílias são convidadas a participarem ativamente dos eventos, assumindo um papel de protagonismo. O convite será feito mediante mensagens no *WhatsApp* e/ou convites físicos entregues pelos estudantes. Após a confirmação da participação, são realizadas reuniões presenciais, quando necessário, para o planejamento detalhado e ensaios, garantindo que as atividades ocorram de forma organizada e significativa.

A participação das famílias ocorre de diversas formas, dependendo da proposta de cada evento. Por exemplo, os responsáveis podem envolver-se em contações de histórias nas salas de aula, sessões de leitura na biblioteca, apresentações no pátio durante eventos culturais, homenagens aos estudantes, ou até mesmo na ornamentação de stands para feiras escolares. Serão realizadas oficinas nas quais as famílias podem compartilhar seus saberes e habilidades, como culinária, beleza e artesanato. Também estão previstas competições em torneios e gincanas, nas quais as famílias participam se juntam aos estudantes, fortalecendo a integração e o espírito de equipe.

Como resultado, espera-se que os estudantes se sintam mais motivados, o que contribui para melhorias no aspecto afetivo e no desempenho acadêmico. Além disso, acredita-se que as famílias que participarem dos eventos podem atuar como multiplicadoras, incentivando outras a se envolverem nas atividades escolares. No entanto, é importante destacar que, conforme evidenciado nas entrevistas, a escassez de tempo em razão das exigências profissionais é um fator que limita a participação de muitas famílias. Para contornar essa dificuldade, os eventos serão planejados em

horários e dias distintos, de modo a favorecer a presença do maior número possível de responsáveis.

4.1.3 Realização de workshops para a comunidade escolar com foco no fortalecimento da relação família-escola

A presente subseção busca apresentar uma ação que visa fortalecer o envolvimento das famílias através de reflexões sobre o seu papel no contexto educacional e capacitar os servidores para compreenderem melhor as dinâmicas familiares, favorecendo a relação escola-família. A proposta é que os workshops sejam conduzidos por profissionais capacitados que sensibilizem as famílias sobre a importância de sua participação no processo de aprendizagem dos filhos e como isso pode ser útil para elas. Espera-se também que os profissionais da educação reflitam sobre os contextos socioculturais dos estudantes e suas famílias, adotando práticas mais colaborativas e eficazes no cotidiano escolar.

Conforme destacam Polonia e Dessen (2005), é essencial conhecer a escola e suas funções, acionando fontes promotoras de saúde, como as redes sociais da comunidade escolar e os profissionais da instituição – psicólogos, pedagogos e orientadores educacionais –, que possuem (ou deveriam possuir) a qualificação necessária para realizar intervenções coletivas.

Essa estratégia foi elaborada em decorrência de relatos na entrevista de uma mãe e da gestora, que afirmaram que muitas famílias não participam da vida escolar dos filhos pois não reconhecem sua importância e não a valorizam. Além disso, a ação também foi planejada considerando a necessidade de os profissionais compreenderem a estrutura familiar atual, para que possam receber e acolher as famílias de forma mais respeitosa e adequada.

No Quadro 11, é apresentado o desdobramento dessa ação por meio da ferramenta 5W2H. Para o desenvolvimento da ação, a equipe diretiva, inicialmente, envia convites a psicólogos e assistentes sociais da localidade, buscando estabelecer parcerias com esses profissionais. Após a confirmação das parcerias e da disponibilidade, os convites são elaborados e encaminhados às famílias e aos servidores com cerca de 15 dias de antecedência, além de lembretes um dia antes do evento.

Quadro 11 – Realização de workshops para a comunidade escolar

<i>Objetivo: Promover a participação das famílias na vida escolar para melhorar o desempenho dos alunos e capacitar os servidores para fortalecer a relação escola-família.</i>	
Perguntas	Ações
O quê? (What?)	Promover workshops com a comunidade escolar.
Por quê? (Why?)	Para que as famílias compreendam a sua função e importância, e os servidores possam compreender melhor as realidades familiares.
Onde? (Where?)	No pátio da escola.
Quando? (When?)	Mês de maio e agosto, com data previamente agendada.
Quem? (Who?)	Psicólogo e assistente social.
Como? (How?)	Promovendo momentos de interação e reflexões com profissionais capacitados a fim de estimular a compreensão das famílias e profissionais.
Quanto custa? (How much?)	Sem custos adicionais. Parcerias com profissionais da comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O formato do workshop é alinhado com o profissional responsável por conduzir a oficina, pensando em estratégias viáveis a reflexões e diálogos. Para as famílias, são abordados temas como o impacto da participação familiar no desempenho acadêmico, emocional e social dos estudantes, com base em dados e estudos atualizados. Já para os servidores, os encontros têm como foco o desenvolvimento de competências para compreender as diversas dinâmicas familiares, promover o acolhimento e fortalecer a comunicação com as famílias.

Os encontros serão realizados em dias distintos para cada público, de modo a garantir um ambiente adequado às especificidades de cada grupo e possibilitar abordagens direcionadas.

4.1.4 Implementação de caixinha de sugestões e críticas

A pesquisa de campo possibilitou identificar que há lacunas na gestão no que se refere à abertura para a comunidade discutir e sugerir ideias para garantir que ela seja democrática. Nesse sentido, a gestora e a mãe M4B sugeriram a adoção de uma caixinha de sugestões e críticas. Trata-se de uma ação simples, que não demanda grandes esforços para sua implementação, mas que pode fornecer elementos

importantes tanto para aprendizagem dos estudantes quanto para o fortalecimento da gestão democrática.

A proposta visa abrir espaço para que a comunidade escolar possa contribuir com a gestão, fornecendo ideias que promovam a melhoria da instituição. Essa iniciativa tem o potencial de intensificar a participação das famílias e, principalmente, de elevar a qualidade do ensino e aprimorar o clima escolar, fortalecendo o engajamento e a construção de um ambiente mais democrático e acolhedor.

O Quadro 12 apresenta a síntese da ação utilizando a ferramenta 5W2H.

Quadro 12 – Implementação de caixinha de sugestões e críticas

<i>Objetivo: Melhorar a comunicação e compartilhar ideias, contribuindo para um ambiente favorável ao convívio e à aprendizagem.</i>	
Perguntas	Ações
O quê? (What?)	Disponibilizar na escola uma caixinha de sugestões e críticas construtivas.
Por quê? (Why?)	Para que toda comunidade escolar possa contribuir com ideias para a melhoria da instituição.
Onde? (Where?)	Na entrada da escola.
Quando? (When?)	Durante todo o ano.
Quem? (Who?)	Assistente Técnico da Educação Básica (ATB).
Como? (How?)	Confeccionando a caixinha e disponibilizando papel e caneta para exporem suas sugestões e críticas
Quanto custa? (How much?)	Sem custos adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para executar a ação descrita no Quadro 12, a diretora apresenta a proposta à comunidade escolar em reuniões que já estão programadas para outros fins. Além disso, a ação é divulgada nas salas de aula, incentivando a participação de todos.

A ação é desenvolvida sob a responsabilidade das ATBs, que, inicialmente, confeccionam uma caixinha identificada com a proposta e elaboram um cartaz contendo uma mensagem que incentive a participação e agradeça a contribuição.

Na sequência, a caixinha é instalada no hall de entrada da escola, em frente à secretaria, um local acessível para toda a comunidade escolar. Junto à caixinha, são disponibilizados os papéis com espaço para sugestões e críticas construtivas. A identificação do participante é opcional. Isso possibilita um maior engajamento, considerando que algumas pessoas preferem manter o anonimato.

Os papéis são recolhidos semanalmente pelas ATBs, que fazem o levantamento das informações, organizando-as em categorias. Em seguida, essas são encaminhadas à diretora e à vice-diretora, que, junto a outros servidores, analisam as demandas de acordo com o contexto a que se refere, como ensino-aprendizagem, alimentação, comunicação, infraestrutura, entre outros aspectos.

Por último, os dados são divulgados à comunidade escolar por meio dos grupos de WhatsApp das turmas e/ou em reuniões presenciais. O progresso das sugestões é evidenciado, com explicações claras sobre as ações que podem ser realizadas e, caso alguma não seja adotada, é informada a razão para sua inviabilidade.

4.1.5 Elaboração do Projeto Político Pedagógico com dinâmicas e oficinas

A participação das famílias na elaboração do Projeto Político Pedagógico é fundamental para que o documento reflita as necessidades e expectativas da comunidade escolar. No entanto, constatou-se que são poucas as famílias que se envolvem nesse processo, possivelmente devido à falta de conhecimento sobre a importância do Projeto Político Pedagógico para nortear o trabalho da escola. Para que as atividades escolares, sejam elas no dia a dia, em sala de aula ou em eventos, tenham resultados positivos, é essencial conhecer o contexto das famílias, de modo que o planejamento pedagógico seja alinhado à realidade em que os estudantes e suas famílias estão inseridos.

Nesse sentido, Polonia e Dessen (2005) apontam que um dos tipos de envolvimento entre escola e família é através da participação dos pais no Projeto Político Pedagógico da escola.

Reflete a participação efetiva dos pais na tomada de decisão quanto às metas e aos projetos da escola. Retrata os diferentes tipos de organização, desde o estabelecimento do colegiado e da associação de pais e mestres até intervenções na política local e regional (Polonia; Dessen, 2005, p. 307).

As autoras ainda afirmam que as famílias devem participar de alguma forma da educação dos filhos, tanto em casa quanto na escola, envolvendo-se nas tomadas de decisões ou em atividades voluntárias, conforme a disponibilidade. No entanto, cabe à escola, em parceria com as famílias, estabelecer formas de relacionamento que sejam adequadas à realidade de todos da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, Leal e Novaes (2018) abordam que o Projeto Político Pedagógico não deve ser compreendido como um documento meramente burocrático, elaborado apenas para atender às exigências dos órgãos superiores e depois arquivado. Pelo contrário, os autores defendem que o documento deve ser um instrumento dinâmico, continuamente construído e vivenciado por toda a comunidade escolar. Seu valor está diretamente relacionado ao envolvimento efetivo de todos os participantes do processo educativo, permitindo que ele se torne um guia para as práticas pedagógicas e uma ferramenta estratégica para o alcance dos objetivos da instituição de ensino.

Diante disso, a ação proposta busca envolver um número significativo de famílias na construção do Projeto Político Pedagógico, com o objetivo de compreender melhor seu contexto e, assim, elaborar um documento que contribua para a melhoria do desempenho integral dos estudantes. Para que essa participação seja efetiva, é necessário que as famílias se sintam valorizadas e engajadas no processo, entendendo que suas contribuições são importantes para o projeto.

A fim de evitar que esse momento seja desinteressante ou cansativo, a proposta inclui a realização de dinâmicas interativas em pequenos grupos e oficinas, que tornarão o encontro mais prazeroso e produtivo. O Quadro 13 detalha a ação.

Quadro 13 – Elaboração do Projeto Político Pedagógico

<i>Objetivo: Promover a participação ativa das famílias, estudantes e demais membros da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico.</i>	
Perguntas	Ações
O quê? (What?)	Dinâmicas interativas em pequenos grupos e oficinas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico.
Por quê? (Why?)	Para tornar os encontros mais prazerosos e produtivos.
Onde? (Where?)	No pátio da escola.
Quando? (When?)	Durante os meses de março e abril, com datas previamente agendadas e divulgadas.
Quem? (Who?)	Pais ou responsáveis, estudantes, professores, ATBs, ASBs, EEBs e gestores.
Como? (How?)	Realizando dinâmicas em grupos e oficinas que facilitem a compreensão da proposta pedagógica e das demandas.
Quanto custa? (How much?)	Sem custos, utilizando materiais já disponíveis na escola

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Essas atividades são planejadas de forma a estimular a troca de experiências e ideias, permitindo que as famílias se expressem e contribuam na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Dessa forma, espera-se aumentar a participação das famílias e elaborar um Projeto Político Pedagógico que realmente atenda às necessidades da comunidade escolar.

A ação é desenvolvida sob a responsabilidade da gestora e vice-diretora, em parceria com as especialistas. Anualmente, o Projeto Político Pedagógico precisa ser elaborado ou revisado, com a atualização dos eixos que compõem o documento, considerando os resultados das avaliações, o plano de ação, os programas e as políticas estabelecidos em âmbito estadual e federal e o perfil dos estudantes.

Nesse sentido, os encontros para discussões com a comunidade são organizados em grupos compostos por participantes de todos os segmentos da comunidade escolar. Para estimular a participação e garantir que os encontros sejam leves e produtivos, são planejados oficinas e dinâmicas em grupos que incentivem e valorizem a participação ativa. As especialistas serão responsáveis pela divulgação e sensibilização da comunidade sobre os encontros, elaborando e enviando convites para as famílias, estudantes e servidores da escola.

Durante os encontros, o espaço será organizado com mesas e cadeiras dispostas em grupos no pátio da escola. Todos os materiais necessários para as oficinas e dinâmicas serão disponibilizados, incluindo recursos tecnológicos para facilitar as discussões e melhorar a compreensão dos temas abordados. O ambiente será pensado de forma acolhedora e funcional, estimulando a participação ativa dos envolvidos.

As oficinas serão planejadas pela equipe diretiva, mas poderão ser conduzidas por membros da comunidade escolar, como famílias, estudantes ou professores, dependendo do tema em questão.

Para tornar os encontros mais agradáveis, será oferecido um café com lanche ou um jantar em cada sessão. Também será realizada a coleta de sugestões ao final de cada encontro, visando aprimorar os próximos momentos de discussão.

A proposta prevê que os encontros ocorram quinzenalmente, respeitando a rotina escolar e familiar dos participantes. Estima-se que serão necessários de três a quatro encontros para a conclusão das discussões e revisões do Projeto Político-Pedagógico.

4.1.6 Realização de reuniões claras e objetivas

Esta subseção apresenta uma ação voltada para promover a compreensão das questões tratadas nas reuniões escolares, principalmente aquelas de caráter administrativo e democrático, como prestação de contas, assembleias do colegiado, caixa escolar e Projeto Político Pedagógico.

De acordo com o relato da mãe M4B, muitas famílias têm dificuldades para compreender as informações transmitidas durante as reuniões e consideram esses encontros cansativos e desinteressantes. Diante disso, considera-se a necessidade de reestruturar essas reuniões para torná-las mais atrativas.

Nesse sentido, Saraiva-Junges e Wagner (2016), ao analisarem artigos sobre reuniões escolares, constataram que a maioria delas apresenta desorganização, abordagens burocráticas e dinâmicas fragmentadas ou centralizadas na condução. Apenas uma reunião foi estruturada de forma compartilhada, com pauta prévia utilizada de maneira flexível e conduzida por um professor que incentivava a participação dos pais de forma autônoma e criativa.

Embora a gestora, as especialistas e os professores enfatizem que a escola incentiva a participação das famílias, os dados da pesquisa de campo indicam que as reuniões não conseguem, em muitos casos, despertar o interesse nas famílias, tanto pelo formato como pela abordagem dos temas, que podem parecer pouco relevantes ou de difícil entendimento.

Sobre esse assunto, Sousa (2017, p. 62) esclarece que:

[...] o gestor escolar tem a tarefa de promover um ambiente propício à participação de toda a comunidade, na perspectiva de que os atores que compõem o processo educacional possam se sentir responsáveis pelos destinos da escola e, assim, consigam colaborar com ideias e soluções para os problemas inerentes ao contexto escolar.

Nesse contexto, considerando os princípios da gestão democrática e a necessidade de promover as reuniões, propõe-se realizar reuniões breves, objetivas e com linguagem clara, de modo que todos os participantes compreendam os assuntos abordados e tenham a oportunidade de questionar e compartilhar ideias.

O Quadro 14 apresenta uma síntese da ação prevista no PAE quanto às reuniões escolares.

Quadro 14 – Reuniões claras e objetivas

<i>Objetivo: Facilitar a compreensão dos assuntos abordados nas reuniões e oferecer oportunidades de questionamentos aos participantes.</i>	
Perguntas	Ações
O quê? (What?)	Realizar reuniões utilizando linguagem simples e com espaço para questionamentos.
Por quê? (Why?)	Para que os participantes compreendam o assunto tratado e possam tirar dúvidas e compartilhar sugestões.
Onde? (Where?)	No pátio da escola.
Quando? (When?)	Durante todo o ano letivo, com datas previamente agendadas.
Quem? (Who?)	Diretora, vice-diretora, especialistas e professores.
Como? (How?)	As reuniões serão planejadas de forma clara e objetiva, com duração de, no máximo, uma hora, oportunizando aos participantes o direito de questionarem e compartilharem ideias.
Quanto custa? (How much?)	Sem custos adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme explicitado no Quadro 14, a proposta prevê a elaboração de convites em linguagem acessível, incluindo a pauta da reunião e o tempo estimado, que não deverá ultrapassar uma hora.

As reuniões serão planejadas antecipadamente, com a utilização de recursos visuais que facilitem a compreensão. Ademais, será reservado um momento para que os participantes façam perguntas, apresentem sugestões e dialoguem sobre os temas abordados. Dessa forma, as reuniões devem focar na troca de ideias com os segmentos da comunidade, e não se limitar a momentos de transmissão de recados e orientações.

Assim, as reuniões serão realizadas no pátio da escola, iniciando pontualmente e encerrando dentro do horário estabelecido. Sempre que possível, será oferecido um lanche ao final das reuniões, como forma de tornar o momento mais acolhedor e estimular a participação da comunidade escolar, conforme sugeriu a mãe M3A.

Para assegurar a eficácia das ações propostas no PAE, todas as iniciativas serão acompanhadas e avaliadas de forma contínua pelos representantes do colegiado escolar. Esse acompanhamento permitirá a identificação de avanços, desafios e possíveis ajustes necessários ao longo da execução do plano.

Por fim, as ações propostas neste PAE têm como objetivo principal aprimorar a participação da família na vida escolar dos estudantes. Ao incentivar o envolvimento das famílias nos eventos escolares e melhorar a comunicação e o acolhimento, espera-se contribuir para a melhoria da aprendizagem dos estudantes e para a construção de uma gestão democrática e participativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de gestão tratado nesta pesquisa buscou analisar a participação da família na Escola Estadual Dona Graça sob a perspectiva da gestão democrática. As questões que nortearam o trabalho foram: Como tem sido a participação da família na Escola Estadual Dona Graça? Como a gestão desta escola pode contribuir para melhorar a participação das famílias na vida escolar dos estudantes?

A escola investigada localiza-se no centro de uma cidade do leste de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, a aproximadamente 350 quilômetros de Belo Horizonte. A maioria dos estudantes da instituição é proveniente de bairros da periferia, com nível socioeconômico médio-baixo.

Como pesquisadora, professora e vice-diretora da escola, a autora optou por investigar um problema que observou ao longo de sua trajetória, ou seja, a baixa participação das famílias na vida escolar dos filhos.

As considerações aqui apontadas decorrem da experiência profissional da autora, das análises documentais, do referencial teórico utilizado e dos dados produzidos na pesquisa por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas com a gestora, especialista da educação básica, professores e famílias.

A participação analisada neste estudo não se restringe à presença física, mas engloba diversas formas de envolvimento da família no contexto escolar. Essa abordagem trouxe desafios para uma compreensão mais aprofundada do tema, dada a complexidade desse processo.

A pesquisa revelou que as famílias participam de acordo com suas possibilidades, ainda que esse nível de participação não alcance o almejado tanto pela instituição escolar quanto pelos próprios familiares. Ademais, os dados indicam que todos os sujeitos envolvidos reconhecem as contribuições positivas desse engajamento para o processo de aprendizagem dos estudantes.

As reflexões proporcionadas por este estudo permitiram à autora compreender que a ausência de participação de alguns pais na vida escolar de seus filhos está frequentemente associada a desafios de ordem cultural, econômica ou profissional, e não a uma falta de interesse.

O estudo ainda apontou a necessidade de repensar as estratégias de interação adotadas pela escola, uma vez que, embora sejam organizados diversos eventos ao longo do ano, as famílias, na maioria das vezes, são convidadas apenas a atuar como

espectadoras. Além disso, os dados indicam a necessidade de implementar estratégias que incentivem a expressão de ideias por parte das famílias, promovendo um diálogo mais aberto.

Os dados da pesquisa corroboram parcialmente com a hipótese inicial, que sugere que muitas famílias não participam da vida escolar dos filhos por não reconhecerem a importância dessa interação no processo de aprendizagem, sendo essa desinformação influenciada por fatores culturais e socioeconômicos. Contudo, os resultados também evidenciam que as estratégias adotadas pela escola para engajar as famílias mostram-se deficientes, indicando a necessidade de reestruturar suas ações.

Dessa forma, torna-se evidente que família e escola são sistemas interdependentes na formação integral dos estudantes. O envolvimento familiar é fundamental para potencializar a aprendizagem, bem como o desenvolvimento emocional e social dos alunos. Todavia, os desafios educacionais não podem ser atribuídos exclusivamente às famílias, reforçando a importância de uma parceria equilibrada, em que ambas as instituições compartilhem responsabilidades e trabalhem juntas para superar os obstáculos enfrentados.

Com base nessas informações, foi possível elaborar um Plano de Ação Educacional (PAE) e propor medidas que promovam uma gestão democrática e participativa, aproximando as famílias da escola e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação. Assim, foram sugeridas diversas ações para mitigar os desafios identificados, tais como: fortalecimento de parcerias para apoio às famílias; realização de eventos com protagonismo das famílias; realização de workshops para a comunidade escolar com foco no fortalecimento da relação família-escola; implementação de caixinha de sugestões e críticas; elaboração do Projeto Político Pedagógico com dinâmicas e oficinas; e realização de reuniões claras e objetivas.

O PAE elaborado, caso implementado, poderá contribuir com a melhoria da qualidade da educação pública, não apenas na Escola Estadual Dona Graça, mas também em outras que enfrentam desafios semelhantes. Ademais, este estudo abre caminhos para novas investigações, ampliando o campo de conhecimento sobre a participação da família na vida escolar dos filhos e a gestão democrática como caminho para promover uma educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Missiene Lima; LIMA, Maria da Conceição Silva. A gestão democrática e a relação família escola: desafios e perspectivas. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-22, 2023. DOI:10.22196/rp.v25i1.7276. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/7276>. Acesso em: 02 jan. 2025.
- BENATO, Dulcemara Terezinha. Família e escola: uma relação de desafios. **Cadernos PDE**, Irati, v. 1, p. 1-17, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_artigo_dulcemara_terezinha_benato.pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.
- BERH, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 32-42, 2008. DOI:10.1590/S0100-19652008000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/7qkmKSkzS5xmghM3FjMnk5t/>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- BHERING, Eliana. Percepções de pais e professores sobre o envolvimento dos pais na educação infantil e ensino fundamental. **Contrapontos**, Itajaí, v. 3, n. 3, p. 483-510, 2003. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/742>. Acesso em: 22 dez. 2024.
- BHERING, Eliana; SIRAJ-BLATCHFORD, Iram. A relação escolas-pais: um modelo de trocas e colaboração. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 106, p. 191-216, 1999. DOI:10.1590/S0100-15741999000100010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sYx8xKKNStQtFSBXpnrPDwg/>. Acesso em: 26 set. 2024.
- BORBA, Heitor. **A ferramenta 5W2H**. 19 nov. 2015. Disponível em: <http://heitorborbasolucoes.com.br/a-ferramenta-5w2h/>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- BOTELHO, Francisca Rogério Silva. A participação da família na escola. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop, v. 7, n. 2, p. 426-440, 2016. DOI:10.30681/rep.v7i2.9812. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9812>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração [...] pela melhoria da qualidade da educação básica.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 571, de 2 de agosto de 2021**. Institui o Programa Educação e Família. Disponível em:

https://pddeinterativo.mec.gov.br/images/pdf/portaria_n_571_02082021.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação em Família**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes/programa-educacao-e-familia>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004. DOI:10.1590/S0100-15742004000100003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/nz4YCKY5vtkF8NKYSsVHWT/?lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2025.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Mariza (Orgs.). **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em:

<https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Integracao-Escola-Familia-Unesco.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CHECHIA, Valéria Aparecida; ANDRADE, Antônio dos Santos. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n. 3, p. 431-440, 2005. DOI:10.1590/S1413-294X2005000300012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/r3MLHMxkrKL9xPfwfRBHq7K/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2025.

CORALINA, Cora. **Educação: o amor, a morte e a mulher**. 8.ed. São Paulo: Global, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, p. 163-174, 2002a.

DOI:10.21573/vol18n22002.25486. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/25486>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b.

DIAS, Diana; BARROSO, Raquel. Envolvimento parental na escola: perspectivas de pais e filhos. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, p. 1-10, 2023.

DOI:10.1590/2175-35392023-242143. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/tt4rYPfRvFCNpsnTtFdTBpC/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2024.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. DOI:10.1590/0104-4060.357. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2025

ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA. **Projeto Político Pedagógico**. Peçanha: EEDG, 2018.

ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA. **Projeto Político Pedagógico**. Peçanha: EEDG, 2020.

ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA. **Plano de Ação da GIDE**. Peçanha: EEDG, 2021.

ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA. **Projeto Político Pedagógico**. Peçanha: EEDG, 2022a.

ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA. **Livro de atas**. Peçanha: EEDG, 2022b.

ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA. **Lista de presença das reuniões de pais e/ou responsáveis para entrega dos boletins**. Peçanha: EEDG, 2022c.

ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA. **Livro de atas**. Peçanha: EEDG, 2023a.

ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA. **Lista de presença das reuniões de pais e/ou responsáveis para entrega dos boletins**. Peçanha: EEDG, 2023b.
ESCOLA ESTADUAL DONA GRAÇA. **Regimento Escolar**. Peçanha: EESG, 2023c.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
DOI:10.1590/S0034-75901995000300004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.
DOI:10.1590/S0102-37722006000200010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/?lang=pt>. Acesso em: 04 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Peçanha**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pecanha/panorama>. Acesso em: 23 jan. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Dados do Saeb 2023**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em:
<https://qedu.org.br/escola/31044725-ee-senador-simao-da-cunha/questionarios-saeb/alunos-9ano>. Acesso em: 29 out. 2024.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LEAL, Ione Oliveira Jatobá; NOVAES, Ivan Luiz. Percepção de diretores acerca das atribuições na gestão pedagógica de escolas municipais de Jacobina (BA). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e174879, 2018. DOI:10.1590/S1678-4634201844174879. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/JPKz78xDw9PcSWstDRbSVDF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4.ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 9.383, de 18 de dezembro de 1986**. Cria Delegacia Regional de Ensino, com sede na cidade de Guanhães, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/9383/1986/>. Acesso em: 26 set. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Lk-05I3iEiuqODjfLkg5fBkzwFPgWThI/view>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 2.749, de 01 de abril de 2015**. Dispõe sobre o funcionamento e a operacionalização das ações de Educação Integral nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2749-15-r.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 3.685, de 29 de janeiro de 2018**. Institui na Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais o Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3685-18-r.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

MINAS GERAIS. Superintendência Regional de Ensino de Guanhães. **Lista de escolas por município**. 16 mai. 2019a. Disponível em: <https://sreguanhaes.educacao.mg.gov.br/index.php/home/lista-de-escolas>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MINAS GERAIS. Superintendência Regional de Ensino de Guanhães. **Organograma da SRE Guanhães**. 16 mai. 2019b. Disponível em: <https://sreguanhaes.educacao.mg.gov.br/index.php/home/institucional/organograma>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 4.662, de 24 de novembro de 2021**. Institui o Programa de Convivência Democrática da rede estadual de ensino de Minas Gerais e Revoga o disposto na Resolução SEE nº 3.685, de 29 de janeiro de 2018. Belo Horizonte: SEE/MG, 2021a. Disponível em: [https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.662,%20DE%2024%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202021%20\(1\).pdf](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.662,%20DE%2024%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202021%20(1).pdf). Acesso em: 28 out. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 4.672, de 07 de dezembro de 2021**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais na Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Belo Horizonte: SEE/MG, 2021b. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4672-21-r%20-%20Public.%2008-12-21.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE/MG, 2021c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 09 abr. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei Estadual nº 24.188, de 20 de junho de 2022**. Dá nova redação aos arts. 1º a 4º e altera a ementa da Lei nº 16.683, de 10 de janeiro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado. Belo Horizonte: ALMG, 2022a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/24188/2022/>. Acesso em: 07 dez. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 4.764, de 23 de agosto de 2022**. Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, o funcionamento e o processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE/MG, 2022b. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/4764-22-r-public.-24-08-22.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 4.797, de 25 de novembro de 2022**. Estabelece para a Rede Pública Estadual de Educação Básica, os procedimentos de ensino, diretrizes administrativas e pedagógicas do Calendário Escolar do ano de 2023. Belo Horizonte: SEE/MG, 2022c. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4797-2022/>. Acesso em: 26 set. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 48.709, de 26 de outubro de 2023**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. Belo Horizonte: ALMG, 2023a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48709/2023/>. Acesso em: 28 out. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Mineiro de Administração Escolar. **Dados das escolas**. Belo Horizonte: SIMADE, 2023b.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Organograma**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/Organograma2-SEE-2024-1.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 155-170, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6850>. Acesso em: 14 ago. 2023.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, 2010. DOI:10.1590/S0103-166X2010000100012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.

PEREZ, Marcia Cristina Argenti. Família e escola na contemporaneidade: fenômeno social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 4, n. 3, p. 372-387, 2010. DOI:10.21723/riaee.v4i3.2763. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2763>. Acesso em: 01 dez. 2023.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005. DOI:10.1590/S1413-85572005000200012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/yLDq54PMBGp7WSM3TqyrDQz/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA, Gisele Ferreira da. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 30-58, 2016. DOI:10.1590/S0104-40362016000100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Qnq7zmpsLTH9mk3cwhJnKyz/>. Acesso em: 02 set. 2023.

ROTELLA, Márcio Chaves. **A participação da família na vida escolar do aluno: o estudo desta relação em uma escola de Caxambu (MG)**. 2020. 108f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufff.br/jspui/handle/ufff/11925](https://repositorio.uff.br/jspui/handle/ufff/11925). Acesso em: 22 out. 2024.

SARAIVA-JUNGES, Lisiaine Alvim; WAGNER, Adriana. Os estudos sobre a relação família-escola no Brasil: uma revisão sistemática. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, s114-s124, 2016. DOI:10.15448/1981-2582.2016.s.21333. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21333>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SILVA, Soraya Sousa Gomes Teles da. **Psicologia crítica e processos participativos na escola: o lugar da família**. 2022. 147f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/16629/ccv_ppgpsico_dr_silva_s_sgt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 jan. 2025.

SOUSA, Cleuma Magalhães e. **Limites e possibilidades da autonomia escolar nos CMEI'S de Teresina**. 2017. 157f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufff.br/jspui/handle/ufff/6734>. Acesso em: 05 jan. 2025.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/fF53XWVkxxbhpGkqvckvkH/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 14 jan. 2025.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEP/UFJF
36036-900 JUIZ DE FORA - MG – BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “*Participação da família e gestão democrática: desafios e possibilidades em uma Escola Estadual do Leste Mineiro*”. Nesta pesquisa, pretende-se analisar a participação da família na Escola Estadual Dona Graça, sob a perspectiva de uma gestão democrática e participativa. O motivo que nos leva a estudar este tema é justificado em compreender os efeitos da presença e da ausência dos familiares na escola, tanto no que se refere ao desenvolvimento dos estudantes quanto o da própria escola.

Para esta pesquisa, serão adotados os seguintes procedimentos: estudo descritivo exploratório com abordagem qualitativa, análise documental que abrange o período de 2018 a 2023, entrevistas semiestruturadas com a gestora, especialista em educação básica, professores efetivos e pais ou responsáveis pelos alunos da Escola Estadual Dona Graça, na tentativa de investigar a visão destes atores quanto à importância da participação da família na vida escolar dos alunos e identificar os motivos que interferem no envolvimento na referida instituição. A pesquisa apresenta riscos mínimos de expressão de opiniões. A pesquisa permitirá compreender de forma mais aprofundada como as famílias estão envolvidas na vida escolar atualmente, analisando as possíveis barreiras ou desafios que possam limitar sua participação. Dessa forma, propõem-se ações práticas que aperfeiçoam essa parceria.

Para participar deste estudo, o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo e não obterá nenhum benefício financeiro. Não obstante, se forem identificados e comprovados

prejuízos provenientes desta pesquisa, o(a) Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O(A) Sr.(a) receberá informações sobre o estudo em todos os aspectos que desejar e estará livre para decidir se quer participar ou não. O(A) Sr.(a) poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Sua participação é voluntária, e a decisão de não participar não resultará em penalidades ou alterações na forma como o(a) Sr.(a) é atendido(a) pela pesquisadora, que manterá sua identidade conforme altos padrões de confidencialidade profissional. Os resultados da pesquisa estarão disponíveis para o(a) Sr.(a) assim que forem concluídos. Seu nome ou qualquer material que indique sua participação não será divulgado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em qualquer divulgação que possa ocorrer.

Este termo de consentimento está impresso em duas vias originais. Uma delas será arquivada pela pesquisadora responsável em um arquivo específico, enquanto a outra será entregue ao(à) Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de cinco anos, e após esse prazo serão destruídos. A pesquisadora protegerá sua identidade seguindo padrões profissionais de sigilo, respeitando a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) e utilizará as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____,
portador(a) do documento de Identidade _____,
recebo informações sobre os objetivos da pesquisa intitulada “*Participação da família e gestão democrática: desafios e possibilidades em uma Escola Estadual do Leste Mineiro*”, de forma clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Tenho a plena consciência de que, a qualquer momento, poderei solicitar informações adicionais e alterar minha decisão de participação, caso assim eu deseje.

Declaro que concordo em participar e que recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

Se tiver alguma dúvida sobre os aspectos éticos desta pesquisa, consulte o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFJF.

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

Universidade Federal de Juiz de Fora

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pesquisa

36036-900 – Juiz de Fora – MG

Fone: (32) 2102-3788

E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Pesquisadora Responsável: Alessandra Alves Ferreira

Endereço: Rua Pedro Vieira Braga, 57 - Ap. 302

39700-000 – Peçanha – MG

Fone: (33) 99129-3082

E-mail: alessandraferreira.mestrado2022@caed.ufjf.br

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os pais ou responsáveis pelos
estudantes da Escola Estadual Dona Graça**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Prezados, pais ou responsáveis,

Sou aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública na Universidade Federal de Juiz de Fora e estou realizando uma pesquisa intitulada "*Participação da família e gestão democrática: desafios e possibilidades em uma Escola Estadual do Leste Mineiro*". O objetivo da pesquisa é analisar a participação da família na Escola Estadual Dona Graça, sob a perspectiva de uma gestão democrática e participativa. Neste estudo, vou analisar a visão da comunidade escolar em relação a essa participação e identificar possíveis estratégias para otimizar o envolvimento familiar na escola. Desde já, informo que sua identidade será mantida em sigilo e as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa.

Estimo que a entrevista terá uma duração de, aproximadamente, 30 minutos. Sua participação é voluntária, e agradeço antecipadamente por dedicar seu tempo e por compartilhar suas experiências e perspectivas. Essas informações são de suma importância para o avanço do meu trabalho acadêmico.

Atenciosamente,

Alessandra Alves Ferreira

Marque aqui para confirmar que aceita participar da pesquisa de forma voluntária.

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1) Qual é o seu grau de parentesco com o estudante desta escola?
- 2) Qual é o seu estado civil?
- 3) Qual é o seu grau de escolaridade?
- 4) Qual a sua profissão?
- 5) Quantas pessoas moram na sua casa?

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

- 1) Você acha que os pais conversam com os filhos sobre a escola, incentivam o aprendizado e comparecem às reuniões e eventos escolares?
- 2) Você frequenta a escola? Em caso afirmativo, em quais momentos você está presente na escola?
- 3) Você auxilia seu(sua) filho(a) com as tarefas escolares?
- 4) Você incentiva seu(sua) filho(a) a ler livros, fazer o dever de casa e frequentar a escola regularmente?
- 5) Para você, o que significa “participação da família na vida escolar”?
- 6) Você acredita que a participação da família traz contribuições à escola e ao desempenho escolar do seu(sua) filho(a)?
- 7) Como você é recebido(a) na escola? Como é a sua relação com os professores e demais servidores da escola?
- 8) Você se sente confortável em participar das reuniões escolares? As pessoas te ouvem?
- 9) Você acredita que a escola é aberta a sugestões e críticas? Você considera que a sua opinião é considerada?
- 10) Você percebe dificuldades ou obstáculos para a participação das famílias na escola? Em caso afirmativo, poderia citar alguns exemplos?

11) Você acredita que os momentos que a escola proporciona são suficientes ou considera que a escola deveria incluir os pais ou responsáveis em outras situações?

12) Você teria alguma sugestão para melhorar a participação da família na escola?

**QUESTÕES DIRECIONADAS PARA O REPRESENTANTE DO COLEGIADO:
SEGMENTO PAIS**

1) Você entende dos assuntos tratados nas reuniões do colegiado?

2) Como acontecem as reuniões? Você tem liberdade para dar sugestões?

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a diretora da Escola Estadual Dona
Graça**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Prezada gestora,

Sou aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública na Universidade Federal de Juiz de Fora e estou realizando uma pesquisa intitulada "*Participação da família e gestão democrática: desafios e possibilidades em uma Escola Estadual do Leste Mineiro*". O objetivo da pesquisa é analisar a participação da família na Escola Estadual Dona Graça, sob a perspectiva de uma gestão democrática e participativa. Neste estudo, vou analisar a visão da comunidade escolar em relação a essa participação e identificar possíveis estratégias para otimizar o envolvimento familiar na escola. Desde já, informo que sua identidade será mantida em sigilo e as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa.

Estimo que a entrevista terá uma duração de, aproximadamente, 30 minutos. Sua participação é voluntária, e agradeço antecipadamente por dedicar seu tempo e por compartilhar suas experiências e perspectivas. Essas informações são de suma importância para o avanço do meu trabalho acadêmico.

Atenciosamente,

Alessandra Alves Ferreira

Marque aqui para confirmar que aceita participar da pesquisa de forma voluntária.

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1) Qual é a sua formação acadêmica?
- 2) Qual é a sua experiência profissional na área da educação?
- 3) Qual é o seu cargo e função nesta escola?
- 4) Há quanto tempo você atua na direção desta escola?

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

- 1) Como você avalia a participação das famílias dos estudantes nesta instituição de ensino?
- 2) Qual é a sua visão acerca da importância da participação da família na vida escolar dos estudantes?
- 3) Com base em sua experiência, quais são as principais ocasiões em que os pais ou responsáveis estão presentes na escola?
- 4) Como a escola incentiva a participação dos pais ou responsáveis em reuniões, projetos e eventos escolares?
- 5) Na sua opinião, como os pais ou responsáveis respondem quando são chamados pela escola? Eles costumam ser participativos?
- 6) Como você avalia a participação dos pais ou responsáveis no colegiado escolar? Eles são ativos e apresentam sugestões?
- 7) Como é o envolvimento das famílias na elaboração do Projeto Político Pedagógico e em projetos e eventos da escola?
- 8) Na sua visão, a participação ativa das famílias contribui para a tomada de decisões na escola? Por quê?
- 9) Na sua visão, de que maneira as famílias podem contribuir com a gestão para aprimorar o cotidiano escolar?
- 10) Você percebe dificuldades ou obstáculos para a participação das famílias na escola? Em caso afirmativo, poderia citar alguns exemplos?

- 11) Você acredita que os momentos que a escola proporciona são suficientes ou considera que a escola deveria incluir os pais ou responsáveis em outras situações? Caso considere necessário, que momentos poderiam ser esses?
- 12) Você teria alguma sugestão para melhorar a participação da família na escola?

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com as especialistas e professores da
Escola Estadual Dona Graça**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Prezado(a) professor(a) ou especialista,

Sou aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública na Universidade Federal de Juiz de Fora e estou realizando uma pesquisa intitulada "*Participação da família e gestão democrática: desafios e possibilidades em uma Escola Estadual do Leste Mineiro*". O objetivo da pesquisa é analisar a participação da família na Escola Estadual Dona Graça, sob a perspectiva de uma gestão democrática e participativa. Neste estudo, vou analisar a visão da comunidade escolar em relação a essa participação e identificar possíveis estratégias para otimizar o envolvimento familiar na escola. Desde já, informo que sua identidade será mantida em sigilo e as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa.

Estimo que a entrevista terá uma duração de, aproximadamente, 30 minutos. Sua participação é voluntária, e agradeço antecipadamente por dedicar seu tempo e por compartilhar suas experiências e perspectivas. Essas informações são de suma importância para o avanço do meu trabalho acadêmico.

Atenciosamente,

Alessandra Alves Ferreira

Marque aqui para confirmar que aceita participar da pesquisa de forma voluntária.

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1) Qual é a sua formação acadêmica?
- 2) Qual é a sua experiência profissional na área da educação?
- 3) Qual é o seu cargo nesta escola?
- 4) Há quanto tempo você trabalha nesta escola?

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

- 1) Como você avalia a participação das famílias dos estudantes nesta instituição de ensino?
- 2) Qual é a sua visão acerca da importância da participação da família na vida escolar dos estudantes?
- 3) Com base em sua experiência, quais são as principais ocasiões em que os pais ou responsáveis estão presentes na escola?
- 4) Como a escola incentiva a participação dos pais ou responsáveis em reuniões, projetos e eventos escolares?
- 5) Na sua opinião, como os pais ou responsáveis respondem quando são chamados pela escola? Eles costumam ser participativos?
- 6) Como é o envolvimento das famílias na elaboração do Projeto Político Pedagógico e em projetos e eventos da escola?
- 7) Na sua opinião, a participação ativa das famílias contribui para a tomada de decisões na escola? Por quê?
- 8) Você percebe dificuldades ou obstáculos para a participação das famílias na escola? Em caso afirmativo, poderia citar alguns exemplos?
- 9) Você acredita que os momentos que a escola proporciona são suficientes ou considera que a escola deveria incluir os pais ou responsáveis em outras situações?
- 10) Você teria alguma sugestão para melhorar a participação da família na escola?

